



**UNIVERSIDADE PONTIFÍCIA CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

ANDREIA APARECIDA BORGES

**AS PECULIARIDADES DO POLO INDUSTRIAL DE ITUMBIARA NO
CENÁRIO GOIANO: UMA COMPARAÇÃO COM A REGIÃO DE CATALÃO E
RIO VERDE (1999-2012).**

Goiânia - GO

2017

ANDREIA APARECIDA BORGES

**AS PECULIARIDADES DO POLO INDUSTRIAL DE ITUMBIARA NO
CENÁRIO GOIANO: UMA COMPARAÇÃO COM A REGIÃO DE CATALÃO E
RIO VERDE (1999-2012).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Duarte de Castro

Goiânia, GO

2017

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

B732	<p>Borges, Andreia Aparecida</p> <p>As peculiaridades do polo industrial de Itumbiara no cenário goiano[manuscrito]: uma comparação com a região de Catalão e Rio Verde (1999-2012)/ Andreia Aparecida Borges.-- 2017.</p> <p>114 f.; 30 cm</p> <p>Texto em português com resumo em inglês Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Goiânia, 2017</p> <p>Inclui referências f. 110-114</p> <p>1. Indústrias - Itumbiara (GO). 2. Industrialização - Itumbiara (GO). 3. Agroindústria - Goiás (Estado). I. Castro, Sérgio Duarte de. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.</p> <p>CDU: 338.45(043)</p>
------	--



Andreia Aparecida Borges

**As Peculiaridades do Polo Industrial de Itumbiara no Cenário Goiano: uma
comparação com a região de Catalão e Rio Verde**

Dissertação defendida no curso de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento
Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, como parte das exigências
para obtenção do título de mestre.

Aprovada em 14/03/2017 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Sergio Duarte de Castro- Orientador – PUC Goiás

Prof. Dra. Margot Riemann Costa e Silva – PUC Goiás

Prof. Dra. Karine Aparecida Obalhe da Silva Piorski – /UEG

Goiânia,
Março, 2017

Dedicatória

Aos meus pais, Iva de Jesus (In Memória) e Júlio Borges (In Memória), ao meu esposo Ricardo, aos meus irmãos Isrley e Júlio César que sempre me incentivaram e apoiaram.

Agradecimentos

À Deus, que sempre esteve presente nos momentos de turbulências no decorrer desta caminhada. Sem ele não conseguiria chegar até aqui. É minha fonte de energia.

Ao meu orientador professor Dr. Sérgio Duarte de Castro, que não mediu esforços para me orientar e dedicar um pouco do seu tempo. Obrigada professor pelos ensinamentos, que jamais vou esquecer esse momento enriquecedor em minha vida.

Aos professores Margot Reimann e Karine Aparecida Obalhe, componentes da banca de qualificação.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial que contribuíram muito para o desempenho e elaboração desta dissertação.

Ao coordenador do curso Antônio Pasqualetto pela atenção, aos assuntos relacionados ao mestrado, sempre disposto a buscar soluções e direcionando para publicações de artigos.

Aos colegas do Mestrado, em especial à Raquel, pelo companheirismo e discussões, que sem dúvidas foram sempre proveitosas.

Aos funcionários do Mestrado, sempre com aquele cafezinho, para espantar o cansaço dos dias de trabalho e estudo. A você Luíza meu muito obrigado, sempre prestativa.

Ao Wesley Lemes pelo apoio e contribuição para este trabalho, meu muito obrigado.

Ao meu esposo, pelo apoio incondicional e incentivo, pois nas inúmeras vezes que pensei em desistir, ele estava sempre ao meu lado.

Aos meus irmãos, pela compreensão e pelo apoio incondicional.

Maior conhecimento dos fatores do Desenvolvimento Regional, como os da localização das atividades econômicas, é fundamental para a implementação com sucesso de políticas visando atrair empresas para a área, dinamizar a atividade produtiva, reduzir as desigualdades econômicas e aumentar o bem-estar social do conjunto da população (NALI DE JESUS DE SOUZA, 2009).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar as peculiaridades do polo industrial de Itumbiara e identificar as razões da diferença de seu desempenho vis à vis os polos de Catalão e Rio Verde, durante o período de consolidação de seus complexos produtivos. Utilizando dados das séries históricas de valor adicionado do IPEA, do PIB municipal do IBGE, informações da RAIS do Ministério do Trabalho, e de diversas fontes sobre o histórico de investimentos nesses municípios, traça uma trajetória de seu desenvolvimento industrial, focando do período de consolidação de seus complexos produtivos. Argumenta que o intenso processo de modernização agropecuário, no padrão da Revolução Verde, e a implantação de grandes empreendimentos minerais, viabilizados pelos programas e investimentos do II PND e a construção de Brasília, entre aos anos 1970 e final da década de 90, resultaram em crescente integração da produção primária e a secundária nas regiões nucleadas por aqueles municípios, retroalimentando o processo de expansão com círculos mais, ou menos, virtuosos de crescimento e mudança estrutural na sua indústria. Revela, ainda, que Itumbiara que vinha em uma trajetória dinâmica na sua etapa de modernização agrícola, perde dinamismo relativo, apresentando um desempenho aquém dos demais. Aponta como causas prováveis a forte polarização exercida por Rio Verde/Jataí sobre os investimentos no complexo de grãos e carnes no período, igualmente exercido pelo polo de Uberlândia e Uberaba, atuando como efeitos regressivos no sentido pontado por Myrdal. E ainda, a crise do algodão na década de 1990 e do setor sucroalcooleiro, dois segmentos muito importantes em sua estrutura agroindustrial.

PALAVRAS CHAVES: Agroindústria, Indústria, Desenvolvimento, Polarização, Complexos Agroindustriais, Goiás

ABSTRACT

The present work aims to characterize the peculiarities of the Itumbiara industrial pole and to identify the reasons for the difference of its performance vis a vis the poles of Catalão and Rio Verde during the period of consolidation of its productive complexes. Using data from IPEA's historical added value series, IBGE municipal GDP, RAIS information from the Ministry of Labor, and various sources on the history of investments in these municipalities, traces a trajectory of its industrial development, focusing on the period of consolidation of their productive complexes. It argues that the intense process of agricultural modernization, in the pattern of the Green Revolution, and the implementation of large mineral enterprises, made possible by the programs and investments of the II PND and the construction of Brasília between the 1970s and the end of the 1990s, resulted in increasing integration of primary and secondary production sectors in the regions nucleated by those municipalities, feeding back the process of expansion with more or less virtuous circles of growth and structural change in their industry. It also reveals that Itumbiara, which came on a dynamic trajectory in its stage of agricultural modernization, loses relative dynamism, presenting a performance that falls short of the others. It points out as probable causes the strong polarization exerted by Rio Verde / Jataí on the investments in the complex of grains and meats in the period, also exerted by the pole of Uberlândia and Uberaba, acting as regressive effects in the direction pointed out by Myrdal. And, the cotton crisis in the 1990s and the sugar and alcohol industry, two very important segments in its agro-industrial structure.

KEY WORDS: Agribusiness, Industry, Development, Polarization, Agroindustrial Complexes, Goiás.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Classificação dos centros por ordem de tamanho.....	20
Figura 2 - Ilustração dos locais centrais e sua hierarquia.....	21
<i>Figura 1 - Valor adicionado da indústria a preços básicos em Goiás.....</i>	<i>26</i>
Figura 2 - Goiás: População estimada, 1750-1872	36
Figura 3- Documento cartográfico de 1766-1775 - Mappa dos Sertões que se compreendem de Mar a Mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato- grosso e Pará.....	37
Figura 4 - Mapa Microrregião de Catalão.....	61
Figura 5 – Mapa da Microrregião Meia Ponte (GO).....	67
Figura 6 - Mapa Microrregião Sudoeste de Goiás	78
Figura 7 – Indicador de Qualidade Institucional Municipal	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Participação do Valor adicionado (VA) da indústria da RGM* e Anápolis, e de Catalão, Itumbiara e Rio Verde**, no VA da indústria de Goiás (1920 a 2010) (Em %)	27
Gráfico 2 - Participação do Valor Adicionado (VA) da indústria dos municípios de Catalão, Itumbiara e Rio Verde, no VA da indústria de Goiás (1920 a 2010*)	28
Gráfico 3 – Crescimento do valor adicionado de Catalão, Microrregião Sudeste e estado de Goiás, 1999 a 2012 (1999=1)	63
Gráfico 4: Valor adicionado da indústria de Catalão Microrregião Sudeste e Estado de Goiás, 1999 a 2012 (1999= 1)	64
Gráfico 5 – Crescimento do valor adicionado total de Itumbiara, Microrregião e Goiás, 1999- 2012 (1999 =1)	70
Gráfico 6 - Valor adicionado da indústria em Itumbiara, Microrregião Meia Ponte e estado de Goiás, 1999 a 2012 (1999=1)	71
Gráfico 7 - Valor Adicionado da Agropecuária, 1999 a 2013 (1999=1)	73
Gráfico 8: Crescimento do valor adicionado total de Rio Verde, Microrregião Sudoeste e estado de Goiás, 1999- 2012 (1999=1)	80
<i>Gráfico 9: Crescimento do valor adicionado da indústria em Rio Verde, Microrregião Sudoeste e estado de Goiás (1999=1)</i>	81
Gráfico 10 – Crescimento do valor adicionado da indústria em Catalão, Itumbiara, Rio Verde e estado de Goiás, 1999 a 2012 (1999=1)	83
Gráfico 11 - Grau de diversificação econômica* de Itumbiara, Rio Verde e Catalão (2013)	95
Gráfico 12- IDHM do Brasil, Goiás, Catalão, Itumbiara e Rio Verde	101
Gráfico 13 - Variação do IDH do Brasil, Goiás, Catalão, Itumbiara e Rio Verde, 1991, 2000 e 2010 (1999=1)	102
Gráfico 14 - Índice de Gini - Brasil, Goiás, Catalão, Itumbiara e Rio Verde (1991, 2000 e 2010)	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor adicionado da microrregião de Catalão-GO, por setor, 2012	62
Tabela 2 - Valor adicionado da microrregião do Meia Ponte-GO por setor, 2012.....	68
Tabela 3 - Quantidade produzida de soja, milho e algodão em Itumbiara e Rio Verde e relação (Rel)* entre elas, 2000-2012 (em mil toneladas)	74
Tabela 4 - Quantidade produzida de cana de açúcar em Itumbiara e Rio verde e relação (Rel)* entre elas, 2000-2012 (em mil toneladas)	76
Tabela 5 - Valor Adicionado da Microrregião do Sudoeste de Goiás – 2012 (em mil R\$).....	79
Tabela 6 - Estrutura industrial do município de Catalão (1999 e 2015)	87
Tabela 7 - Estrutura Industrial do Município de Itumbiara (1999 e 2015)	90
Tabela 8 - Estrutura industrial do município de Rio Verde (1999 e 2015)	92
Tabela 9: Número de estabelecimentos e de empregados no setor de serviços, por atividade, em Catalão, Itumbiara e Rio Verde (2015).....	97
Tabela 10 - Índice de Qualidade Institucional, IQIM (2001)	99

LISTA DE SIGLAS

Banco Nacional de Desenvolvimento.....	BNDE
Classificação Nacional da Atividade Econômica	CNAE
Fundo Constitucional do Centro-Oeste	FCO
Indicadores de Qualidade Institucional Municipal.....	IQIM
Índice Desenvolvimento Humano.....	IDH
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.....	IPEA
Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.....	IMB
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.....	INEP
Ministério de Trabalho e Emprego.....	MTE
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	MPOG
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.....	OCDE
Plano Nacional de Desenvolvimento.....	PND
Pesquisa e Desenvolvimento.....	P&D
Pesquisa Industrial Inovação Tecnológica	PINTEC
Produto Interno Bruto	PIB
Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás	PRODUZIR
Relação Anual das Informações Sociais.....	RAIS
Região de Influência das Cidades.....	REGIC
Região Metropolitana de Goiânia.....	RMG
Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.....	SEGPLAN
Valor Adicionado do Setor da Agropecuária.....	VAagropec
Valor Adicionado do Setor da Indústria.....	VAind
Valor Adicionado do Setor de Serviços.....	VAserv
Valor da Transformação Industrial.....	VTI

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO CONCEITUAIS	18
2 HISTÓRICO DE ITUMBIARA, CATALÃO E RIO VERDE	26
2.1 A formação da economia goiana (séculos XVIII e XIX)	29
2.1.1 Catalão na fase de formação.....	41
2.1.2 Itumbiara na fase de formação.....	43
2.1.3 Rio Verde na fase de formação.....	44
2.2 A fase ferroviária (1910-1935).....	45
2.2.1 Catalão na fase ferroviária	46
2.3 A concentração no centro do estado (1935-1970)	48
2.3.1 Catalão na fase rodoviária	50
2.3.2 Itumbiara na fase rodoviária	51
2.4 A modernização agrícola e o avanço na exploração mineral (1970-1999) ...	52
2.4.1 Catalão na fase de modernização agrícola e exploração mineral.....	55
2.4.2 Itumbiara na fase de modernização agrícola	56
2.4.3 Rio Verde na fase de modernização agrícola.....	57
3 CAPITULO III - ANÁLISE COMPARATIVA DO DESENVOLVIMENTO RECENTE.....	61
3.1 Microrregiões e suas cidades polo.....	61
3.1.1 Microrregião de Catalão	61
3.1.2 Microrregião Meia Ponte	67
3.1.3 Microrregião Sudoeste de Goiás.....	77
3.2 Mudança estrutural em Catalão, Itumbiara e Rio Verde.....	84
3.2.1 Mudança estrutural no tecido industrial de Catalão.....	86
3.2.2 Mudança estrutural no tecido industrial de Itumbiara	89
3.2.2 Mudança estrutural no tecido industrial de Rio Verde.....	91
3.3 Configuração do Setor de Serviços.....	94
3.4 Instituições e Indicadores Sociais	98
3.4.1 Capacidade Institucional	98
3.4.2 Indicadores Sociais	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

A região Centro Oeste vem passando, desde os anos 1970, por um forte processo de crescimento e mudança estrutural. Esse processo começou a se desenhar na década de 1950, quando o projeto desenvolvimentista brasileiro ganha voo com o Plano de Metas, no bojo do qual se dá a transferência da capital do país para o Planalto Central, desencadeando assim, um intenso afluxo de investimentos em infraestrutura na região, que perdura até o final dos anos 1970.

Com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em meados dos anos 1970, verifica-se um novo grande pacote concentrado de investimentos públicos e privados, buscando dar um salto na estrutura industrial brasileira com a implantação de vários segmentos da indústria intermediária e de capital. Esses investimentos serão decisivos para iniciar um movimento de desconcentração da indústria brasileira, na medida em que as principais matérias-primas para o setor de bens intermediários que emergia, se situavam fora do eixo Sudeste. A trajetória de 1930 até o início de 1970 foi profundamente concentradora da indústria brasileira em São Paulo, especialmente na região metropolitana da capital.

Analisando o desenvolvimento da região Centro Oeste, os avanços na infraestrutura em curso, e os demais investimentos do II PND, que viabilizaram o deslocamento da fronteira agrícola e mineral para a região. Outro fator que merece destaque é o fato das terras planas do cerrado se adequarem perfeitamente às exigências de mecanização e escala da agricultura naquele momento. Uma vez que os problemas de fertilidade foram resolvidos com intensos investimentos em pesquisa da recém-criada Embrapa. Diversos programas de fomento e a farta disponibilidade de crédito agrícola estimularam o adensamento das áreas mais vazias, com forte migração de produtores experientes do sul do país.

O que se buscava, no âmbito do projeto desenvolvimentista, era viabilizar, em curto espaço de tempo, uma agricultura de grande escala e elevada produtividade, capaz de suprir as necessidades de alimentos baratos

para o mercado interno e, sobretudo, divisas para equilibrar a balança de pagamentos através das exportações. O caminho encontrado foi a chamada Revolução Verde, baseada na utilização concentrada de tecnologias desenvolvidas e implantadas nos Estados Unidos, ao longo das décadas anteriores. Esse por fim, tinha como pilares a forte mecanização, a utilização intensiva de fertilizantes e defensivos químicos, combinados com o uso de sementes geneticamente melhoradas.

Dessa forma, essa agricultura depende da indústria a montante naqueles seguimentos para sua implantação e desenvolvimento e, na medida em que vai sendo implantada, cria um forte movimento de atração de empresas de processamento e serviços a jusante. Diferentemente do primeiro tipo de indústria, que pôde atender a esse processo a partir de longe, via de regra dos EUA. O segundo tem sua competitividade associada à proximidade com a fonte de matérias-primas. Esse processo, intenso e concentrado no tempo, criou um círculo virtuoso, produzindo um rápido desenvolvimento urbano industrial em alguns polos no interior dos estados da região.

Em Goiás, esse movimento se concentra, inicialmente, no Sul e Sudoeste do estado. Regiões mais bem situadas em relação à infraestrutura de transportes implantada, aos mercados do Sudeste e aos portos de exportação, e com ampla disponibilidade de terras planas agricultáveis.

É necessário, entretanto, destacar que Itumbiara, Rio Verde e Catalão são cidades que nucleiam os polos que se constituem nessas regiões. Os dois primeiros de base agroindustrial, e o terceiro de base mineral. Quando observada do ponto de vista do valor adicionado industrial, Itumbiara se mantém em uma posição de destaque, à frente dos demais na década de 70. Assim, começa a perder lentamente sua posição relativa, na década de 80. E, finalmente, na década de 90, quando o movimento geral de crescimento e de integração no âmbito desses polos se intensifica, ela perde rapidamente a posição, se situando bem abaixo dos demais.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é averiguar quais são os elementos comuns e, sobretudo, as peculiaridades desse movimento de crescimento e transformação da estrutura industrial desses municípios, nos

anos 2000, procurando encontrar pistas que ajudem a entender a baixa performance relativa de Itumbiara.

A pesquisa terá como fontes, a série histórica de PIB municipal do IPEA, que abrange o período de 1920 a 2010, permitindo uma avaliação prévia de mais longo prazo da trajetória de crescimento industrial dos municípios a serem estudados; a série de PIB municipal do IBGE, que só se encontra disponível com comparabilidade para o período 1999 a 2002, os dados da RAIS, e dados de investimentos naqueles municípios e na região de fontes diversas. Além de indicadores sociais como o de GINI e o IDH, e um indicador de qualidade institucional desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Em primeiro lugar se procederá uma análise das trajetórias históricas formação e de constituição da indústria naqueles municípios, buscando nelas elementos, sobretudo de sua formação institucional, que possam ter impactado no comportamento recente. Em seguida, será realizada uma análise comparativa em termos de ritmo de crescimento, mudanças estruturais no tecido produtiva e sua relação com a configuração da estrutura de serviços dos mesmos.

Para tanto, o trabalho está organizado em três capítulos, além dessa introdução. No primeiro, será abordado os principais conceitos e contribuições teóricas que darão suporte à discussão. No segundo, será apresentada à trajetória de formação e crescimento industrial dos municípios considerados até o final dos anos 1990. Já no terceiro capítulo serão apresentados e discutidos os elementos de comparação. Por fim, a conclusão que buscará recuperar os principais resultados.

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO CONCEITUAIS

É importante destacar que as atividades econômicas tendem a se distribuir desigualmente no espaço. Entender essa dinâmica, as suas razões e consequências para o processo de desenvolvimento tem sido o grande desafio da economia regional.

Para alguns autores, essa dinâmica pode ser explicada basicamente, a partir das decisões dos agentes individuais, dotados de informação necessária e aptos a realizar escolhas racionais capazes de conduzir a resultados ótimos que maximizam a diferença entre custos e receitas.

Para outros, a construção do espaço, resulta de um processo social, histórico e de sua apropriação para assegurar a produção e reprodução da vida social. Como argumenta Santos (1985), o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história, mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. O território, que é o espaço socialmente apropriado, pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações, ao longo do tempo.

Será realizado neste capítulo, um esforço de recuperar algumas contribuições, de ambas abordagens, que são particularmente úteis para subsidiar a discussão proposta nessa dissertação.

Na primeira linha, os autores trabalham sobretudo na produção de modelos que buscam explicar a localização das atividades econômicas. Destaca-se aqui, por seu foco na explicação das decisões que envolvem a localização das atividades industriais, as contribuições de Alfred Weber. Esse autor constrói um modelo, cuja variável chave são os custos de transportes, utilizando uma situação hipotética simples, com duas fontes de matérias-primas (insumos): M1 e M2, e um único mercado C, representados pelos três vértices do que é conhecido como Triângulo Locacional. Com o modelo, Weber demonstra que as empresas irão racionalmente se localizar em algum ponto dentro triângulo, naquele que minimiza os custos de transporte. De acordo com o modelo acima citado, que define mais de um ponto do triângulo, outros

“fatores locacionais” são utilizados para a decisão. E é esse conceito, de “fatores locacionais”, a contribuição mais relevante e duradoura de Weber. Tratam-se dos diferentes fatores considerados pelos empreendedores em sua decisão da localização do investimento.

Outra contribuição importante do autor é sua tipologia de empresas que se organiza com base no peso dos custos de transportes, enquanto fator locacional para os diferentes segmentos econômicos. Weber trabalha com três tipos. As empresas “orientadas para o mercado”, aquelas para as quais os custos de distribuição são os mais elevados e que, por essa razão, tendem a se localizar próximas desses mercados. As que são “orientadas para os recursos”, cujos custos para transportar as matérias-primas são muito elevados, conduzindo as mesmas a se instalarem próximas às suas fontes de recursos. E, finalmente, o que o autor denominou de empresas “foot lose”, com produtos de maior valor agregado, para as quais os custos com transportes não são relevantes.

O segundo tipo, ficou conhecido como “empresa weberiana”, um modelo de empresa que tem grande importância no processo e industrialização de economias periféricas.

Seguindo essa linha de pensamento, também é importante mencionar a contribuição fundamental é a de Walter Christaller. Este foi o primeiro autor a se dedicar a entender os determinantes do tamanho, número e distribuição das cidades. Ele se apoiou na abordagem da escola neoclássica da utilidade marginal, mas agregando contribuições da sociologia, especialmente de Sombart, Max Weber e Christaller que constrói um modelo explicativo baseado nos conceitos de “lugar central” e “áreas de mercado”.

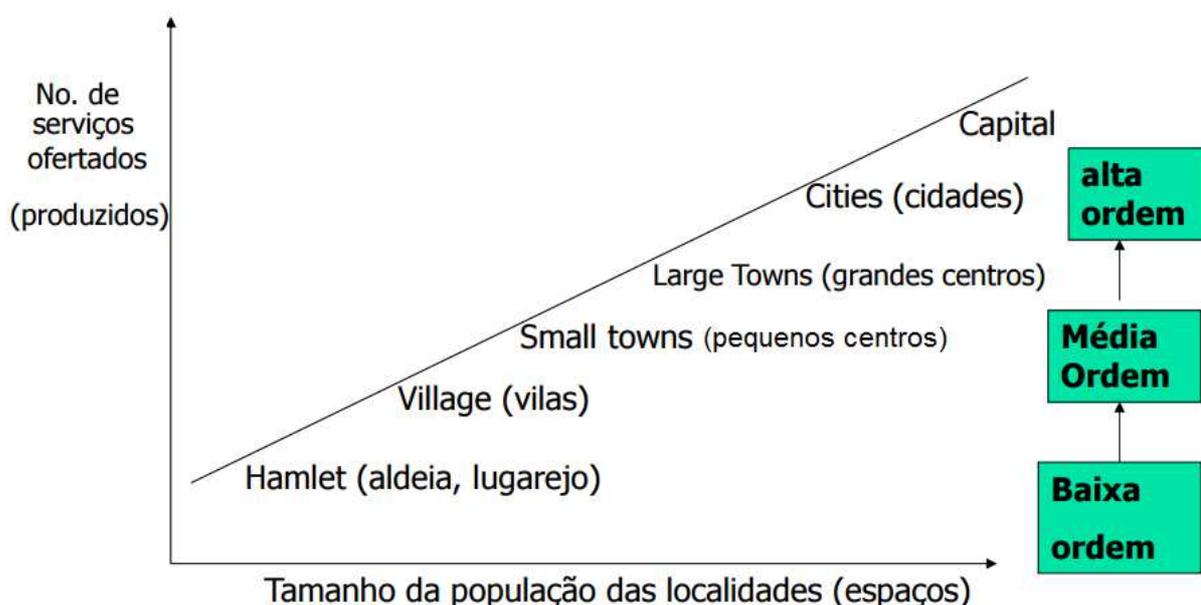
Desse modo, um lugar central, segundo Christaller (1966), é um centro urbano de maior porte e forte intensidade de oferta de serviços, capaz de polarizar um conjunto de centros urbanos menores em seu entorno, que constitui sua área de influência. É essa área de influência do “lugar central” que o autor denomina de “área de mercado”.

Dois outros conceitos, formulados por Christaller são fundamentais para completar seu modelo, são eles os de “limiar de procura” e “alcance do bem”.

Limiar de procura é o mínimo de demanda que justifica a existência de oferta de um bem ou serviço num dado local, isto é, que garante a viabilidade econômica da oferta desse produto. O conceito de alcance do bem, introduz uma delimitação espacial à esta demanda mínima. Trata-se da distância que o comprador está disposto a percorrer para adquirir determinado bem ou serviço. Esta distância permite a demarcação de uma área de mercado para cada bem (CHRISTALLER, 1966).

Com essas ferramentas teóricas, o autor estrutura uma hierarquia dos serviços, de acordo com seu alcance. Isto por sua vez, possibilita uma hierarquização dos centros urbanos, visto que os serviços especializados e de maior alcance e limiar de procura, só se viabilizam em cidades maiores, atendendo dali um conjunto de centros de menor porte que se situam na área de influência daquelas. A Figura 1, proporciona uma ideia dessa hierarquia.

Figura 1 - Classificação dos centros por ordem de tamanho

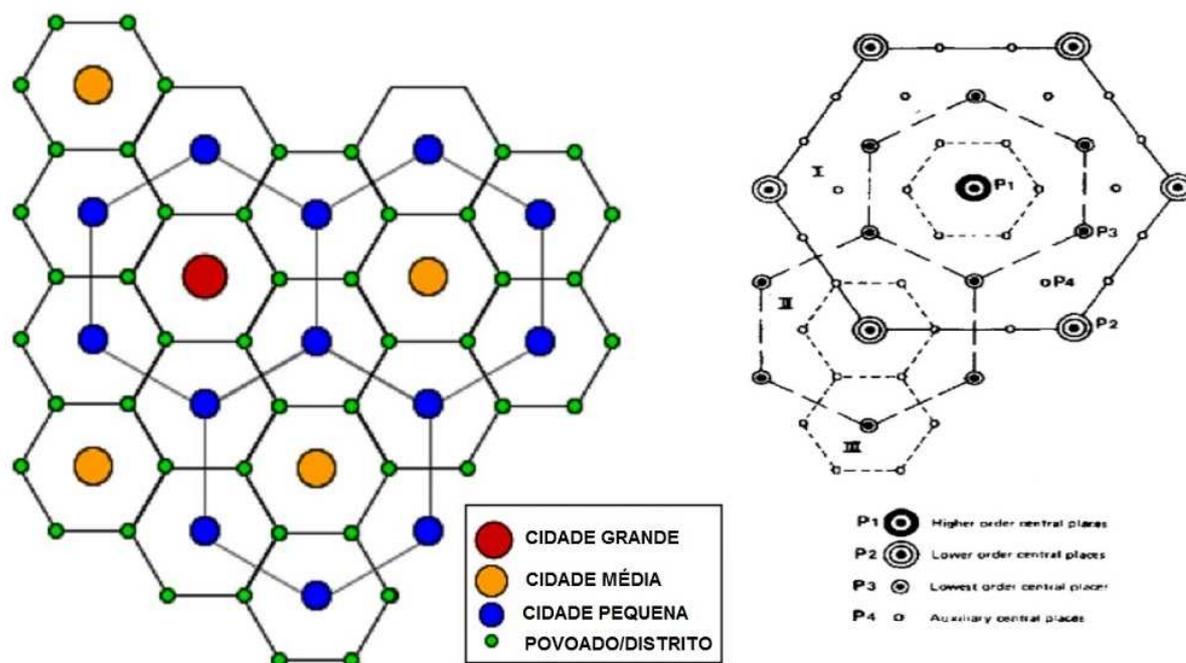


Fonte: REZENDE (2012, p.21)

Apoiando-se nos principais conceitos de Christaller e Auguste Lösch que desenvolvem a ideia de um sistema de áreas de mercado, que viabiliza se pensar a rede urbana em um determinado território. De acordo com esses autores é possível refletir sobre o papel de sistemas ou redes de cidades, hierarquizadas e polarizadas, estruturadas por lugares centrais de diferentes

portes e funcionalidades na oferta de bens e serviços, na dinâmica territorial (Figura 2).

Figura 2 - Ilustração dos locais centrais e sua hierarquia



Fonte: REZENDE (2012, p.36-37).

As considerações de Christaller servem de base para vários estudos recentes sobre o sistema urbano e a evolução e as transformações da rede urbana. No Brasil, desde os anos 1970, o IBGE vem realizando a pesquisa “Região de Influência das Cidades” (REGIC) que utiliza como referência o sistema de hierarquia de serviços proposto por aquele autor.

Além disso, é importante destacar para o entendimento do processo de polarização e da configuração da rede de cidades e de seu papel na dinâmica territorial, a contribuição de François Perroux, com seu conceito de “polos de desenvolvimento” e da análise da dinâmica do crescimento polarizado.

Por outro lado, Perroux parte de um referencial teórico muito diferente do de Christaller e Losch. Este nega a visão estática e abstrata da visão neoclássica que orienta esses autores, e “incorporando elementos de natureza sócio-política e econômico-institucional como dominação, heterogeneidade,

assimetria, desigualdade e hierarquia” em suas análises (FERREIRA, 1991, p.8).

O conceito de “polos de desenvolvimento”, de Perroux tem origem na constatação de que o crescimento e o desenvolvimento não ocorrem homoganeamente no espaço, mas eles se manifestam em pontos determinados, em centros dinâmicos que operam como focos de desenvolvimento para o conjunto do território. Contudo, diferentemente de Christaller, que está olhando para a força polarizadora dos serviços, Perroux olha principalmente para os encadeamentos na indústria.

Ele concebe os polos, inicialmente a partir do conceito de “indústria motriz”, se referindo a empresas com grande poder de mercado, forte interdependência técnica, inovadoras e em rápido crescimento, capazes de desencadear crescimento e transformações no local de sua implantação e em sua área de influência. Essa “capacidade de arrasto” decorreria de seu poder de atrair outras indústrias fornecedoras de insumos ou consumidoras de seus produtos, de ampliar a demanda local e trazer população, de exigir investimentos em infraestrutura e, ainda, de promover alterações institucionais.

Existem indústrias que constituem pontos privilegiados de aplicação das forças ou dinamismos de crescimento. Quando essas forças provocarem aumento das vendas de uma indústria-chave, provocarão também, expansão e crescimento, de grande vulto, no conjunto mais amplo (PERROUX, 1977, p.153).

Ainda segundo Perroux, as aglomerações industriais e de outras atividades econômicas em torno de uma ou mais indústrias motrizes operam, elas mesmas, como polos de crescimento ou de desenvolvimento, dependendo do caso¹.

Assim, a economia de uma região ou de um País, pode ser entendida como um sistema espacial hierarquizado, ou um espaço polarizado que:

... se oferece anos como uma combinação de conjuntos relativamente ativos (indústrias motrizes, polos de indústrias e de atividades geograficamente aglomeradas) e um conjunto relativamente passivo (indústrias movidas e regiões dependentes de

¹ Para esse autor, na linha de Schumpeter, o desenvolvimento se diferencia do simples processo de crescimento por promover mudanças estruturais, não apenas econômicas, mas também institucionais e sociais.

polos geograficamente aglomerados). Os primeiros induzindo sobre os segundos os fenômenos de crescimento” (PERROUX, 1961, p153)

Os fenômenos de crescimento a que se refere Perroux, na discussão do processo de crescimento polarizado são complexos, porque tanto os “conjuntos ativos” como os “passivos”², não são homogêneos, pelo contrário, são fortemente heterogêneos, com relações assimétricas e de dominação entre eles. De tal forma, que a difusão do dinamismo dos polos ativos nem sempre atua no sentido de promover o desenvolvimento (ou mesmo crescimento) dos espaços “passivos”. Como mostra Perroux (1961, p.167): “O crescimento e o desenvolvimento [...] não são uniformemente repartidos; eles se manifestam em pontos determinados de onde podem propagar efeitos de onda [de desenvolvimento] ou efeitos de frenagem”. Para Perroux, somente políticas públicas ativas seriam capazes de assegurar uma propagação virtuosa dos efeitos dinâmicos dos polos sobre sua área de influência e o conjunto da economia.

Essa dupla natureza, positiva e negativa, dos efeitos do dinamismo nos polos de crescimento sobre seu entorno vai ser melhor desenvolvida por Myrdal (1960), com a análise do que ele denomina de “efeitos propulsores” (*spread effects*) e “efeitos regressivos” (*backwash effects*).

Segundo o referido autor, os efeitos propulsores são principalmente, a ampliação dos mercados para os produtos das regiões do entorno, melhorias na infraestrutura e difusão de progresso técnico. Já os efeitos regressivos decorrem, sobretudo, do deslocamento de fluxos de capitais (vazamento de poupança), de mão de obra especializada e de outros fatores dos espaços periféricos para os polos, em razão da forte atração exercida pelos últimos (MYRDAL, 1960).

Tanto Perroux como Myrdal concebem os polos (centros) e sua relação com as áreas de influência (periferia), bem como com outros polos, em diversas escalas, desde uma firma motriz, uma aglomeração de empresas, um município, uma região, um país ou um conjunto de países.

² Combinação de conjuntos relativamente Ativos (indústrias motrizes, polos de indústria e de atividades geograficamente concentradas) e de conjuntos relativamente passivos (Indústrias movidas, regiões dependentes dos polos geograficamente concentrados).

Entretanto, apesar de que quando Perroux se refere a aglomeração de atividades estar subentendido sua natureza urbano-industrial, este autor não trabalhou diretamente como o conceito de “cidades polo” e de “rede de cidades” ou “sistema urbano”.

Jacques Boudeville, que foi orientando e continuador de Perroux, é que avança no tratamento da região polarizada como “sistema urbano”, e dialoga com as teses de Christaller, evidenciando as diferenças e complementaridades destas com a visão de Perroux.

Ele lembra que na abordagem dos “lugares centrais”, de Christaller, a polarização resulta da hierarquia dos serviços que corresponde à uma hierarquia de cidades, de tal forma que se pode verificar a configuração da rede urbana pelos movimentos dos fluxos comerciais e de serviços. Entretanto, argumenta Boudeville (1972, p.81) “...uma cidade não exerce influência apenas pelos serviços, mas também pelas atividades industriais que ela assume”.

Assim, para se apreender a dinâmica de uma região polarizada e a sua rede de cidades, é necessário não apenas analisar as interdependências dos fluxos de serviços, mas também, e sobretudo, considerar as interdependências dos fluxos industriais. Recordando de levar em conta, que apesar de existir uma certa relação entre os fluxos do secundário e do terciário, eles não são necessariamente ligados. Com observa Boudeville (1972, p.81): “Uma capital administrativa e terciária, com grande população, não é uma capital econômica”. Este tipo de cidade, em geral, apesar de ter grande porte e forte aglomeração de serviços superiores, não tem uma base industrial.

Portanto, é preciso analisar também a hierarquia dos polos industriais de crescimento e desenvolvimento no sentido de Perroux. Essa hierarquia envolve não apenas as interdependências decorrentes das relações produtivas e comerciais entre indústrias motrizes e indústrias movidas - que podem ser percebidas, utilizando-se uma matriz de Leontief espacializada, como também pelas “relações de autoridade” (*emprise de structure*). Trata-se de relações de dominação exercidas por firmas dominantes, centros dominantes em diferentes escalas, pelo Estado e, inclusive, por crenças sociais (PERROUX, 1961, p.83-95).

Boudeville (1972, p.108), chama a atenção ainda, para a necessidade de se analisar uma terceira rede hierárquica para compreender a dinâmica do

desenvolvimento polarizado. Trata-se da “rede de inovações e criações coletivas”. Partindo de uma abordagem Schumpeteriana, o autor reconhece que a inovação é fundamental para se explicar a passagem do simples crescimento para o desenvolvimento. Ele assume, ainda, que a inovação é um processo interativo e, portanto, coletivo, o que ele denomina de “criações coletivas”. E, também, que determinadas características de um centro urbano ou região favorecem mais ou menos a capacidade inovativa em seu espaço.

Dessa forma, para compreender a dinâmica do desenvolvimento polarizado seria necessário visualizar uma rede urbana, cuja assimetria resulta “do emaranhado desigual de três fluxos: 1º A rede em circuito de atividades comerciais de transferência material (Christaller); 2º A rede em árvore das relações interindustriais completada pela rede de autoridade; 3º A rede de inovações e criações coletivas” (BOUDEVILLE, 1972, p.99).

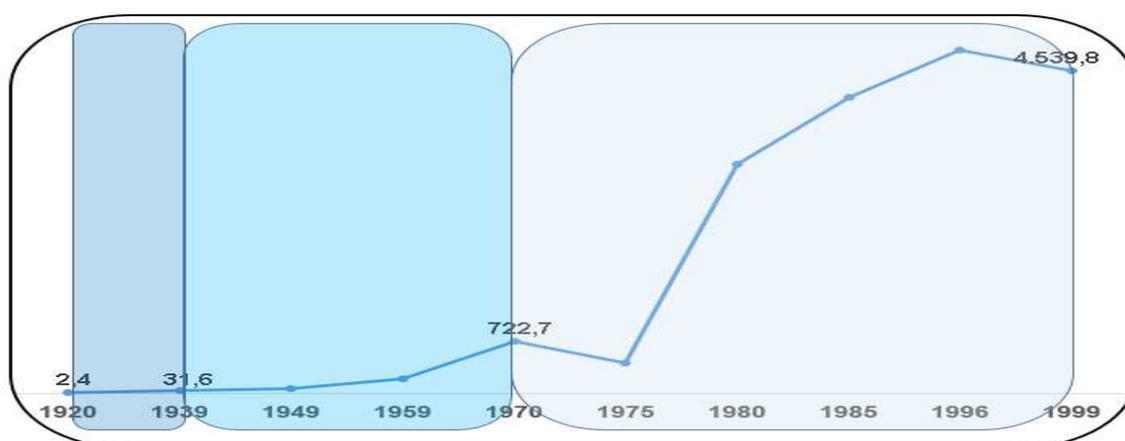
Com tal visão dinâmica, pode-se distinguir, por exemplo, “os polos terciários de atração; os polos secundários e terciários de desenvolvimento (indústrias motrizes, criação coletiva) e os polos de crescimento (indústrias movidas, simples adaptação)”, no âmbito da rede urbana de uma região ou país (BOUDEVILLE, 1972, p.84).

2 HISTÓRICO DE ITUMBIARA, CATALÃO E RIO VERDE

Neste capítulo, se discutirá a formação e a evolução histórica dos municípios de Itumbiara, Catalão e Rio Verde no contexto da história goiana. Não se trata de uma análise extensa, mas do esforço de se desenhar alguns traços relevantes de suas trajetórias ao longo do tempo e, dessa forma, revelar elementos que ajudem a entender a diferenciação em seu crescimento industrial recente.

O período será recortado em quatro grandes momentos. O primeiro sendo a etapa de formação do estado de Goiás, no quadro de expansão e crise da economia aurífera no Brasil, no bojo do qual surgem os três municípios tratados. O segundo, a partir da chegada da estrada de ferro em Goiás, onde se situa a gênese da industrialização do estado que acompanha, na sua origem, o traçado da ferrovia. O terceiro, que vai grosso modo de 1935 a 1970, período em que a industrialização toma a dianteira na dinâmica econômica brasileira, com forte concentração dessa dinâmica no estado de São Paulo. Em Goiás, verifica-se, neste período, um modesto avanço industrial, mas igualmente acompanhado de um intenso movimento concentrador, neste caso em torno da nova capital e do município de Anápolis, no centro do estado.

*Figura 3 - Valor adicionado da indústria a preços básicos em Goiás
(1920 a 1999)*

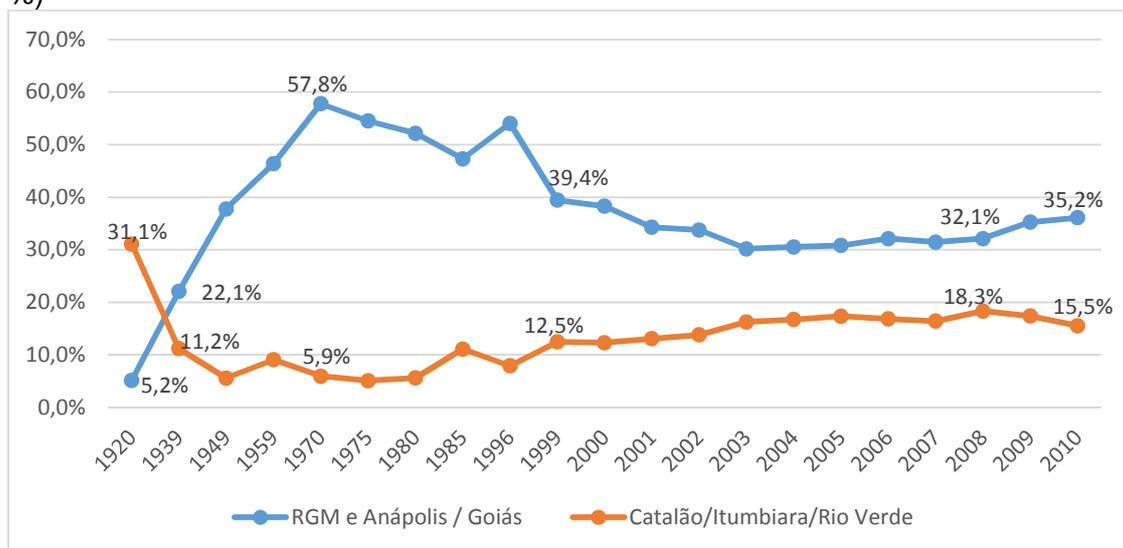


Fonte: IPEADATA. Elaboração própria

O quarto período, tratado neste capítulo, se estende de 1970 a 1999, fase de intensa modernização agropecuária e de expansão e desconcentração industrial em Goiás, dentro de um quadro nacional de redução da concentração regional desta atividade.

A Figura 3, dá uma visão panorâmica da expansão do valor adicionado da indústria em Goiás, entre 1920 e 1999, permitindo enxergar o crescimento industrial nos períodos propostos, após a etapa inicial de formação da economia goiana. Um crescimento modesto do VA industrial de Goiás entre 1920, data do primeiro censo industrial do Brasil, e 1939, passando R\$ 2,4 milhões para R\$ 31,6 milhões no período. Ainda que percentualmente importante é, de fato, limitado, tendo em vista que parte de uma base muito pequena. Entre 1939 e 1970, verifica-se uma pequena aceleração do processo, cujo ritmo aumenta a cada década. Entre 1970 e 1999 ou, mais propriamente entre 1975 e 1999, observa-se um salto significativo neste ritmo. Como vai se mostrar nos próximos itens, mais importante do que as alterações de ritmo, são as mudanças na natureza do processo de industrialização em cada uma destas etapas (Figura 1).

Gráfico 1- Participação do Valor adicionado (VA) da indústria da RMG* e Anápolis, e de Catalão, Itumbiara e Rio Verde**, no VA da indústria de Goiás (1920 a 2010) (Em %)



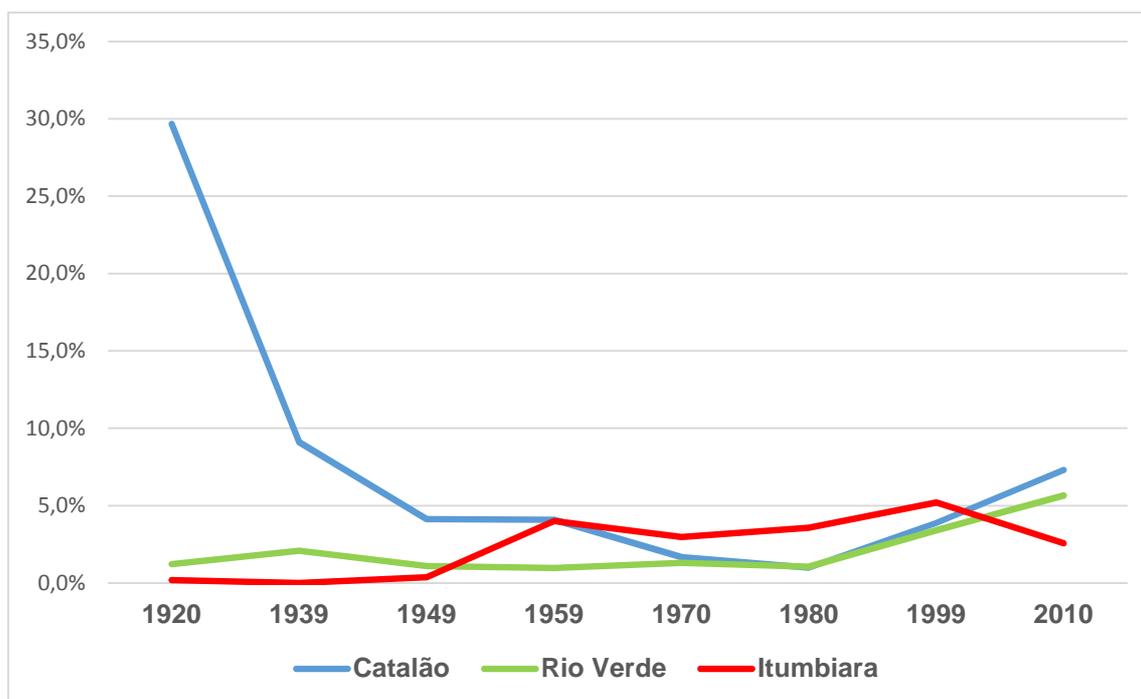
Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

*Soma dos VAs da indústria dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) com o VA da indústria do município de Anápolis

** Soma dos VAs da indústria dos municípios de Catalão, Itumbiara e Rio Verde.

O Gráfico 1, por sua vez, permite visualizar o movimento de concentração e desconcentração do VA industrial entre 1920 e 2010, que é um indicador importante da dinâmica espacial do processo de industrialização. Os dados revelam que na sua gênese, a indústria goiana tem sua maior concentração na porção sul do estado, passando desde o final dos anos 1930 por um forte processo de concentração em torno da RMG e da cidade de Anápolis, que atinge o seu ápice em 1970. A partir daí pode se observar um movimento de desconcentração, que é acompanhado de um fortalecimento dos polos industriais emergentes de Catalão, Itumbiara e Rio Verde, processo que se torna ainda mais evidente a partir de 1999.

Gráfico 2 - Participação do Valor Adicionado (VA) da indústria dos municípios de Catalão, Itumbiara e Rio Verde, no VA da indústria de Goiás (1920 a 2010*)



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Já o Gráfico 2, mostra a evolução dos VAs da indústria dos três municípios estudados, no mesmo período abrangido pelo Gráfico 1. Fica evidente que a concentração inicial da indústria nos anos 20 se dá basicamente em Catalão, situada às margens da ferrovia Goiás/Mogiana, enquanto a participação de Itumbiara e Rio Verde são inexpressivas naquele momento. Na fase seguinte, verifica-se um ganho na posição de Itumbiara que

se acentua a partir do final dos anos 1940, fazendo com que a indústria deste município alcance a liderança entre os três polos emergentes a partir dos anos 1960. Na etapa que se inicia nos anos 1970, apesar de Itumbiara seguir na liderança até 1999, já se observa uma mudança do ritmo do ganho de participação de Rio Verde e Catalão, sobretudo a partir de 1980, com um dinamismo que vai se sustentar e se aprofundar a após 1999.

O movimento que o Gráfico 2 exhibe após 1999, revela a perda de participação relativa da indústria de Itumbiara, no quadro de avanço dos polos industriais emergentes do sul e sudeste de Goiás a partir de 1999, cujo entendimento é o foco central desta dissertação. O esforço, nos itens seguintes deste capítulo, é o de verificar em que medida a trajetória até 1999 ajuda a avançar nesse entendimento.

2.1 A formação da economia goiana (séculos XVIII e XIX)

Apesar das primeiras entradas e bandeiras, a penetrarem a região que viria a se tornar o estado de Goiás, terem ocorrido no final do século XVI, seu povoamento só começa a se dar efetivamente mais de um século depois. Os dois marcos históricos desse movimento, datam no ano de 1722, quando Bartolomeu Bueno da Silva Filho encontra a primeira jazida de ouro em Goyaz e funda o Arraial de Santana, que deu origem à Vila Boa, hoje Cidade de Goiás. E o outro marco, em 1744, quando é criada a Capitania de Goyas, separando a região da Capitania de São Vicente da qual fazia parte.

Este processo de ocupação se dá no bojo do ciclo do ouro, no Brasil colonial. Como se sabe, foi um ciclo extremamente intenso e concentrado no tempo. Em 1695, foram feitas as primeiras descobertas importantes pelos bandeirantes paulistas em Minas Gerais. Em seguida, diversas jazidas foram descobertas naquele estado e, a partir de 1719 e 1725, respectivamente, Mato Grosso e Goiás se inserem nesse processo. O ciclo alcança seu ápice em torno de 1760, caindo rapidamente e praticamente se extinguindo no final do século XVIII. Apesar de curto, de acordo com Simonsen (1937, p.248) foi “a maior massa aurífera explorada e produzida após a queda de Roma”.

Por sua intensidade e localização no interior do Brasil, o ciclo aurífero teve um enorme impacto no processo de ocupação do território brasileiro. Provocou o deslocamento do eixo colonial do litoral do Nordeste para o Centro Sul e Centro Oeste do país, induzindo o povoamento do interior e estimulando o desenvolvimento de atividades complementares. No auge do ciclo, a região centro sul e oeste, até então praticamente desabitada, já representava em torno de 50% da população brasileira (FAUSTO, 2006).

É importante destacar que esse movimento não foi impulsionado apenas pela busca de metais preciosos. Resultou também de um esforço da coroa portuguesa de ocupação do território brasileiro à oeste, para além do Tratado de Tordesilhas, disputando espaço com os espanhóis. Envolveu, por isso, um papel ativo da coroa, com uma série de políticas destinadas a garantir o povoamento e a fixação dos colonos nas regiões mineradoras. Entre elas, a criação de vilas, a abertura de vias de acesso, a concessão de datas minerais e de sesmarias, e o incentivo a atividade agropecuária (BOAVENTURA, 2007; LEMES, 2009).

Como resultado de todo esse processo, a economia aurífera deu origem a uma sociedade muito mais complexa e diferenciada do que aquela que se formou a partir do latifúndio escravista do engenho de açúcar. Como observou Furtado (1999), o ouro de aluvião, de fácil extração, possibilitou a exploração por pessoas de recursos relativamente limitados e uma maior utilização de mão de obra livre. Além disso, a relação senhor e escravo era diferente. O escravo tinha um pouco mais de poder na relação na economia aurífera do que na açucareira. De um lado, porque, nos casos das explorações menores, era comum o senhor trabalhar ao lado do escravo. De outro lado, a legislação permitia que os escravos denunciasses seus donos em caso de evasão fiscal, o que levava os senhores a limitar os maus tratos temendo serem denunciados. E, ainda, a exploração eficiente das minas demandava uma proporção maior de mão-de-obra especializada, exigindo um grande número de escravos carpinteiros, pedreiros e ferreiros. Ademais, também diferentemente da economia de engenho, a atividade aurífera estimulou a formação de cidades e centros urbanos, fomentando uma sociedade mais plural, com a presença de

negociantes, padres, artesões, burocratas e militares (RUSSEL-WOOD,1977; COSTA,1982; NARITOMI, 2006).

A implantação de vilas nas regiões das minas era uma necessidade para assegurar o controle da coroa portuguesa sobre a produção de ouro e diamantes. Portugal já tinha uma experiência de vilas com um certo nível de autodeterminação e expressão do poder da coroa no âmbito local, por meio de um diploma real que lhe atribuía o papel de governar, administrar a justiça e cumprir as obrigações reais de defensor da fé. Essa experiência foi trazida para colônia por meio de uma ordenação real, datada de 1693, dando aos governadores gerais das capitanias o poder de fundar vilas no interior do Brasil. Essas vilas estendiam seu controle administrativo sobre arraiais criados nas principais áreas mineradoras, nos quais os governadores das províncias estabeleciam uma burocracia mínima³ (RUSSEL-WOOD,1977, NARITOMI, 2006; LEMES, 2009).

Juntamente com a criação das vilas, a coroa necessitava oficializar os caminhos, transformando-os em estradas reais dotadas de vários pontos de apoio e de fiscalização, para tentar evitar o contrabando de ouro e diamantes. No início da ocupação das regiões das minas, os caminhos eram constituídos por rios e/ou picadas estreitas abertas pelas Entradas e Bandeiras, ou ainda velhas trilhas indígenas, por onde comboios de índios e escravos caminhavam em fila indiana, carregando víveres e material nos ombros. Com a rápida expansão populacional e da escala da exploração mineral, esses caminhos passaram a ser trilhados por tropas de bois e muares, o que exigiu seu alargamento, transformando-os pouco a pouco em estradas. Logo, as principais vias foram convertidas em caminhos ou estradas reais (SANTOS, 2001).

A criação das vilas, dotadas de esferas concêntricas de influência administrativa sobre diversos arraiais, e a abertura e regulamentação das vias de acesso, cria as bases de uma incipiente rede urbana. Essa rede será mais

³ Essa medida foi precedida da criação de novas capitanias na região aurífera, para facilitar seu controle. Em 1709 foi criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em parte do território que pertencia à capitania do Rio de Janeiro. Por volta de 1720, 1744 e 1748, foram criadas, respectivamente, as capitanias de Minas Gerais, de Goiás e do Mato Grosso, separando-as da capitania de São Paulo (RUSSEL-WOOD,1977).

densa nas regiões auríferas da província de Minas Gerais, e muito mais acanhada nas províncias de Goiás e Mato Grosso.

Como estava centrada na atividade extrativa, a empresa mineradora tinha que adquirir alimentos, pagar transporte e demandar uma gama de bens e serviços. Assim, além de favorecer o estabelecimento de atividades comerciais e artesanais urbanas gerou uma economia rural em torno dos arraiais, com fazendas de gado e de produção agrícola, em terras concedidas pelo sistema de sesmarias. Além disso, estimulou o primeiro movimento de integração das economias regionais, até então bastante isoladas no território brasileiro (COUTINHO, 2008; GODOI, 2009)

Em Goiás, segundo Lima (2010), a formação dos núcleos de povoamento pode ser dividida em três períodos, entre os séculos XVIII e XIX. No primeiro período, estariam os arraiais criados durante a montagem e apogeu da economia mineradora na província, entre 1726 e 1749, que seriam:

Além de Santana (1726), origem de Vila Boa de Goiás, são eles: Barra (1726), Anta (1726), Santa Rita (1726), Ferreiro (1726), Ouro Fino (1726), Santa Cruz (1726), Maranhão (1730), Meia Ponte (1731), Água Quente (1732), Crixás (1734), Natividade, (1734), Traíras (1734), São José do Tocantins (1735), Cachoeira (1736), São Félix (1736), Pontal (1736), Jaraguá (1737), Cavalcante (1740), Arraias (1740), Barra da Palma (1740), Natividade (1740), Chapada de São Félix (1740), Flores (1740), Santa Rosa (1740), Pilar (1741), Conceição (1741), Corumbá (1741), Guarinhos (1741), Mato Grosso de Goiás (1743), Piedade (1746), Pilões (1746), Carmo (1746), Santa Luzia (1746), Desemboque (1748) e Cocal (1749) (LIMA, 2010, p.30).

Os arraiais mencionados acima foram fundados às margens dos aluviões que surgem de forma abrupta a partir de acampamentos de mineradores⁴. Eles são objetos de organização civil, judicial e sobretudo fiscal que muitas vezes precedem a edificação de uma igreja e a instituição de uma “freguesia”, que era a forma tradicional de estruturação inicial de um núcleo urbano no Brasil colonial.

Uma única vila foi criada pelo governador da província no período, Vila Boa, a partir do arraial de Santana, que vai nuclear a rede dispersa de arraiais⁵.

⁴ O próprio termo “arraial” significa acampamento e só vai ser utilizado amplamente nas regiões mineradoras (LIMA, 2010).

⁵ A maior parte dos arraiais se distribuía em torno dos quatro principais núcleos mineradores da província: Vila Boa, Traíras (atual Niquelândia), Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Crixás (BOAVENTURA, 2007).

Além de porções do território na forma de datas mineratórias, outras terras foram concedidas no sistema de sesmarias, nas quais se implantaram grandes fazendas de gado e alguma agricultura próximas aos principais arraiais.

No segundo período, abrangendo a segunda metade do século XVIII, já caracterizado por uma clara perda de ritmo e sinais de declínio da atividade mineradora, os núcleos urbanos que se estabelecem já não são mais preponderantemente mineradores.

Verifica-se nessa fase, não apenas o surgimento de novos centros urbanos que são especializados na pecuária e/ou agricultura e já não se situam perto de aluviões, como a mudança da especialização de alguns arraiais criados na fase anterior, em decorrência do declínio de sua exploração aurífera.

No primeiro caso, estão municípios como: “Couro (1750), Duro (1751), Montes Claros (1757), Tesouras (1755), Amaro Leite (1768), Morro do Chapéu (1769), Príncipe (1770), Lavrinhos (1771), Bonfim (1774) e Porto Real (1782)” (LIMA, 2010, p.31)

Flores, Arraias, Barra da Palma e Traíras são exemplos do segundo caso. Nos primeiros passou a predominar as fazendas de gado e, no último, engenhos de cana, farelo de milho e de mandioca (LIMA, 2010).

O terceiro período se situa ao longo do século XIX, já após a exaustão do ciclo do ouro. Desta forma, surgem núcleos urbanos que se constituem como extensão das propriedades rurais, se estruturando, quase sempre, sobre o sistema de “patrimônio”. Este sistema se constituía de um processo através do qual um “fazendeiro doava uma parcela de terra a um santo de sua devoção e naquele local era construída uma capela para as celebrações religiosas. O agrupamento das pessoas, em torno da igreja, possibilitava o comércio. Estes por sua vez, com o passar do tempo fixavam-se no local, transformando-o em núcleo urbano” (TIBALLI, 1991, p.55-56).

Trata-se de uma constituição de agrupamento urbano bem diferente dos arraiais da mineração. Seu processo de constituição e evolução, além de comandada pela realidade rural dominada pelo latifúndio, era em geral bem

mais lento. O agrupamento em torno das igrejas que vingavam via de regra dava lugar à criação de uma freguesia e, dependendo de seu crescimento, torna-se um distrito e mais tarde cidade.

É nesse período, que se constituem os povoamentos que deram origem aos atuais municípios de Catalão, Rio Verde e Itumbiara. Eles são produtos de um processo complexo de transição da sócio-economia da mineração para uma sócio-economia rural, dominada pela pecuária na província de Goiás, e de avanço de sua integração aos mercados de abastecimento do Centro-Sul e do Extremo-Norte, ao longo de um século marcado por importantes transformações na realidade brasileira⁶ (CASTRO, 2016). Compreender esse processo é fundamental para entender as peculiaridades do nascimento dos primeiros passos destes povoamentos.

Diversos autores, ao tratarem desse momento de transição das regiões que viveram o chamado ciclo do ouro, reproduzem a análise clássica de Furtado (1999) de que, com a exaustão dos depósitos de ouro, a população teria se dispersado pelas áreas rurais, provocando estagnação e um declínio da economia aos níveis de subsistência. Uma retomada do crescimento só teria ocorrido com a articulação dessas regiões à economia cafeeira exportadora paulista, que só vai se dar no final do século XIX. No caso de Goiás, essa articulação só se daria já no século XX, com a chegada da estrada de ferro (CASTRO, 2016).

Estudos mais recentes qualificam essa interpretação, evidenciando que os mercados internos que se constituíram no período minerador foram mais resilientes do que se imaginava e que os avanços na articulação inter-regional dessas áreas com o Centro-Sul e com o Norte foram, via de regra, subestimados.

No caso de Minas Gerais, isso se deu de forma muito mais forte e evidente, uma vez que a rede urbana que se constituiu no século XVIII era muito mais ampla e integrada do que a de Goiás, bem como a base local de produção complementar a atividade mineradora que se formou era muito mais

⁶ No início do século XIX o Brasil passa à condição de império (1808) e a de país independente (1822), e o seu final assiste à abolição da escravatura (1888) e à proclamação da república (1889). Foi também no final deste século que o desenvolvimento da economia cafeeira completou o deslocamento do polo dinâmico do país do Nordeste para o centro sul do país.

consistente. Segundo Martins (1980), no final de mil e setecentos, Minas já era autossuficiente na produção de alimentos, exportando o excedente sobretudo para o Rio de Janeiro, além de Bahia e Pernambuco. Já contava, também, neste período com uma significativa produção e venda externa à província de artigos têxteis, ferramentas de ferro, bem como de produtos artesanais derivados da agropecuária⁷.

Em Goiás, a rede urbana que se formou era muito mais frágil e dispersa, como uma única vila nucleadora para uma área muito grande, seu mercado interno era muito menor do que o de Minas Gerais, e era muito maior a distância que separava a província dos principais núcleos urbanos do Brasil colonial. Além disso, “a um mercado regional limitado, somava-se a concorrência de outras regiões abastecedoras” (LIMA, 2010, p.35).

Assim, os efeitos da rápida desagregação da exploração aurífera foram mais duros. Os dados mostram uma estagnação populacional de meio século, de 1780 a 1830. Apesar de que é importante observar que a fase mais profunda da crise se dá entre 1780 e 1805, se iniciando a partir daí uma lenta recuperação. De qualquer forma, neste período a população brasileira dobrou e a de Minas passou de 320 para 620 mil habitantes, enquanto Goiás permaneceu numa faixa entre 50 e 60 mil habitantes (LIMA, 2010, p.34-35).

Entretanto, já em 1830 verifica-se uma retomada do crescimento populacional e da migração em direção à província. Além disso, todo esse processo é diferenciado espacialmente dentro da Goiás, especialmente entre as porções norte e sul do território.

⁷ Os dados contestam claramente a tese do longo período de estagnação da economia de Minas. Martins (1980, p.11) mostra que após um curto momento de queda da população escrava entre a última década dos anos setecentos e a primeira dos oitocentos, a população de escravos da província cresce a uma taxa duas vezes e meia maior que a média nacional e que a participação de Minas no total de escravos no país passa de 15,2% em 1819 para 24,7% em 1872. O autor revela, no mesmo trabalho, que província contava, no século XVIII, com uma importante economia mercantil escravista. Godoi (2009) analisa, de forma mais detalhada, as transformações por que passa a economia mineira nos séculos XVIII e XIX concluindo também que, após passar por um processo de desconcentração espacial e de redefinição de seu padrão integrativo com as outras economias regionais do país, Minas ostenta um “dinâmico sistema escravista orientado para o mercado interno” entre a primeira e a terceira quadra dos anos oitocentos (GODOI, 2009, p. 91 e passim)

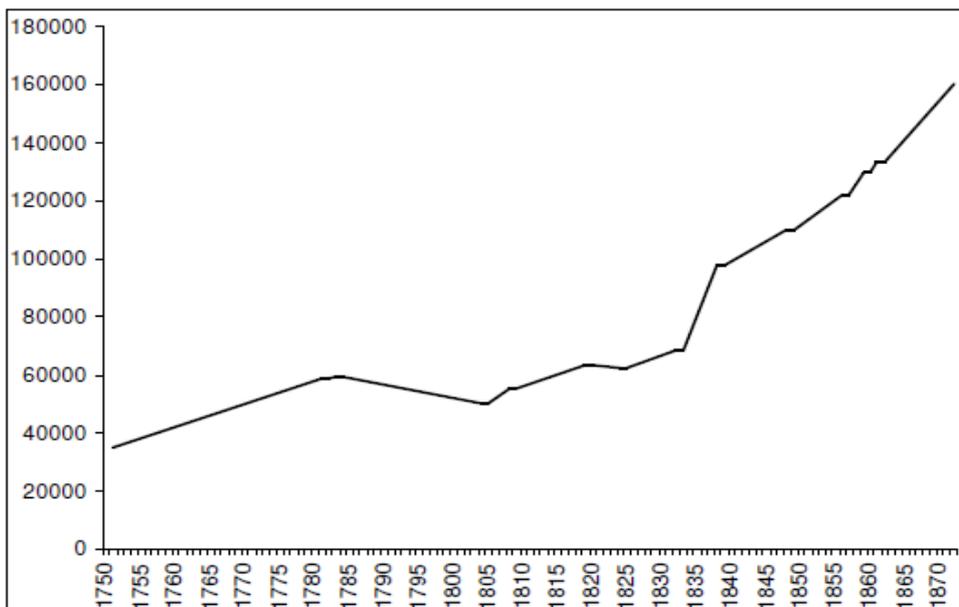


Figura 4 - Goiás: População estimada, 1750-1872

Fontes: Fontes: Ana Rita UHLE et al. Brasil Pré-Censitário. Números sobre a escala dos homens no povoamento. São Paulo, 1998. Relatório de Iniciação Científica, Departamento de História, FFLCH-USP; Joaquim Norberto de Souza e SILVA. Investigações sobre os recenseamentos da população geral. Do Império. São Paulo: IPE/USP, 1986 (ed. fac-similar, 1870); Elianda Figueiredo Arantes TIBALLI, A expansão do povoamento em Goiás... op. cit.; David McCREERY. Frontier Goiás, 1822-1889. Stanford, California, Stanford University Press, 2006. APUD LIMA, 2010 p.35.

Essa diferenciação decorre das formas de ocupação do território que, por sua vez estão associadas às vias de acesso à província e sua articulação inter-regional. Estudos mostram que no século XVIII, já existia uma importante rede de caminhos de interligação das minas de Goiás com outras regiões do país. Barbo e Ribeiro (2015, p.441), entre outros, descrevem essa rede, que pode ser visualizada na Figura 3.

No século XVIII, a partir de Vila Boa de Goiás, uma rede de caminhos irradiava-se em cinco direções distintas: o primeiro caminho dirigia-se para o leste e depois para o sul, passando por Paracatu, em Minas Gerais, até a Capitania do Rio de Janeiro, era conhecido como Picada de Goiás (...); outro seguia na direção oeste, passava por Cuiabá e seguia até Vila Bela, na Capitania de Mato Grosso, era a Estrada do Cuyabá (...); o terceiro, também conhecido como a Estrada da Bahia ou Caminho dos currais e Bahia (...), dirigia-se para o leste e depois para o norte, passando por Couros e São Domingos até Salvador. O quarto caminho levava a todos os arraiais do norte de Goiás, chamado de Estrada do Norte (...); e, por fim, o quinto seguia na direção sul-sudeste, passava por Mogi e fazia a ligação com São Paulo, sendo, na verdade, o primeiro caminho oficial da região, mais conhecido como Caminho de Goyazes.

Desses caminhos, três são mais antigos e foram os principais vetores do processo de ocupação do território goiano. O primeiro é Caminho de Goyazes, ou Estrada dos Bandeirantes, que viabilizou uma frente colonizadora entrando pelo sul de Goiás vindo principalmente de São Paulo. Os outros dois são a Estrada do Norte e o Caminho dos Currais da Bahia. O primeiro acompanha o vale do Rio Tocantins e traz migrantes do Pará e Maranhão. O segundo traz migrantes da Bahia e um grande número de criadores de gado do Vale do São Francisco. A confluência desses dois caminhos representa a frente colonizadora pelo norte e nordeste da província.

Figura 5- Documento cartográfico de 1766-1775 - Mappa dos Sertões que se comprehendem de Mar a Mar entre as capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso e



Pará.

Fonte: Barbo e Ribeiro, 2015, p. 447

Obs: Mapa georreferenciado – Visada Frontal. Destaque para a marcação dos limites da Capitania de Goiás, em linha contínua preta, dos povoados que tinham localização estratégica em relação aos caminhos e, em linha tracejada, das rotas de cada uma das cinco estradas principais que partiam de Vila Boa.

Como mostrado anteriormente, na formação e auge do ciclo a articulação entre os núcleos de arraiais, ao sul e ao norte, era assegurada por

Vila Boa. Esta articulação vai se manter até o início de 1800, mas o processo de diferenciação entre os dois espaços já começa a avançar na segunda metade do sec. XVIII, quando começam a surgir os arraiais que não são propriamente mineradores. Ao olhar os arraiais que aparecem, ou se convertem, à especialização na pecuária nesse período, já apresentados anteriormente, pode-se constatar que eles se localizam basicamente no norte e nordeste da província, articulados à pecuária do São Francisco.

Ao Sul, os arraiais se encontram na influência direta do movimento que segue o Caminho dos Goyases e sob controle mais estrito da Coroa, o que retarda o desenvolvimento local de atividades complementares à mineração. A demanda nas áreas de mineração era constituída, de um lado, por produtos que tinham sua fabricação proibida na colônia como as chamadas “fazendas secas”: ferramentas, armas, ferro, tecidos, sal e utensílios domésticos. De outro lado estavam os muares e o gado, bem como víveres como charque, farinha, milho, feijão, toucinho, rapadura e cachaça. E, ainda serviços de pouso e apoio nos caminhos (BRIOSCHI, 2012).

A produção no sul da província de Goiás de diversos desses itens foi limitada e/ou retardada em razão da articulação de interesses da Coroa e dos paulistas, e mais tarde também dos mineiros, para assegurar seus ganhos com o comércio e impostos, assim como evitar o contrabando de ouro e diamantes.

Os paulistas, e reinóis estabelecidos em São Paulo, controlavam esse comércio que fluía pelo Caminho dos Goyases. As fazendas secas entravam por Santos, passavam por São Paulo e de lá seguiam para Goiás. Bovinos, muares e charque vinham da região sul rio grandense, passando por Sorocaba-SP, dali continuando para a região das minas. Serviços de pouso, e mais tarde a criação de gado e a produção de víveres foram sendo estabelecidos em sesmarias concedidas ao longo do Caminho, viabilizando inicialmente a ocupação e povoamento do nordeste paulista, na primeira metade do século XVIII, e depois o do Sertão da Farinha Pobre (Triângulo Mineiro), que até 1816 pertenceu a Capitania de Goiás (BRIOSCHI, 2012; SUPRINYAK, 2006).

A produção desses itens na província significava a perda para os paulistas de ganhos com o comércio e a cobrança de direitos de passagem.

Por isso pressionavam as autoridades para dificultar a “substituição de importações” para a Coroa, como forma de garantir, o trânsito de ida e volta dessas mercadorias pela estrada real, pois era crucial evitar o contrabando e garantir os ganhos fiscais nos dois sentidos. Era pelo Norte, especialmente pelo Caminho dos Currais, que fluía grande parte do contrabando e a evasão fiscal.

Assim, a fase mais dura da crise com o esgotamento da economia aurífera na capitania, que se situa grosso modo de 1780 a 1805, com perda líquida de população como se evidenciou na Figura 2 (p.28), deve ter atingido de maneira mais profunda a região sul da província, uma vez que o Norte já havia constituído uma rede urbana assentada na pecuária com vínculos importantes com a economia do São Francisco.

Contudo, quem lidera a retomada do crescimento após 1805 é a região sul da província. Oliveira (2006, p.41), mostra que o crescimento populacional de Goiás entre 1804 e 1832 é claramente liderada pelos julgados de Vila Boa e Santa Cruz, que abrangem todo o sul e sudoeste da província. O destaque é para o julgado de Santa Cruz, no qual o crescimento demográfico no referido período foi de mais de 260%.

É neste contexto que vão surgir os povoados que dão origem aos municípios de Catalão, Itumbiara e Rio Verde. Os dois primeiros no julgado de Santa Cruz e o último no julgado de Vila Boa.

Segundo Castro (2016), essa expansão populacional do sul de Goiás, acompanhada do surgimento de novos núcleos urbanos, se insere em um movimento migratório que tem sua origem no sul de Minas Gerais. O movimento de ocupação ao longo do Caminho de Goyases, vindo de São Paulo em direção a Goiás, passando pelo Triângulo Mineiro, havia perdido seu ímpeto por volta de 1760. A razão parece ter sido, principalmente, a concorrência da nova estrada ligando a província ao Rio de Janeiro, que se tornaria capital da Colônia em 1763, conhecida como Picada de Goiás (ver Figura 3, p18).

Esse movimento é retomado com força no final de 1800, alimentado por uma corrente migratória do sul de Minas, principal região produtora de gado no

ciclo minerador daquela província. A transformação do Rio de Janeiro em capital e, um pouco mais tarde, em 1808. A chegada da família real, produz um forte impacto na demanda por atividades de abastecimento, atendida basicamente pelos mineiros. A grande disponibilidade de terras ainda desocupadas nas proximidades da estrada real no nordeste de São Paulo, no Sertão da Farinha Pobre e no sul de Goiás, vai atrair os migrantes de Minas. É preciso lembrar que o penúltimo era parte da província de Goiás até 1816.

Além desse movimento espontâneo, o crescimento do sul de Goiás vai contar também com ações de apoio do governo imperial após a independência do Brasil. Goiás era visto como estratégico para o governo imperial por ser ponto de passagem, tanto para o Mato Grosso, importante para assegurar a fronteira com a América espanhola, quanto, e principalmente, para a região norte que era palco de revoltas que ameaçavam a unidade do império, como a Cabanada e a Balaiada. Além disso, a Constituição de 1891 já previa a transferência da Capital do país para o Planalto Central, e os estudos de localização realizados em 1892 e 1893 concluíram por sua localização em Goiás. Por essa razão, o estado teve uma presença importante nos planos de infraestrutura viária do Império e foi beneficiado com medidas de apoio econômico. Entre as medidas, se destaca a lei 11 de 1838, que concedia isenção de imposto pelo período de 10 anos para criadores de bovinos e equinos que se instalassem no sul de Goiás.

Por fim, o que interessa destacar, antes de comentar o caso concreto do surgimento de cada um dos povoados que deram origem aos três municípios estudados, é o ambiente em que eles surgem. Segundo Castro (2016), apesar de se dar após a exaustão da economia aurífera e antes da integração, por meio da ferrovia, à dinâmica exportadora da economia cafeeira paulista, o ambiente do sul de Goiás no século XIX está longe do quadro de isolamento, estagnação econômica e de recuo à economia de subsistência na província de Goiás, como faz crer parte da historiografia do estado.

A economia do sul e sudoeste do estado já nasce integrada à dinâmica economia escravista de Minas Gerais do século XIX, que tinha foco no mercado interno, e à economia de São Paulo. Com uma especialização inicial na pecuária, que é extensiva, de baixa produtividade, mas fundamentalmente

mercantil. Uma região que se estrutura como a periferia da periferia da economia paulista, sofrendo os efeitos progressivos e regressivos, no sentido de Myrdal, dessa relação (CASTRO, 2016).

2.1.1 Catalão na fase de formação

Existem relatos não confirmados de que membros da comitiva de Bartolomeu Bueno da Silva (filho), portanto por volta 1722, teriam implantado uma roça próxima ao local onde hoje se encontra a cidade e, entre eles estaria alguém de origem catalã, que logo em seguida teria abandonado o grupo. Em uma das variantes da história teria existido no local um “pouso” destinado aos bandeirantes, que se localizaria nas terras de um espanhol de origem catalana (CAMPOS, s/d).

A única referência histórica mais concreta da existência de algum povoamento na região, no século XVIII é uma menção na obra do padre Luís Antônio da Silva e Souza, “O descobrimento da Capitania de Goyaz”, de 1812 de um crime que teria ocorrido no “sítio de Catalão” entre 1732 e 1736.

A criação do povoado que deu origem efetivamente ao atual município de Catalão, segue o caso típico dos núcleos urbanos que se constituem como extensão das propriedades rurais após o auge da mineração. Surgiu de uma aglomeração em torno de uma capela, de nome Nossa Senhora Mãe de Deus, construída em 1810 em um terreno doado por Antônio Manoel, beneficiário da sesmaria conhecida como Ribeirão. Em 1828, a aglomeração possuía 5 casas de telhas e mais de 20 ranchos. Foi instalado como vila, já com o nome de Catalão, em 1834 e, em 1835, adquire a condição de Freguesia. Em agosto de 1859, foi elevado à categoria de cidade (IBGE, 1958, p.113).

O traço distintivo fundamental da história da origem ao município de Catalão, em relação aos casos de Itumbiara e Rio Verde, é o fato do povoado se situar às margens do Caminho de Goyases, principal artéria do processo de ocupação do território goiano, e que continua como um eixo crucial em toda a história do desenvolvimento do estado e de sua interligação com o centro dinâmico da economia do país.

Isso faz com que, além de sua base agropecuária, Catalão se torne rapidamente um importante centro comercial e logístico na região. Além de, como se verá adiante, o pioneiro no desenvolvimento industrial no estado.

Em 1866, são realizadas pesquisas mineralógicas na região verificando-se a existência de diamantes, ouro e pedras semipreciosas, que foram objeto de uma curta exploração (IBGE, 1958, p.114).

Entre 1864-1895, o município foi objeto de estudos da chamada segunda missão Cruls⁸ para verificar as condições para a implantação de uma ferrovia ligando Catalão à Cuiabá, passando pela futura capital com previsão para ser instalada no Planalto Central. A ferrovia seria um prolongamento da estrada de ferro Mogiana que vinha de São Paulo e estava prestes a alcançar Araguari no Triângulo Mineiro, com previsão de chegada a Catalão (RELATÓRIO CRULS, 1896).

Do ponto de vista sócio-político, o município reproduzia a estrutura coronelista típica desta fase do desenvolvimento da agropecuária em Goiás, como mostram Pereira e Freitas (sd, p.3):

Com o aumento da produção agropecuária as relações de camaradagem e agregados se expandem, criando uma situação ambígua, em que o produtor direto não era necessariamente o proprietário, mas os vaqueiros e peões que não eram escravos nem livres, uma vez que o vínculo deles à terra do coronel era estabelecido, mediante dívidas muitas vezes impagáveis, o que transformava o trabalhador em meio de produção. Outra forma de ocupação do espaço no período foi incentivada pelas migrações de “generalistas” e estrangeiros. Os primeiros vieram de Minas Gerais para o cultivo de pequenas roças de gado. E no começo do século XX, vieram as primeiras levas de migrantes italianos, espanhóis e sírios, com forte presença comercial e nas nascentes agroindústrias.

Neste trecho, os autores também chamam a atenção para o surgimento das primeiras agroindústrias, no início século XX e para uma relevante migração de estrangeiros que, juntamente com mineiros e paulistas, vinham atraídos pelo dinamismo e o poder de polarização do município.

⁸ A primeira missão Cruls realizou-se entre junho de 1892 e março de 1893. Liderada pelo astrônomo belga, radicado no Brasil, Louis Ferdinand Cruls, por determinação do Presidente Floriano Peixoto, com o objetivo de estudar e propor a localização da nova capital do Brasil que deveria se transferir para o Planalto Central, conforme determinação da Constituição de 1891. O relatório desta missão já destacava a necessidade de uma via férrea que ligasse a nova capital ao litoral.

2.1.2 Itumbiara na fase de formação

O surgimento de Itumbiara situa-se, igualmente, no quadro já descrito da expansão da migração dos mineiros, seguido de paulistas, para o sul de Goiás, passando pelo Sertão da Farinha Podre. Diversos desses migrantes se instalam no fértil vale do Paranaíba, dos dois lados do rio, na segunda década dos anos 1800. Logo ocorrem esforços no sentido que se estabelecer uma conexão viária com a antiga Estrada dos Bandeirantes, que se conectava a São Paulo e por onde fluía aquela onda migratória.

Por iniciativa do General Cunha Matos, em 1824 construiu-se uma estrada ligando Anhangüera a Uberaba, passando pelo rio Paranaíba, na divisa de Goiás com Minas. No ponto da passagem daquele rio, construíram um porto, e no local onde hoje se encontra a cidade, instalaram um posto de arrecadação de rendas estaduais.

Dada sua localização entre Goiás e Minas, e se tratando de zonas propícia a agricultura e à criação de gado, formou-se o povoado de Santa Rita do Paranaíba, cujo desenvolvimento foi rápido. Conforme se verifica em todos os povoados, foi ali também edificada uma capela, tendo como padroeira Santa Rita. Posteriormente, em homenagem à mesma santa, o povoado recebeu o nome de Porto de Santa Rita (IBGE, 1958, p. 246).

Uberaba, que havia sido elevada à condição de Freguesia em 1820, situava-se numa posição estratégica na linha da segunda estrada. Assim, criava-se uma variante para a entrada em Goiás, da trajetória do antigo caminho dos Goiazes, que concorreria com Catalão como ponto de conexão e início de importantes eixos de desenvolvimento interno de Goiás e de conexão com o polo mais dinâmico da economia brasileira situado em São Paulo.

O povoamento urbano de Catalão ocorreu de forma diferente. Uma vez que, a existência do porto e do posto de arrecadação operou como força de aglutinação para seu crescimento. No processo, entretanto, repete-se a história da doação do terreno por fazendeiros locais, no caso pelas famílias de José Domingos da Costa, José Bernardo da Costa e Antônio Francisco Gardiano que, em 1842, doaram a área para construção da capela de Santa Rita. Esta por sua vez, deu nome ao novo povoado de Santa Rita do Paraíba. Por ato provincial de 1852, tornou-se freguesia de Santa Rita do Paranaíba, tornou-se vila em 1909, desmembrando-se do município de Morrinhos, e elevado à

categoria de cidade em 1915. A cidade só ganha o nome de Itumbiara em 1943 (IBGE, 1958, p.246).

2.1.3 Rio Verde na fase de formação

Diferentemente de Itumbiara e Catalão, que se situam na fronteira com o Triângulo Mineiro, e que praticamente já nascem conectados ao corredor da antiga Estrada dos Bandeirantes, Rio Verde fica um pouco mais afastado da região sudoeste do estado. Por essa razão, o fluxo migratório de mineiros e paulistas que buscam novas terras, chega um pouco mais tarde, já na segunda metade dos anos 30 do século XIX. Esse fluxo será impulsionado pela já mencionada Lei nº 11 de 5 de setembro de 1838, que concede incentivos fiscais para a produção agropecuária especificamente na região.

Ficavam isentos por espaço de dez anos de pagar Dízimo de Miúncas de Gado Vacum e Cavalari, os atuais habitantes de Rio Verde, além do Turvo, bem como os que dentro do prazo de dez anos forem estabelecer-se por aquelas bandas (CUNHA, 1988, p. 19).

A legislação revela o interesse da Corte Imperial em fomentar a ocupação da região, que dispunha de grandes extensões de terra não aproveitadas. As primeiras fazendas que por ali se formam se dedicam sobretudo à criação de bovinos e equinos. Além da pecuária, se estabelecem pequenas roças para o cultivo de milho, feijão, arroz, mandioca e abóbora, dentre outros produtos.

As pequenas roças se localizavam predominantemente, nas contra encostas suaves, próximas de córregos e riachos permanentes, em áreas de solos mais úmidos e férteis, onde antigamente existiam matas, galerias mais largas e contínuas. A tradição de cultivo em solos florestais parece ter dominado desde os primeiros tempos. A cada aguada corresponde uma ou duas habitações, no cruzamento das estradas e caminhos da região (CAMPOS, 1971, p. 18).

A constituição do povoado segue o modelo típico do período, com a doação de terras para construção de uma capela, ali em honra a Nossa Senhora das Dores, em torno da qual veio a se formar o Arraial Nossa Senhora das Dores de Rio Verde (ELIAS, 1990).

O arraial foi elevado à condição de distrito município de Goiás, em agosto de 1848, tendo seu nome mais tarde alterado para Dores do Rio Verde.

A criação do município com a denominação de Rio Verde, se deu em 1854 (IBGE, 1958, p. 386-387).

Durante toda segunda metade do século XIX e início do século XX, a região manteve o crescimento focado na pecuária e pequenas lavouras. Em meados de 1915, se iniciou, no município, a construção de uma usina hidrelétrica de geração de energia, com 400 mil W. Esse empreendimento estimulou o crescimento demográfico da região, com a chegada de famílias em busca de novas oportunidades trabalhistas com a construção da usina (SOUZA, s/d).

2.2 A fase ferroviária (1910-1935)

Essa fase se inicia com a chegada da estrada de ferro em Goiás, em 1911. Trata-se de um momento de importante inflexão para a economia goiana e, em particular, para a história dos três municípios analisados.

Os trilhos da estrada de ferro Mogiana-Estrada de Ferro Goiás⁹ (de agora para frente referida só como Mogiana) entram no estado de Goiás por Catalão. Ao fazê-lo, resolvem, pelo menos pelos próximos 30 anos. A concorrência entre Itumbiara e Catalão tem o papel de principal nó de ligação entre a economia goiana e novo centro dinâmico da economia brasileira, São Paulo.

A Mogiana segue basicamente o trajeto do Caminho de Goiasés, vindo de São Paulo, passando pelo triângulo Mineiro e entrando no estado de Goiás por Catalão.

Fortanari et al. (sd) mostram que, ao mesmo tempo que acompanhava e fortalecia a economia cafeeira em São Paulo, a Mogiana ia cumprindo um papel de integração regional. Ela transportava não só o café para o porto de exportação, mas também as mercadorias de abastecimento, principalmente bovinos e animais de carga, para atender as necessidades das regiões

⁹ No ano de 1920 o Governo Federal encampou a parte da ferrovia Mogiana que adentrava o território de Goiás e alterou o nome desse trecho para Estrada de Ferro Goiás.

produtoras. Assim, atendia, ao mesmo a economia cafeeira exportadora e suas atividades complementares, fortalecendo, nos interstícios da primeira, uma importante economia voltada para o mercado interno.

Ainda segundo os mesmos autores, na verdade a estrada de ferro vinha intensificando um circuito econômico prévio, que envolvia o nordeste de São Paulo, o sul e o Triângulo em Minas Gerais, e o sul de Goiás¹⁰.

Após a crise da economia aurífera, esse circuito foi sendo costurado pelo movimento de migração dos produtores de animais e víveres do sul de Minas, para o nordeste de São Paulo, o Triângulo Mineiro e o sul de Goiás, descrito no subitem anterior. Através desse circuito, a forte economia mineira de abastecimento de víveres e principalmente carne e animais de carga, alimentava o grande consumo da capital do Império, o Rio de Janeiro e, crescentemente também o mercado de São Paulo.

Neste circuito, o Triângulo Mineiro era o ponto de passagem do gado vindo de Goiás, e também do Mato Grosso, em direção ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Na medida em que São Paulo se torna o centro do complexo cafeeiro e, concomitantemente, avança a infraestrutura ferroviária interligando os diversos pontos, o destino do gado passa a ser cada vez mais os frigoríficos de São Paulo (FORTANARI et al., sd).

Uma breve análise do trajeto do gado, em Goiás, observa-se que esses animais se deslocavam a pé, saindo (ou passando) por Catalão e Itumbiara, indo até Uberaba no triângulo mineiro e, de lá, seguindo para o Rio ou São Paulo. Assim, a chegada da ferrovia representa um salto no volume e na integração desse processo. Permitindo, inclusive, que além do Gado, outros víveres e produtos complementares pudessem ser exportados para o mercado paulista, cada vez mais dinâmico.

2.2.1 Catalão na fase ferroviária

A chegada da Mogiana a Catalão, e sua continuidade em Goiás seguindo a antiga via dos bandeirantes, transforma a cidade no polo daquele

¹⁰ Além também de parte do Mato Grosso.

circuito em Goiás e, conseqüentemente, do dinamismo interno do estado produzido pelo avanço na integração com a economia cafeeira paulista.

A Mogiana chegou em Araguari em novembro de 1896. Depois de uma resistência inicial da empresa ferroviária em prolongar os trilhos para Goiás, eles finalmente chegam em Anhanguera e Cumari, em 1911. Em 1913 alcança Goiandira, Catalão e Ipameri, chegando a Pires do Rio em 1922 (BORGES, 2011).

A chegada da ferrovia tem um impacto imediato nas exportações interestaduais de Goiás. “Em 1916, foram exportadas 7.021 cabeças de bois gordos. Nos dois anos seguintes, foram exportados pela estrada de ferro 16.642 “vacuns” e 85.598 cabeças de bois, respectivamente (...) em 1923 foram exportadas 149.545 cabeças de bois e 10.509 cabeças de vacas”. O avanço não foi apenas em termos de volume, mas também de diversificação. Houve um forte incremento na exportação de produtos agrícolas como arroz, feijão, farinha de mandioca, fumo, mamona e caroço de algodão (CASTILHO, 2012).

Além de dinamizar o comércio e a agropecuária, a ferrovia incentivou a implantação das primeiras unidades industriais em Goiás. Até então, o estado possuía apenas uma pequena agroindústria rural quase artesanal. O censo industrial de 1920 (BRASIL, 1927), o primeiro no Brasil, aponta a existência de 16 empresas industriais em Goiás. Dessas, oito estavam em Catalão e seis em Ipameri e, portanto, apenas duas não se encontravam na área de influência da ferrovia.

Em 1920, Catalão é a principal cidade polo do estado, o maior em termos de população (9,6% da população total do estado), de PIB (10,1%), de Valor Adicionado da Agropecuária (10%) e de Valor Adicionado da Indústria (30%) (IPEADATA, 2017).

2.2.2 Itumbiara na fase ferroviária

Itumbiara, como toda a região sul e sudoeste do estado, também vai se beneficiar com chegada da ferrovia, com a diversificação da produção e o aumento da exportação interestadual de produtos agropecuários, aumento de

população e dinamização do comércio. Entretanto, em níveis bem menores do que os municípios que estão na influência direta linha férrea.

Em 1920, ela ocupa a décima primeira posição em termos de PIB no estado, com 3,3% do PIB estadual, representa 2,7% da população, 3,6% do Valor Adicionado da agropecuária e apenas 0,2% do Valor Adicionado da indústria (IPEADATA, 2017). Valores muito mais modestos, comparados aos de Catalão.

2.2.3 Rio Verde na fase ferroviária

O mesmo pode-se dizer para Rio Verde, em termos dos reflexos gerais. Entretanto, com um potencial agropecuário maior, no geral seu desempenho no período é melhor que o de Itumbiara, ainda que também muito menor do que Catalão.

Em 1920, o município ocupa a quinta posição em termos de PIB no estado, com 5,3% do PIB estadual, 5,8% do Valor Adicionado da Agropecuária e 2,1% do Valor Adicionado da Indústria. Exibe um crescimento populacional bastante expressivo. O município tinha 6.882 habitantes em 1910, e salta para 12.661 em 1920, o que representa 3,2% da população estadual neste último ano (IPEADATA, 2017).

2.3 A concentração no centro do estado (1935-1970)

Esse período que pode ser situado, a grosso modo entre 1935 e 1970, é de grandes transformações no Brasil e no estado de Goiás.

No Brasil, onde o marco mais preciso do início desse processo é 1930, o país passa pela mudança do centro dinâmico da economia do setor agroexportador para a indústria. Trata-se, na interpretação cepalina, do início da primeira fase de um processo de industrialização por substituição de importações, tendo como foco o segmento de bens de consumo não duráveis. Na leitura do “capitalismo tardio”, de Cardoso de Mello (1982), é uma fase de “industrialização restringida”, na qual, apesar da indústria assumir a liderança na dinâmica econômica, pelo fato de ela não estruturar um setor de bens de capital, a economia continua fortemente dependente dos superávits gerados

pelo setor agroexportador. É, ainda, um processo de industrialização profundamente concentrado e concentrador espacialmente em São Paulo, em um quadro de avanço da integração inter-regional do mercado brasileiro.

Goiás se insere em uma posição periférica nesse processo. Como foi apontado no item anterior, o estado já vinha em um longo processo de articulação com a economia paulista como fornecedor de alimentos. Essa articulação teve um salto de qualidade com a conexão ferroviária na fase de avanço na economia cafeeira paulista. A partir de 1930, verifica-se um novo salto de qualidade nessa interação, na medida em que prospera a indústria em São Paulo, e com ela a necessidade de acesso a alimentos para sua força de trabalho assalariada, bem como a de matérias-primas.

Essa fase é também de significativas mudanças na estrutura e no papel do Estado brasileiro. Com a revolução de 1930, substitui-se o velho Estado oligárquico da Primeira República, prisioneiro dos interesses regionais e localistas, por um Estado moderno, com políticas ativas de promoção da industrialização e de aprofundamento da integração nacional.

Goiás, assim como todo o Centro-Oeste, foi um grande beneficiário das políticas de fortalecimento da unidade nacional desse Estado, como a Marcha para o Oeste, o apoio a construção de Goiânia e, sobretudo, a construção de Brasília e toda a infraestrutura de integração que acompanhou a transferência da capital federal para o Planalto Central.

A Marcha para o Oeste, programa do primeiro governo Vargas, se inseria em um esforço de ocupação do território e de proteção das fronteiras nacionais, de promover uma maior articulação entre as áreas desocupadas e potencialmente produtoras de alimentos e matérias primas, com o núcleo industrial dinâmico de São Paulo. O Centro-Oeste era visto, sobretudo como um espaço de transição entre as zonas litorâneas e as fronteiras a oeste, assim como entre o Sudeste desenvolvido e a Amazônia desocupada. Como mostram Castro e Arriel (2016, p.23)

A estratégia era de ir abrindo novos caminhos para o norte, com um esforço simultâneo de promover a criação de centros de povoamento e de colônias agrícolas ao longo desses caminhos. Cidades como Aragarças (GO) foram criadas nesse movimento e colônias agrícolas foram surgindo pela ação de empresas de colonização públicas e privadas, entre as quais se destacam a de Ceres (GO) e a de Dourados (MS).

A construção de Goiânia, com expressivo apoio do governo federal, teve um papel significativo na dinamização em geral da economia do estado e, especialmente no desenvolvimento local da indústria da construção civil e de seus insumos. Contudo, o que interessa destacar nesse trabalho, é que a estrutura urbana, moderna e ampliação da oferta de serviços, tornaram a capital um forte polo de atração de população e investimentos, trazendo o centro dinamismo da indústria nascente para o seu entorno. A extensão da estrada de ferro até Anápolis, onde ela chegou em 1935, e posteriormente na própria capital, em 1950, também contribuiu fortemente para este processo.

A construção de Brasília foi, sem sobra de dúvida, a medida de maior impacto da dinamização do Centro Oeste em geral, e de Goiás em particular. A transferência da capital exigiu um enorme esforço de infraestrutura, sobretudo rodoviária, de conexão da região com todo o território nacional, com enormes repercussões na capacidade produtiva da região. Esses efeitos se fazem sentir, sobretudo, no período a ser tratado no próximo item. Operou, igualmente, como um poderoso polo de atração população e de negócios modernos, sobretudo no setor de serviços.

Um ponto fundamental a destacar, é que o processo de construção de Brasília se insere na estratégia desenvolvimentista do governo JK, que incluía a rápida implantação da indústria automobilística no país e, com ela, a mudança do padrão de transportes do ferroviário para o rodoviário. Tanto é verdade que quase todo o esforço de infraestrutura viária no período se concentrou neste modal. Esse fato tem também grande importância na configuração espacial da nascente indústria goiana, na medida em que transfere o principal eixo de desenvolvimento do estado e de conexão com a economia do Sudeste da via férrea que entra por Catalão, para a ligação rodoviária a partir da BR 153, que cruza Itumbiara.

2.3.1 Catalão na fase rodoviária

A articulação entre os três elementos já mencionados, a extensão da ferrovia para Anápolis, a construção de Goiânia e o deslocamento do eixo ferroviário para o rodoviário, a partir da infraestrutura para atender a nova

capital federal, retiram de Catalão o papel de principal polo econômico e de desenvolvimento industrial que o município ocupava até o início dos anos 1930.

Catalão também se beneficia com os investimentos rodoviários que acompanham a construção de Brasília. A BR 50 liga o município, por um lado, com a capital federal e, por outro, ao Triângulo Mineiro. Entretanto, ele perde a primazia na conexão com o Sudeste que passa a ser liderada pela BR 153.

A participação de Catalão do VA da indústria que foi de 29,7% no total estadual em 1920, cai para 4,8% em 1939 e, em seguida para 1,7%, em 1970. A sua representação na população de Goiás cai de 9,6% em 1920, para 4,2% em 1940, e para 1,1% em 1970. A do PIB passa 10,1% em 1920, para 4,8% em 1939 e 1,4% em 1970. E, finalmente, do VA da agropecuária sai 10% em 1920, para 4,3% em 1939 e 1,2% em 1970.

É preciso ter claro que isso não significa involução absoluta no crescimento da cidade, de queda relativa em razão da mudança da dinâmica de polarização.

2.3.2 Itumbiara na fase rodoviária

Itumbiara alcança, a partir de 1959 (ver Gráfico 2, p. 25), o papel que ela começou a disputar com Catalão desde o seu surgimento, com a instalação de um posto de fiscalização na entrada da província. Qual seja, o papel de principal ponto de interligação logística entre a economia do estado e a do Centro Sul, uma localização estratégica no novo eixo primaz de crescimento de Goiás que passa a ser a BR 153.

Essa nova situação se expressa nas estatísticas. Como pode ser observado no Gráfico 2 (p.25), a participação do município no VA industrial do estado passa de em 1939, o menor entre os três municípios estudados, para 3%, o maior entre eles, em 1970. Sua presença no PIB de Goiás, no mesmo período, passa de 1,7% para 2,8%, o dobro de Catalão, mas menor que Rio Verde, em função do peso que este último vai ganhar no VA agropecuário. No VA da agropecuária vai de 2,0% para 3,2%. Na população, Itumbiara sai de 2,4% em 1940, a menor participação entre os três, para 2,7% em 1970, a maior entre eles.

2.3.3 Rio Verde na fase rodoviária

Rio Verde também se beneficiou fortemente com os investimentos na infraestrutura rodoviária, ainda que não no mesmo nível que Itumbiara. Em decorrência do Plano de Metas e da Construção de Brasília o município se conectou a Goiânia e à capital federal, pela BR 060, e ao Triângulo Mineiro, pela BR 452, passando por Itumbiara.

Isso vai se refletir, sobretudo, em sua participação no VA Agropecuário, que passa de 5,9% em 1939, para 7,4% em 1970, mas que o dobro de Itumbiara neste último ano. Já no VA da indústria sua presença relativa cai de 2,1% para 1,3% no mesmo período. Em função do crescimento do seu peso na agropecuária, Rio Verde vai liderar também a presença no PIB entre os três municípios, com 4,0% em 1970. No que se refere à população, sua participação relativa cai 4,7% em 1940, para 2,3% em 1970, se tornando menor do que Itumbiara, mas superando em mais de 2 vezes a participação relativa de Catalão neste último ano.

2.4 A modernização agrícola e o avanço na exploração mineral (1970-1999)

Esse quarto período abrange um processo de intensa modernização da agropecuária de Goiás e de avanço na exploração de seu potencial mineral, bem como uma aceleração em seu processo de crescimento industrial, entre 1970 e 1999.

Ao analisar o processo de desenvolvimento industrial do Brasil, observa-se que somente em 1970, é que se inicia uma segunda etapa de sua industrialização pesada. Entre 1930 e meados dos anos 1950, o país viabilizou uma industrialização leve baseada em bens de consumo não duráveis. Ingressou numa fase de industrialização pesada a partir de 1955, com o Plano de Metas, focado da indústria de bens de duráveis e de capital. E, em seguida, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), iniciado em 1974, avança para a produção de bens intermediários e a consolidação da produção de bens de capital.

De 1930 a meados de 1970, o movimento de industrialização é profundamente concentrador em termos espaciais. Em 1973, São Paulo isoladamente responde por 58% de todo o valor da transformação industrial (VTI) no país. O Sudeste e Sul reunidos representam 92% do VTI nacional (IBGE, 2017).

A partir daí começa a se verificar um gradual processo de desconcentração industrial, com o surgimento de polos industriais dinâmicos fora do Sudeste. São várias as razões que explicam esse fenômeno.

De um lado se acumulam deseconomias de aglomeração, na região metropolitana de São Paulo, que estimulam uma desconcentração das indústrias em direção ao interior daquele estado e às economias dinâmicas mais próximas.

De outro lado, ao priorizar os setores de bens intermediários e melhorar a infraestrutura de várias regiões, o II PND vai incentivar a indústria próxima às fontes de suas matérias-primas, levando ao surgimento de vários polos industriais fora do Sudeste, como o polo petroquímico de Camaçari (BA), o complexo de Carajás no Meio Norte, o polo minero químico em Catalão (GO) e outros (CASTRO, 2007)

E, ainda, para além do foco na indústria, o II PND tinha entre seus objetivos estratégicos promover uma rápida modernização da produção agrícola exportadora no país, com ampliação das escalas de produção e ganhos de produtividade no modelo da chamada “Revolução Verde”.

Os três pilares desse modelo são o melhoramento genético de sementes, a ampla mecanização e a utilização intensiva de insumos químicos, como defensivos e fertilizantes. Criar as condições para viabilizar essa transformação tecnológica não só estava entre as metas prioritárias do II PND, como eram absolutamente complementares com seus objetivos, no campo de desenvolvimento industrial. Tratava-se de promover a indústria de bens de capital, onde se enquadram as máquinas, equipamentos agrícolas, de insumos e intermediários, categoria na qual se inserem os defensivos e fertilizantes.

As políticas que viabilizaram essa transformação, incluíram a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1973, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), e de uma série de programas para incentivar o avanço da produção nacional de máquinas,

equipamentos agropecuários, bem como de defensivos e fertilizantes, reduzindo a dependência da importação desses produtos.

Ocorreu, naquele momento um “casamento perfeito” entre a lógica da Revolução Verde e as condições naturais do cerrado. A mecanização em larga escala exigia solos planos e baratos, disponíveis em grande quantidade. Era exatamente o que havia do cerrado. Seu baixo custo se devia, entre outras coisas à sua acidez e baixa fertilidade. Problemas que puderam ser facilmente resolvidos com pesquisa genética de cultivares adequados e utilização de calcário e fertilizantes.

Além disso, os investimentos em infraestrutura que vieram para a região no bojo do Plano de Metas, acompanhando a mudança da capital federal, haviam melhorado as condições de escoamento, sobretudo para as regiões mais ao sul do Centro Oeste. O II PND vai complementar esses investimentos, não apenas na estrutura rodoviária, mas também na oferta de energia.

Por outro lado, os produtos agropecuários que mais se adequam a esse modelo, de grande escala e foco na exportação, são os grãos, sobretudo a soja, e carnes de animais de pequeno porte, como aves e suínos, que são essencialmente matérias-primas industriais. Assim, o desdobramento desse movimento em uma agro industrialização era algo mais ou menos óbvio.

Como mostra Castro (2007), as políticas dos estados da região tiveram um papel neste processo, através de seus programas de incentivos fiscais. Não como determinantes da atração dos investimentos, pelo menos das fases iniciais de processamento, porque se trata de típicas indústrias weberianas, isto é, aquelas que tendem ou, em vários casos, precisam se localizar próximas à fonte de matéria prima. Seu papel foi, e continua sendo, de acelerar o processo, empurrá-lo para as etapas mais de maior verticalização e agregação de valor, e inserir um vetor de diferenciação no processo.

O estado de Goiás foi particularmente agressivo nesse processo. Como mostram Arriel e Castro (2012), a partir de meados de 1980, os programas de incentivos fiscais do governo estadual possibilitaram a aceleração e aprofundamento do avanço da industrialização, associada à modernização agrícola e à exploração mineral. Mas estimularam, ao mesmo tempo, a emergência de alguns novos segmentos industriais não vinculados às

vantagens comparativas naturais da região, resultando em uma maior diferenciação em seu tecido produtivo.

Além dos incentivos fiscais, os governos estaduais da região utilizam incentivos financeiros por meio do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO). O FCO é um fundo federal, porém a gestão estratégica da aplicação dos recursos é dos governos estaduais da região. Os fundos constitucionais para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste foram criados pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 159, inciso I, alínea “c”, com objetivo de contribuir para a redução das desigualdades regionais no país (OLIVEIRA, ARRIEL e SILVA, 2014).

2.4.1 Catalão na fase de modernização agrícola e exploração mineral

Em 1974, no bojo no II PND foi instituído o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA) e criada a empresa Insumos Básicos S.A Financiamento e Participações – FIBASE, empresa subsidiária do BNDE, para financiar este e os demais programas de substituição de importação de bens intermediários (LESSA, 1998).

Catalão se beneficiou diretamente deste processo. Em 1979, instala-se no município a Goiasfertil, empresa pública criada especificamente com esse propósito. A empresa, depois de ter sido absorvida pela Petrofertil¹¹, foi adquirida pelo grupo privado Ultrafertil, possuindo hoje uma planta de extração em Ouvidor – município ao lado da Catalão - e outra de produção de fertilizantes fosfatados em Catalão. Em 1984, instalou-se a Copebrás, também com uma planta de extração de rochas fosfática em Ouvidor e uma de produção fertilizantes fosfatados em Catalão. Hoje, pertence a CMOC International, que adquiriu as operações de nióbio e fosfatos da Anglo American no Brasil, que havia anteriormente absorvido a Copebrás.

Outro bem intermediário prioritário no II PND era o ferro-nióbio e sua matéria-prima o nióbio. Em 1976-77, instala-se na região a Mineração Catalão,

¹¹ Empresa subsidiária de Petrobrás para atuar no setor de fertilizantes, que absorveu paulatinamente todas as empresas públicas que tinham sido criadas no âmbito do I PNFCA (Ultrafertil, Nitrofertil, Goiasfertil, Fosfertil e ICC). Posteriormente, no início de 1990 todas elas foram privatizadas (a Goiasfertil foi privatizada em outubro de 1992) e a Petrofertil foi extinta em 1994.

com duas plantas, uma de extração de nióbio em Ouvidor e outra de produção de ferro-nióbio em Catalão. A empresa foi igualmente comprada pela Anglo American e hoje pertence a CMOC International.

O governo estadual também atuou fortemente no sentido de trazer indústrias para Catalão. Em 1978, criou o Distrito Mineral Industrial de Catalão, que concede terrenos a custo subsidiado para empresas que se instalem no município. Além disso, com pacotes de incentivos fiscais e financeiros agressivos trouxe para Catalão a John Deere (1998/99), multinacional que fabrica colhedoras de cana de açúcar e pulverizadores, e a MMC (1998), empresa brasileira que produz sob licença os veículos da Mitsubishi Motors do Brasil.

2.4.2 Itumbiara na fase de modernização agrícola

Localizada estrategicamente às margens da BR 153, na fronteira com Minas Gerais, e saída para São Paulo, com ampla disponibilidade de terras planas, Itumbiara foi participante ativa do processo do avanço da Revolução Verde no cerrado descrita anteriormente.

À medida que foi avançando sua produção milho e algodão, o município foi se tornando centro de atração para a agroindústria. Já em 1975, a Caramuru instala uma planta de processamento de milho em Itumbiara. Em 1986, instala uma unidade de óleos vegetais e, em 1992, implanta uma moderna refinaria integralizando um Complexo Industrial que vai do grão esmagado ao óleo refinado embalado pronto para o consumo final. Ao longo desse processo, a Caramuru se transformou em uma das maiores empresas brasileira do segmento.

Em 1982, a Pioneer, gigante americana no segmento de sementes, hoje controlada pela Du Pont, também americana, instala uma unidade de processamento de sementes de milho e uma estação de pesquisa em Itumbiara.

Nos anos 1990, o Grupo Maeda, também já um forte grupo nacional com foco no setor de algodão, implanta uma unidade de produção de óleo a partir do esmagamento de caroço de algodão. Mais tarde, inaugura também uma planta de produção de gorduras vegetais, uma matéria-prima amplamente

utilizada na indústria de alimentos. Nos anos 2000, essas unidades foram vendidas, e a primeira passou para o controle da Cargill e a segunda para a Louis Dreyfus.

Também nos anos 1990, instala-se a Alca Foods, que produz cereais matinais a base de milho. Cooperativas de leite e várias outras empresas industriais de menor porte são criadas ou se estabelecem no município nesse período, como desdobramento direto ou indireto do movimento de expansão e modernização da agropecuária.

A dinâmica de forte interação entre agropecuária e indústria alimenta o crescimento da cidade a cidade, que vai crescendo se consolidando como polo da região e construindo um amplo segmento de comércio e serviços de alcance regional.

2.4.3 Rio Verde na fase de modernização agrícola

Em meados dos anos 1970, Rio Verde e seu entorno disponibilizavam uma grande quantidade de terra planas e baratas. Fato esse, que atraiu produtores experientes do sul do país, que vieram do norte do Paraná e do Rio Grande do Sul para as regiões do cerrado. Vendendo pequenas glebas de terras valorizadas em sua região, esses produtores podiam adquirir, com crédito e condições facilitadas, enormes extensões de terra no Centro Oeste. Programas como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) estimulavam esse movimento.

Esse fato pode ter contribuído para que os produtores da região Sudoeste terem sido pioneiros na produção de soja em Goiás. Segundo a Aprosoja (2017), o grão já era um produto conhecido no Rio Grande do Sul desde 1914. Entretanto, a expansão dessa cultura no Brasil, só vai se dar efetivamente, a partir da década de 70. Ainda de acordo com a Associação, a produção nacional de soja, que foi de não mais do que 1,5 milhão de toneladas em 1970, alcança 15 milhões de toneladas em 1979.

De acordo com Machado (1996), existem registros de plantação de soja no Sudoeste de Goiás desde 1969. Os principais produtores nessa data eram

Rio Verde, Quirinópolis e Mineiros que, juntos, respondiam por 44% de toda a soja produzida em Goiás.

Dada a vocação industrial da soja, esse parece ser um elemento importante para se entender o precoce desenvolvimento agroindustrial do município. Um fator sem dúvida muito importante, é de natureza institucional, que como destaca a visão sistêmica neoschumpeteriana dos fatores locacionais de Weber, assume grande importância no processo de atração e retenção de atividades industriais.

Os produtores da região se organizaram muito cedo e de forma bastante efetiva na defesa de seus interesses. A partir de uma articulação iniciada em 1974, 67 produtores fundam, já no ano seguinte, a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste (COMIGO), com uma pauta bastante objetiva, enfrentar o problema de armazenagem e comercialização que os deixava na mão de atravessadores. Conforme ressalta também a referida visão sistêmica dos fatores locacionais, o tecido institucional de um território é *path dependence*, depende a história de formação do mesmo. A mencionada migração sulista, advinda de uma região com forte tradição cooperativista, ajuda a entender este fenômeno.

Em 1978, a cooperativa já contava com mais de 700 associados e estava concluída a construção da primeira unidade de armazenamento da cooperativa em Rio Verde, bem como de uma loja, em Santa Helena de Goiás. Dois anos depois, em 1980, a COMIGO realiza sua primeira exportação. Em 1983, já inaugura mais três armazéns graneleiros e uma fábrica de óleo bruto de soja, que logo avançou para as etapas de refino e envasamento. Em 2017, já é um grande complexo agroindustrial, com indústrias de óleo e farelo, indústria de laticínios, misturadores de fertilizantes, fábrica de sabão, unidade de beneficiamento de sementes, uma Cooperativa de Crédito, uma empresa de Florestal, diversos laboratórios de controle de qualidade e Centro Tecnológico Comigo (CTC) de geração e difusão de tecnologias agropecuárias.

Grande parte de seu sucesso, se deve à sua grande capacidade de articulação com diversos segmentos dentro e fora do município e do estado, além de uma estreita relação com o poder público municipal. Um de seus fundadores, e primeiro presidente, foi prefeito do município por três mandatos.

A Cooperativa interage com um conjunto de outras organizações de classe bastante ativas como Associação dos Produtores de Grãos (APG), o Sindicato Rural, o Clube dos Engenheiros Agrônomos (Ceagro), o Clube dos Amigos da Terra (CAT), e com as organizações que integram a infraestrutura de conhecimento como a Fundação do Ensino Superior de Rio Verde (Fesurv), Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde (Cefet) e o Senai local. Trata-se de uma rede de relações que tem sido virtuosa, gerando importantes ganhos de cooperação.

Trata-se de uma experiência bastante interessante, porque se assiste a rápida estruturação do complexo agroindustrial de grãos protagonizada, pelo menos nas suas operações a jusante, pelos próprios produtores locais organizados.

Esse forte avanço precoce do complexo, cria fortes vantagens locais para empresas do segmento, que acabam sendo determinantes nas decisões de escolha dos novos entrantes no segmento em Goiás. Os grandes players globais na área no mercado mundial de *commodities* agrícolas, a Cargill, a Louis Dreyfus (utiliza o nome COIMBRA no Brasil) e a Bunge, além na brasileira Caramuru, se estabelecem inicialmente com investimentos em armazenamento, para estruturar o seu negócio local de aquisição de grãos.

Esse tipo de presença inicial se dá em todas as principais regiões produtoras. A decisão de avançar para uma presença da produção industrial é muito mais seletiva. A Cargill, por exemplo, que é a maior delas, uma empresa que possui 150 mil funcionários, em 70 países, que só no Brasil faturou R\$ 32 bilhões em 2015, no mercado de commodities brasileiro, está presente com escritório e/armazéns em 137 municípios brasileiros. Entretanto, só tem plantas de processamento de soja em sete deles: Mairinque (SP), Uberlândia (MG), Ponta Grossa (PR), Rio Verde (GO), Primavera do Leste (MT), Três Lagoas (MS) e Barreiras (BA). São todos municípios que nucleiam os maiores polos de produção de soja do Brasil.

A Louis Dreyfus, estabeleceu sua planta de processamento de soja na vizinha cidade de Jataí. Em seguida, adquiriu a Kowalski e com ela, uma planta de germinação e moagem de milho em Rio Verde.

A terceira gigante mundial, a Bunge, só entrou no processamento de soja em Goiás bem mais tarde, optando pelo novo polo do segmento que se estabelece em Cristalina, próximo de Brasília.

Além do papel decisivo na construção e integração do complexo de grãos na região, em meados dos anos 1990, a COMIGO inicia a um esforço para trazer a indústria de carnes suína para Rio Verde, chegando a fazer uma *joint venture* com a Dalland, uma empresa de genética Holandesa.

Diante da possibilidade de ida da Perdigão (hoje BRFoods) para o município, não só a Perdigão, mas aquele conjunto de entidades se envolveu nas conversações e no apoio para viabilizar o empreendimento, que se iniciou em 1998 e só foi concluído em 2003.

3 CAPÍTULO III ANÁLISE COMPARATIVA DO DESENVOLVIMENTO RECENTE

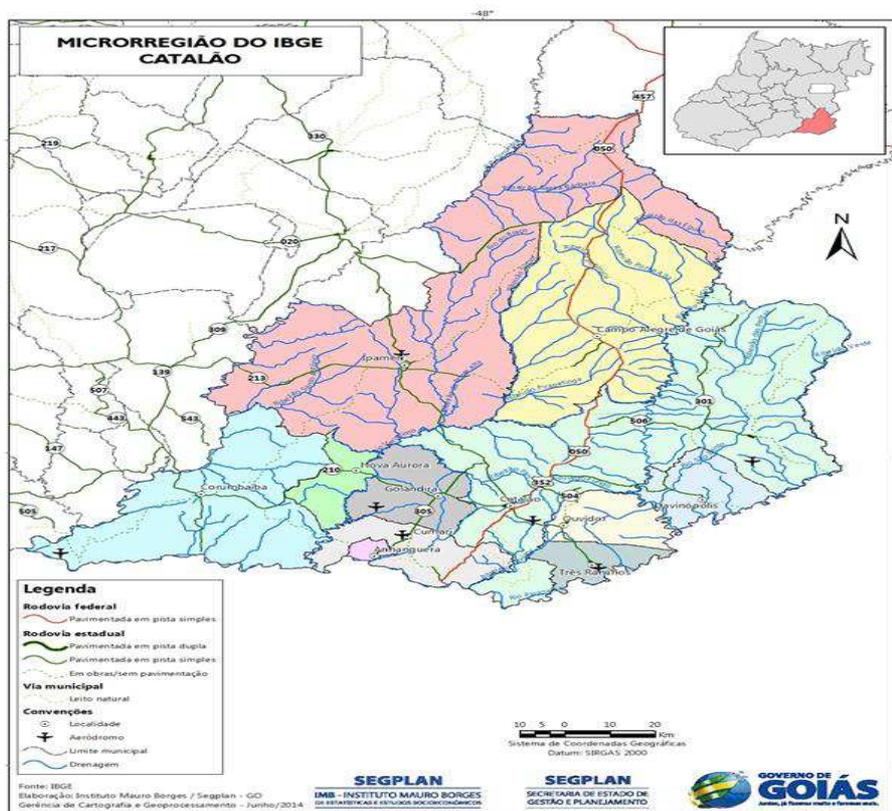
Neste capítulo serão discutidos os resultados da pesquisa, verificando as características do crescimento industrial de cada um dos municípios considerados, no âmbito de sua microrregião e na comparação com os demais. Em seguida, o processo vai ser considerado do ponto de vista dos seus impactos mais qualitativos, na estrutura produtiva e no setor de serviços e, por fim, alguns dos seus reflexos na dimensão social e institucional dos municípios analisados.

3.1 Microrregiões e suas cidades polo

3.1.1 Microrregião de Catalão

A cidade de Catalão encontra-se localizada na microrregião de Catalão, situada no Sudeste de Goiás, a 260 km da capital Goiânia (GO) e 305 km de Brasília (DF).

Figura 6 - Mapa Microrregião de Catalão



Fonte: IMB/IBGE

A figura 6, mostra o mapa da microrregião composta por 11 municípios: Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor, Três Ranchos (IBGE, 2007).

A tabela 1, apresenta os dados de valor adicionado por grandes setores para os municípios que integram a microrregião de Catalão.

Tabela 1 - Valor adicionado da microrregião de Catalão - GO, por setor, 2012
(em mil R\$)

	<i>Indústria</i>	<i>Agropecuária</i>	<i>Serviços</i>	<i>TOTAL</i>
Anhanguera	1.031	1.750	7.802	10.583
Campo Alegre de Goiás	9.514	197.304	89.310	296.128
Catalão	2.490.704	287.862	2.010.543	4.789.109
Corumbaíba	154.074	48.544	184.214	386.832
Cumari	3.074	23.554	19.930	46.558
Davinópolis	2.239	11.454	12.336	26.029
Goiandira	5.208	23.175	40.014	68.397
Ipameri	174.775	302.416	243.738	720.929
Nova Aurora	1.854	7.783	12.543	22.180
Ouvidor	120.473	25.053	58.737	204.263
Três Ranchos	3.057	6.452	20.815	30.324
Micro Catalão	2.966.003	935.347	2.699.982	6.601.332
Estado de Goiás	28.371.787	14.217.106	65.351.043	107.939.936

Fonte: IMB/Segplan – Elaboração Própria

O valor adicionado (VA) pela microrregião de Catalão participou, em 2012, com 6,1% na formação do VA total do estado. Do ponto de vista de seu peso por setor, sua presença foi de 10,5% na composição do VA da indústria de Goiás, e 6,6% na da agropecuária, o que revela sua forte especialização industrial. Ela pode ser observada na composição setorial do VA da própria região, na qual a indústria responde por 44,9% e a agropecuária por 14,2%. Trata-se da única das regiões analisadas em que mesmo os serviços têm uma participação inferior ao da indústria no VA total.

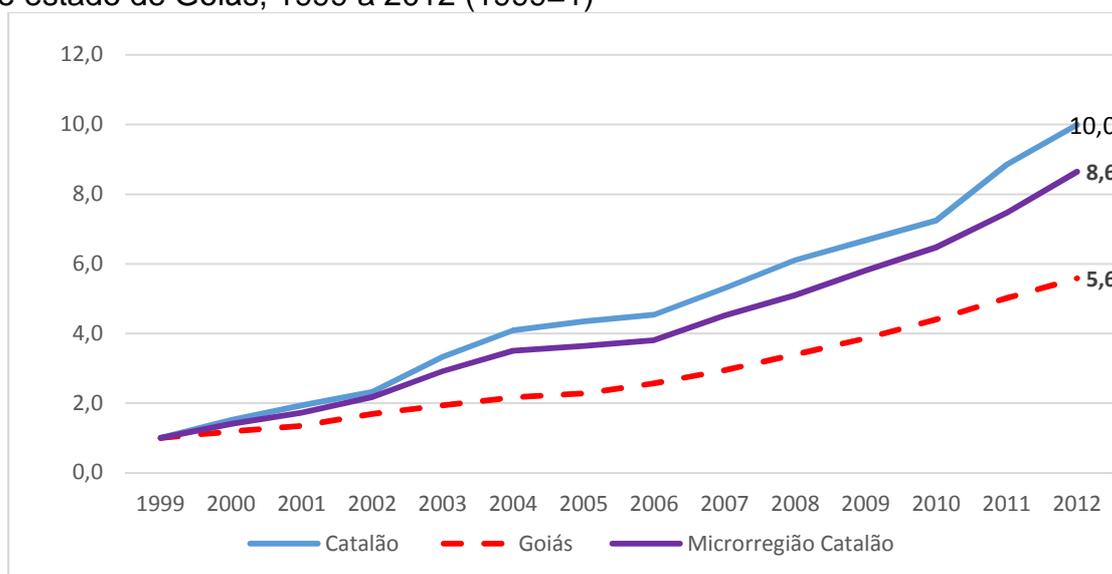
O responsável por esse peso da indústria na microrregião é, basicamente, sua cidade polo, Catalão, que representa 84,0% do VA industrial da microrregião. O município representa ainda dois terços do VA da atividade de serviços na região e 30,8% do VA da agropecuária.

Outros três municípios têm algum peso na indústria microrregional. O primeiro é Ipameri, que é um subpolo da região, respondendo por 10,9% do VA total e 5,9% do VA da indústria microrregional. Contudo, é preciso dizer que a indústria em Ipameri é constituída fundamentalmente pelo setor sucroalcooleiro e o setor de alimentos, sem nenhum tipo de articulação com a indústria catalana. Além disso, sua especialização é na agropecuária que representa 41,9% do VA total do município, enquanto a indústria responde por 24,2%.

O segundo é Corumbaíba respondendo por 5,9% de seu VA total e 5,2% no VA da indústria da microrregião. Como no caso de Ipameri, trata-se fundamentalmente do setor de alimentos, sobretudo lácteos, com a presença da Italac, grande empresa do setor. Mais uma vez, sem nenhuma interação com a indústria de Catalão. Entretanto, a especialização setorial da Corumbaíba é na indústria, que responde por 39,8% do VA do município contra 12,5% da agropecuária.

O terceiro, finalmente, é Ouvidor, que está a apenas 17 km de Catalão com a economia totalmente integrada à daquele município. Os principais produtos minerais processados pelas empresas catalanas são extraídas em Ouvidor, município que responde por 3,1% do VA total e 4,1% do VA da indústria microrregional.

Gráfico 3 – Crescimento do valor adicionado de Catalão, Microrregião Sudeste e estado de Goiás, 1999 a 2012 (1999=1)



Fonte: IBGE/IMB/SEGPLAN – Elaboração própria

O Gráfico 3, exibe o crescimento do VA da microrregião Sudeste e de sua cidade polo, Catalão, vis à vis o de Goiás, entre 1999 e 2012. Pode-se notar que a região apresentou um ritmo de expansão bem superior ao da média do estado. Crescimento que foi puxado pelo desempenho de Catalão, que representa 72,5% do VA total da microrregião e cresceu mais do que média desta.

Gráfico 4: Valor adicionado da indústria de Catalão Microrregião Sudeste e Estado de Goiás, 1999 a 2012 (1999= 1)



Fonte: IBGE/IMB/SEGPLAN - Elaboração própria.

O Gráfico 4, revela que o VA industrial do Sudeste cresceu a taxas ainda mais elevadas do que o seu VA total, e que sua distância em relação ao crescimento estadual da indústria também é maior. Isso indica que o crescimento de seu produto total foi liderado pela indústria, impulsionado pela indústria catalana, que teve igualmente um crescimento maior que média microrregional.

Isso evidencia o forte dinamismo de Catalão, no período, impulsionado pela consolidação do polo mineiro químico que, como se viu no capítulo anterior, se instalou nos anos 1970, viabilizado pela melhoria da infraestrutura de transporte na região e pelas políticas ativas do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), do II PND.

O *boom* de *commodities* agrominerais impulsionado pelo crescimento Chinês, ao longo de quase toda a década de 2000, estimulou a ampliação dos

investimentos no setor em todo o Brasil, incluindo Catalão. Além disso, no segmento de fertilizantes fosfatados, onde continuaram as políticas de estímulo à verticalização da produção nacional, verificam-se avanços também neste campo no estado. A Ultrafertil, hoje pertencente à Vale do Rio Doce, promoveu uma grande expansão de seu complexo minero químico em Catalão em 2001, avançando sua atividade da simples extração da rocha fosfática, para incluir o processamento de fertilizantes fosfatados.

No segmento da automobilística, a MMC/Mitsubischi, que se instalou no final de 1990, estimulada pelos incentivos fiscais federais do Acordo Automotivo e do atrativo pacote de incentivos estaduais e municipais, realizou grandes investimentos de expansão ao longo dos anos 2000, tanto no crescimento da sua planta e de seu mix de produtos, como na sua verticalização, trazendo cinco empresas fornecedoras para o município.

A John Deere, fabricante de colheitadeiras de cana de açúcar, que se instalou também no mesmo período da Mitsubishi, ampliou e diversificou igualmente sua produção, animada pelo crescimento da demanda que decorreu da agressiva política da Petrobrás de estímulo à produção de álcool combustível na primeira metade dos anos 2000. Essa política ocasionou uma intensa expansão da área plantada de açúcar no Centro Sul, com forte participação de Goiás.

Trata-se de setores de têm grande peso no Valor Adicionado na indústria do município e da região, explicando o crescimento observado.

Contudo, é preciso destacar, o baixo grau de integração dessas empresas com o conjunto da economia de Catalão, e menos ainda, com a economia da microrregião. Assim, o crescimento observado no VA da indústria e do VA total na microrregião Sudeste é um efeito estatístico, decorrente do enorme peso do VA de Catalão no VA total, e não de uma efetiva “capacidade de arrasto” do polo de Catalão sobre sua área de influência.

Como mostram Perroux e Hirschman, a capacidade de arrasto de um polo de crescimento sobre o seu entorno polarizado, depende da intensidade das interações entre os diferentes segmentos de sua estrutura produtiva.

No caso da economia de Catalão, essas interações são muito limitadas. Isso é típico de economias minerais, sobretudo em países periféricos. As empresas têm que instalar suas unidades de extração ao lado das jazidas.

Quando estas estão em regiões periféricas, a matéria-prima mineral tende a ser exportada praticamente sem nenhum beneficiamento ou agregação de valor local. Por outro lado, o próprio processo de extração é muito intensivo em capital, empregando pouco e tendo limitadas possibilidades de encontrar fornecedores locais.

É o que acontece em Catalão, município situado em um estado periférico de um país periférico. Apesar de ter havido algum avanço com a produção de fertilizantes fosfatados, no caso da Fosfértil, o avanço das próximas etapas¹² estão previstas para se realizarem na planta da empresa em Uberaba, que já produz fertilizantes fosfatados desde 1980. Já no que se refere ao Nióbio, um produto raro e com uma ampla gama de aplicações em produtos de alta tecnologia, sai de Catalão sem nenhum beneficiamento destino 100% à exportação. Não paga sequer ICMS, por que é isento pela Lei Kandir.

A automobilística, ao contrário, é um segmento industrial com elevado número de ligações produtivas, um exemplo típico de um setor motriz para Perroux. Contudo, diferentemente das plantas das grandes montadoras no Brasil, que polarizam no seu entorno parcela expressiva de seus fornecedores, a planta da MMC/Mitsubishi em Catalão tem um grau de integração local muito baixo. Ela foi implantada em um modelo de CKD (*Completely Knock-Down*), que é um sistema em que as peças todas já vêm prontas em um kit, para a montagem final no local. A MMC utilizava esse modelo para montar as primeiras caminhonetes L200 em Catalão, com os kits importados diretamente do Japão. Com o tempo, houve esforço de nacionalização de componentes e de trazer alguns fornecedores para Catalão. Contudo, sua baixa escala de produção limita muito seus espaços para uma ampliação significativa do parque local de fornecedores. De qualquer forma foi um movimento importante, porém que também ainda não atinge os municípios em seu entorno.

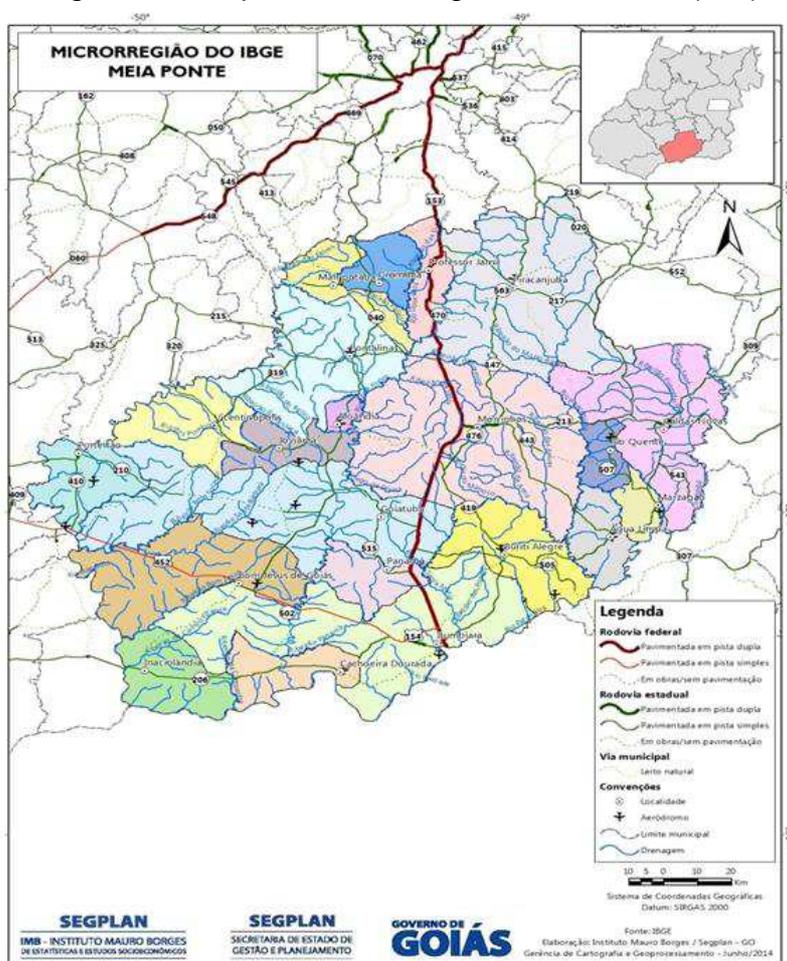
Assim, efeito de polarização de Catalão na microrregião se dá basicamente por meio de seu papel na hierarquia dos serviços da rede urbana da microrregião.

¹² A produção de ácido fosfórico, de ácido sulfúrico e de fosfatados de alta concentração.

3.1.2 Microrregião Meia Ponte

O município de Itumbiara encontra-se localizado na microrregião Meia Ponte no Sul do Estado de Goiás, a 210 km da capital Goiânia - Goiás e 323 km de Brasília. A Figura 7, exibe o mapa da microrregião, composta por 21 municípios, que são: Água Limpa; Aloândia; Bom Jesus de Goiás; Buriti Alegre; Cachoeira Dourada; Caldas Novas; Cromínia; Goiatuba; Inaciolândia; Itumbiara; Joviânia; Mairipotaba; Marzagão; Morrinhos; Panamá; Piracanjuba; Pontalina; Porteirão; Professor Jamil; Rio Quente e Vicentinópolis.

Figura 7 – Mapa da Microrregião Meia Ponte (GO)



Fonte: IMB/IBGE

A figura 7, traz o município de Itumbiara, na divisa com estado de Minas Gerais, por onde passa uma importante Rodovia Federal, a BR 153, com acesso para a Capital do Estado. Essa localização apresenta ótima logística para atração de empresas e escoamento da produção. Nesta região, os

principais produtos agrícolas são: Algodão herbáceo (Chapadão do Céu) e cana de açúcar (Goiatuba e Itumbiara). As indústrias mais evidentes são: Caramuru, Cargill e JBS Couros (Itumbiara) e Companhia de Cimento do Brasil (Cezarina). A região tem também uma forte presença da agroindústria de álcool e açúcar, como empresas como: Central Itumbiara de Bioenergia e Usina Panorama (Itumbiara), Bom Sucesso e Goiás (Goiatuba), SJC Bioenergia (Cachoeira Dourada), SMBJ (Bom Jesus) e a CEM (Morrinhos). Assim, na região sul predominam os complexos agroindustriais de grãos e o sucroalcooleiro.

Tabela 2 - Valor adicionado da microrregião do Meia Ponte-GO por setor, 2012
(em mil R\$)

	Indústria	Agropecuária	Serviços	TOTAL
Água Limpa - GO	1.817	12.940	14.252	29.009
Aloândia - GO	1.979	5.054	13.408	20.441
Bom Jesus de Goiás - GO	24.409	233.464	212.031	469.904
Buriti Alegre - GO	64.788	45.656	81.514	191.958
Cachoeira Dourada - GO	373.857	62.829	59.526	496.212
Caldas Novas - GO	298.732	57.966	629.151	985.849
Cromínia - GO	3.425	19.066	22.279	44.770
Goiatuba - GO	209.213	278.244	434.784	922.241
Inaciolândia - GO	11.040	93.253	52.513	156.806
Itumbiara - GO	911.098	245.834	1.511.568	2.668.500
Joviânia - GO	6.268	44.050	58.930	109.248
Mairipotaba - GO	2.032	16.178	14.882	33.092
Marzagão - GO	7.114	6.287	14.403	27.804
Morrinhos - GO	193.349	275.126	386.998	855.473
Panamá - GO	4.634	27.302	24.239	56.175
Piracanjuba - GO	46.347	155.349	206.646	408.342
Pontalina - GO	27.115	79.553	124.297	230.965
Porteirão - GO	17.075	155.505	47.524	220.104
Professor Jamil - GO	3.392	9.189	17.232	29.813
Rio Quente - GO	7.089	6.176	32.367	45.632
Vicentinópolis - GO	26.898	114.319	84.074	225.291
Micro Meia Ponte	2.241.671	1.943.340	4.042.618	8.227.629
Estado de Goiás	28.371.787	14.217.106	65.351.043	107.939.936

Fonte: IBGE/IMB/Segplan – Elaboração Própria

O valor adicionado (VA) pela microrregião do Meia Ponte que participou, em 2012, com 7,6% na formação do VA total do estado. Do ponto de vista de seu peso por setor, sua presença foi de 7,9% na composição do VA da indústria de Goiás, e 13,7% no da agropecuária.

A composição setorial do VA da própria região, revela uma relação mais equilibrada entre o peso da indústria e da agropecuária, com a primeira respondendo por 27,2% e a segunda por 23,6% do VA. Trata-se de uma correlação coerente com as regiões de base agroindustrial polarizadas, nas quais um peso maior da indústria aparece em geral nas cidades polo. É o caso de Itumbiara, onde o VA da indústria representa 34,1% do VA total do município e a agropecuária 9,2%.

Quanto ao peso econômico de Itumbiara na região, o VA do município representa 32,4% do VA total e 40,6% do VA industrial e 37,7% do VA de Serviços da microrregião. O que mostra que a região tem uma distribuição bem menos concentrada do produto industrial do que Catalão. Existem quatro outros municípios na microrregião que têm uma participação industrial expressiva.

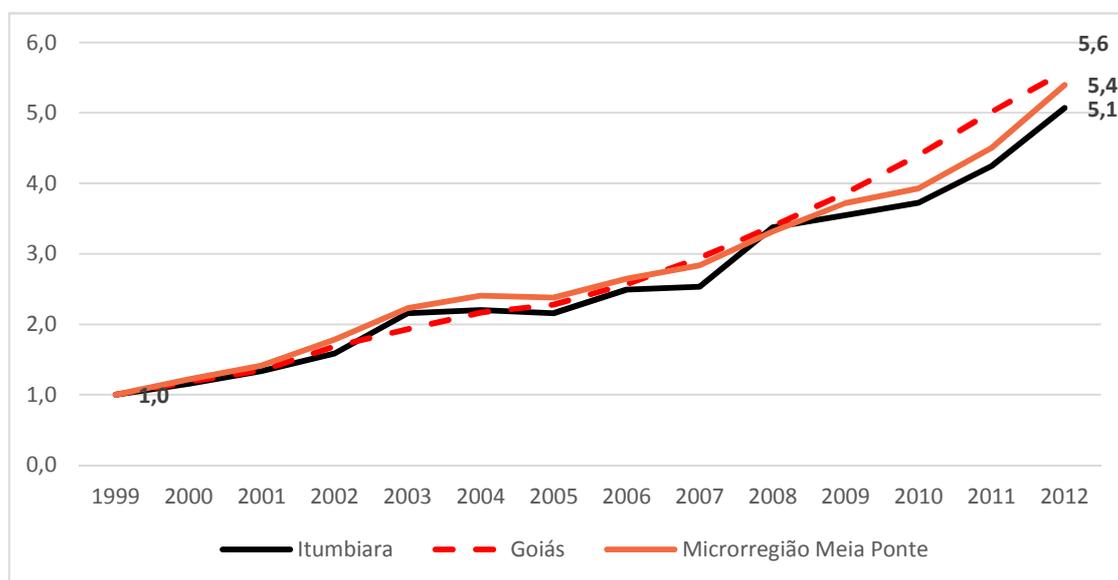
Um deles é o município de Cachoeira Dourada, que por possuir uma grande usina hidrelétrica, tem um Valor Adicionado na indústria elevado, que corresponde a 16,7% do VA industrial da microrregião.

Os três outros municípios com forte presença industrial são subpolos importantes na região, são eles: Caldas Novas, respondendo por 12,0% do VA total e 13,3% do VA da indústria microrregional, Goiatuba com 11,2% do VA total e 9,3% do VA da indústria, e Morrinhos com 10,4% do VA total e 8,6% do VA da indústria da microrregião.

O espaço onde se localizam esses municípios é uma bacia leiteira importante e todos eles têm uma presença destacada da indústria láctea, que é mais forte em Goiatuba e Morrinhos. Caldas Novas é um importante polo turístico e possui uma área rural bem menor que os outros três, o que se reflete na composição setorial de seu VA, no qual 30,3% decorre da indústria e 63,8% dos serviços, com apenas 5,9% da agropecuária. Os outros dois possuem uma relação mais equilibrada entre o VA na indústria e na agropecuária, com predomínio da segunda. Goiatuba, com 22,7% na indústria e 30,2% na agropecuária, e Morrinhos com 22,6% no primeiro e 32,2% no segundo. Ambos os municípios têm, além da indústria láctea, uma presença significativa da indústria de carne bovina e rações. Ademais, Morrinhos é também um polo de produção atomatados. Os três municípios possuem, ainda, várias pequenas

empresas, principalmente em outros segmentos da alimentícia, além de móveis, confecções e cerâmica.

Gráfico 5 – Crescimento do valor adicionado total de Itumbiara, Microrregião e

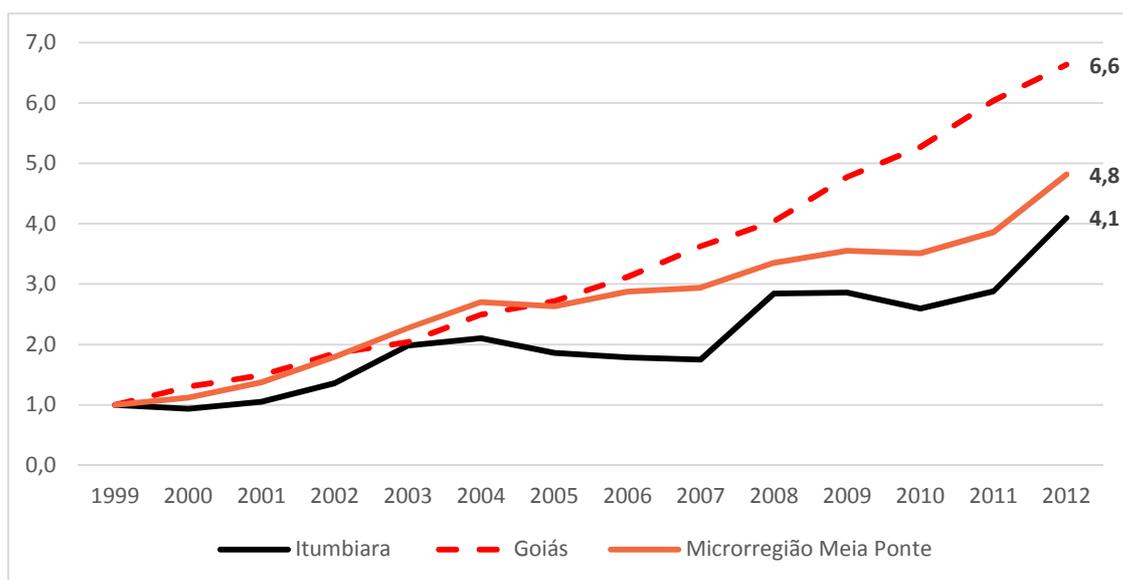


Goiás, 1999- 2012 (1999 =1)

Fonte: IMB/SEGPLAN – Elaboração Própria

No Gráfico 5, verifica-se que tanto o crescimento da microrregião quanto o de Itumbiara se situaram abaixo da média do estado no período analisado. E, ainda, o desempenho de Itumbiara, a cidade polo na região, foi pior do que a média da microrregião, contribuindo negativamente para o resultado daquela. Diferentemente do que ocorreu na microrregião de Catalão e, como se verá logo adiante, também na do Sudoeste.

Gráfico 6 - Valor adicionado da indústria em Itumbiara, Microrregião Meia Ponte e estado de Goiás, 1999 a 2012 (1999=1)



Fonte: IBGE/IMB/SEGPLAN – Elaboração própria

Relacionando-se os dados do Gráfico 5 com os do Gráfico 6, pode-se perceber que foi a indústria, a responsável pelo mal desempenho do valor adicionado total da microrregião, na medida em que cresceu a uma taxa menor do que aquele.

O Gráfico 6, por sua vez, mostra que indústria da microrregião igualmente cresceu muito abaixo da média estadual. O gráfico revela, também, que a indústria de Itumbiara cresceu ainda menos do que a microrregião, puxando a média para baixo.

O crescimento do valor adicionado da indústria de Goiás, especialmente de seus polos mais dinâmicos, teve um forte componente de novos investimentos no setor, que foram intensos ao longo do período analisado. Por isso, é preciso considerar na análise, a capacidade de atração e indução de investimentos no diferentes polos regionais.

Para entender esse fenômeno, não parece adequado pensar em termos dos fatores locacionais clássicos individualmente, mas nos elementos da dinâmica que produziram forças de polarização, criando círculos virtuosos de investimentos que se retroalimentaram.

No caso do processo em curso, a base da dinâmica está na relação agropecuária e indústria. A primeira, ao ganhar escala e reduzir os custos dos seus produtos atraem a indústria de processamento que, por ser uma indústria

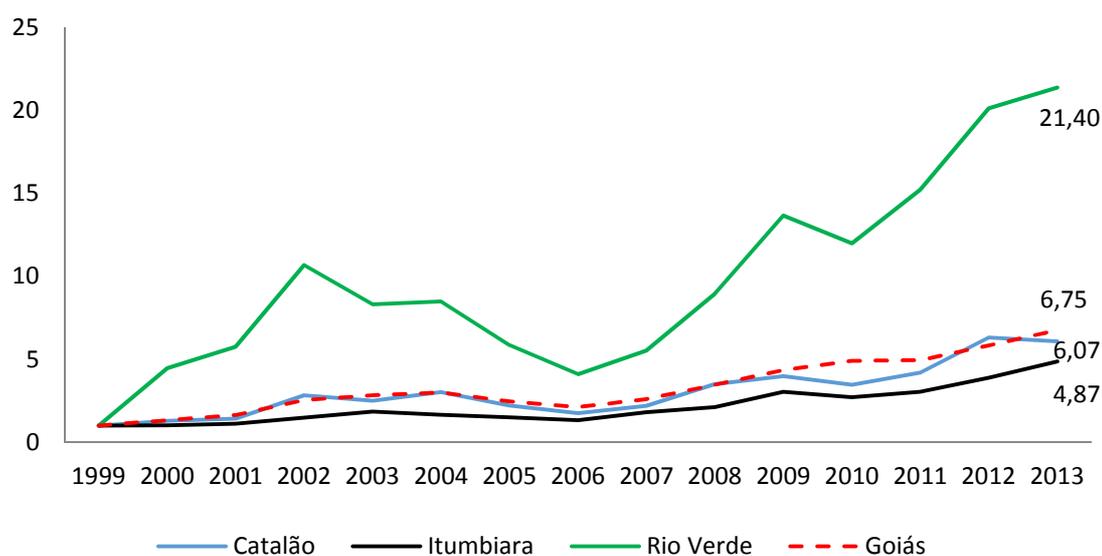
weberiana depende da proximidade com a fonte de matérias-primas para poder processá-la. Na medida em que se instala, ela passa a controlar a dinâmica, pressionando a agropecuária a melhorar cada vez mais sua produtividade e ampliar seu volume. Ao mesmo tempo, ela tende a atrair um conjunto de empreendimentos industriais e de serviços complementares, mão de obra especializada etc. Ao fazê-lo, criam-se economias de aglomeração no local, atraindo outras processadoras e assim por diante. Como mostram Perroux e Hirschman, a dinâmica será tanto mais virtuosa quanto maiores forem os encadeamentos técnicos e, numa leitura mais atual, também os links tecnológicos da indústria.

No caso dos complexos agroindustriais, além dos efeitos de encadeamento da indústria é preciso pensar também, no potencial de encadeamento da atividade agropecuária integrada. Não é por acaso que, na atividade agrícola, a soja foi decisiva para o surgimento e lidera amplamente esses complexos. Sua característica de grão como um amplo espectro de uso industrial, tem um leque de efeitos de atração muito mais amplo do que a cana, por exemplo. E, ainda, ela opera não apenas no seu próprio complexo, mas é também elo de ligação entre grandes complexos característicos desse movimento. O caso mais típico que se observa é a integração entre o complexo soja/grãos e os complexos avícolas. Assim, a soja no Brasil, parece cumprir um papel semelhante ao que o milho ocupa no centro da articulação dos grandes complexos agroindustriais americanos, na conhecida região do *corn belt* (cinturão do milho).

Esse pode ser um elemento importante para se entender os problemas da trajetória de Itumbiara. Para averiguar essa hipótese é olhar o que acontece com essa trajetória do lado da produção primária.

Usando, inicialmente, o mesmo recurso que se utilizou para comparar os municípios quanto a trajetória de suas indústrias, isto é, evolução do valor adicionado (VA), pode-se observar no Gráfico 7, a enorme distância entre o dinamismo da trajetória do VA da agropecuária em Rio Verde em relação à média estadual e, mais ainda, em relação a Itumbiara. O VA da agropecuária de Itumbiara ficou abaixo, inclusive do de Catalão, que não é um município com essa vocação.

Gráfico 7 - Valor Adicionado da Agropecuária, 1999 a 2013 (1999=1)



Fonte: IBGE/IMB/Segplan – Elaboração Própria

É necessário, entretanto, verificar o que acontece especificamente com os principais produtos agrícolas que foram a base do avanço industrial dos dois municípios, desde os anos 1970, em torno dos quais se poderia esperar a consolidação e avanço de complexos agroindustriais nos seus espaços. Foram eles, o milho e o algodão, no caso de Itumbiara, e a soja, com alguma coisa em milho, no caso de Rio Verde.

Relembrando o que foi exposto no item 2.4.1 (p.54), entre anos 1970 e o final dos anos 1990 em Itumbiara, a Caramuru, com uma série de investimentos, estruturou um grande complexo integrado de processamento de milho; a Pionner instalou uma unidade de pesquisas e outra de processamento, ambas de semente de milho; a Maeda investiu em esmagamento de sementes de algodão e na produção de gorduras vegetais a partir do seu óleo; e a Alca Foods uma fábrica de alimentos matinais de flocos de milho. Em Rio Verde, como se verá mais à frente, a grande maioria dos investimentos industriais de maior porte esteve associado à soja naquele período.

Tabela 3 - Quantidade produzida de soja, milho e algodão em Itumbiara e Rio Verde e relação (Rel)* entre elas, 2000-2012 (em mil toneladas)

Ano	Soja			Milho			Algodão		
	Itumbiara	Rio Verde	Rel	Itumbiara	Rio Verde	Rel	Itumbiara	Rio Verde	Rel
2000	76	508	6,7	411	2.375	5,8	17	7	0,4
2001	72	540	7,5	531	2.854	5,4	18	9	0,5
2002	116	660	5,7	210	2.224	10,6	16	13	0,8
2003	130	750	5,8	136	2.259	16,6	8	9	1,2
2004	98	609	6,2	166	1.616	9,7	8	11	1,3
2005	105	716	6,8	195	1.320	6,8	5	11	2,4
2006	95	600	6,3	217	3.085	14,2	4	8	2,2
2007	88	580	6,6	390	3.205	8,2	3	11	3,7
2008	78	733	9,4	556	4.800	8,6	3	14	5,4
2009	93	735	7,9	411	5.080	12,4	4	17	4,3
2010	122	769	6,3	360	5.016	13,9	3	11	3,3
2011	80	827	10,4	286	6.673	23,3	5	20	4,2
2012	90	908	10,1	389	10.700	27,5	4	10	2,4

Fonte: IBGE/IMB – Elaboração própria

*Relação dada pela divisão entre o total produzido em Rio Verde pelo total de Itumbiara

Na Tabela 3, pode-se ver a evolução da quantidade produzida desses três produtos em Itumbiara e Rio Verde, entre 2000 e 2012. O que os dados revelam é que a quantidade produzida de soja em Rio Verde, já em 2000, era quase sete vezes maior do que a de Itumbiara. Esta proporção se mantém em grande parte na década, passando a aumentar a partir de 2008, alcançando 10 vezes em 2012. Considerando que a área agricultável de Rio Verde é 3,7 vezes maior do que a de Itumbiara e a produtividade média é praticamente a mesma, o dado mostra uma especialização muito mais importante neste grão neste município do que em Itumbiara.

O que se quer mostrar aqui, não é a produção em si. Uma vez que para o processamento, a distância entre os dois municípios não é relevante em termos de custos de transporte. Mas ela é um indicador da especialização que opera em mão dupla, isto é, a estrutura crescente de processamento local estimula a especialização agrícola e vice-versa.

Essa especialização, pioneira como se viu no capítulo 2, pode ter jogado papel muito importante na concentração do complexo soja na região de Rio Verde. E, sem dúvida alguma, jogou papel decisivo no movimento da BRfoods

(Perdigão naquele momento) de instalar ali seu complexo de carnes. Não apenas pela oferta da matéria-prima agrícola. Mas também e, talvez mesmo principalmente, pelos fatores aglomerativos já criados em torno do complexo de grãos implantado, entre eles a própria elevada capacidade institucional, cuja face visível foi a atuação da Comigo. Na medida em que se consolidam, esses integram os CAIs de Rio Verde e o polo passa a ter efeitos progressivos, e por outro lado, também regressivos, no sentido dado por Myrdal, sobre os polos próximos. Esse é um tema de pesquisa que parece bastante promissor para se compreender melhor a dinâmica de Itumbiara e região. O polo está sujeito a esses efeitos, seja por parte no polo de Rio Verde /Jataí, seja pelo de Uberlândia /Uberaba, no Triângulo Mineiro. Esse último, é um polo concorre diretamente com Itumbiara, tanto na agroindústria como no papel de centro logístico, com grande força de atração.

No que se refere ao algodão, o que os dados mostram é um desdobramento da grande crise, que os produtores brasileiros em geral, e os goianos em particular, viveram em função das políticas de abertura do governo Collor, nos anos 90, quando o país foi inundado, simultaneamente, por algodão e produtos têxteis importados. Neste processo, Goiás perdeu protagonismo nesse segmento, o que se expressa na queda contínua da produção na região.

Observa-se, que em relação ao milho, a diferença entre os dois municípios continua em favor de Rio Verde, até pelo papel de complementaridade que essa cultura tem com a soja, porém era mais próxima da desigualdade de área entre eles, em 2000, mantendo certa coerência com a especialização da agroindústria de Itumbiara. Ao longo da década, mesmo nesta atividade, a produção caiu do ponto de vista absoluto, e a diferença em termos relativos, em favor de Rio Verde se aproximou de 30 vezes.

Trata-se de um fenômeno que merece mais investigação, mas pelo menos em parte importante está relacionado à entrada da cana, que não estava no jogo na fase anterior, e passou a ser o principal vetor do crescimento agroindustrial de Itumbiara e região nos anos 2000.

A expansão da produção de cana de açúcar nos dois municípios, com expressiva superioridade de Itumbiara, pode ser vista na Tabela 4.

Tabela 4 - Quantidade produzida de cana de açúcar em Itumbiara e Rio verde e relação (Rel)* entre elas, 2000-2012 (em mil toneladas)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Itumbiara	418,4	311,2	265,0	302,8	359,9	489,8	679,4	908,5	1.212,8	1.835,0	1.814,0	2.380,4	3.096,8
Rio Verde	320,0	361,3	45,6	82,7	87,2	210,0	249,4	276,1	589,6	835,4	1.008,0	1.372,8	1.895,5
Dif	0,76	1,16	0,17	0,27	0,24	0,43	0,37	0,30	0,49	0,46	0,56	0,58	0,61

Fonte: IBGE/IMB – Elaboração própria

*Relação dada pela divisão entre o total produzido em Rio Verde pelo total de Itumbiara

O setor sucroalcooleiro viveu um grande *boom* entre 2003 e 2009, em decorrência das políticas de estímulo do governo federal, sobretudo por meio da Petrobrás. O governo estadual, bem como as prefeituras do Sudeste, com destaque para Itumbiara, desenvolveu-se uma política agressiva de atração de usinas de álcool neste período com bastante sucesso. Um grande número de usinas se estabeleceu na região Sudeste do estado, no período, entre elas duas, em Itumbiara e uma na vizinha Cachoeira Dourada. Um número semelhante ou até maior no Sudoeste. Entretanto, diferentemente das prefeituras do Sudeste, as daquela região atuaram no sentido de evitar uma concorrência predatória com as áreas de milho e soja, por meio de legislações municipais restritivas.

Os dados da Pesquisa Agrícola Municipal, de 2015, dão conta de que a cana representava, naquele ano, 29% da área plantada na microrregião Sudeste e 8,8% no Sudoeste.

Essa especialização pode ter tido um papel sobre o limitado desempenho do VA industrial de Itumbiara por dois lados. O primeiro de natureza conjuntural. O setor viveu uma grave crise, após 2009 e só começou a se recuperar após 2002, dada final considerada na discussão deste trabalho. O segundo, de natureza mais estrutural. O CAI sucroalcooleiro tem, seja por sua maior dispersão no território, seja pelo menor número de seus encadeamentos produtivos, com segmentos que apresentam possibilidades de presença local em regiões periféricas, em relação aos grãos.

Por fim, outra hipótese considerada complementarmente na pesquisa, foi o possível papel da estrutura fundiária na microrregião. Considerando que o modelo dos CAIs se baseia na relação entre a moderna produção agropecuária, especializada e em grande escala, e a indústria de

processamento de grande porte. E, que Meia Ponte, diferentemente do Sudoeste, é caracterizado pela predominância propriedades de menor porte¹³, averiguou-se a possibilidade desse ser um fator explicativo relevante.

O que se constatou é que, apesar da estrutura fundiária da região sugerir uma agricultura mais diversificada, a atividade agrícola no Meia Ponte é altamente especializada nas chamadas culturas industriais, especialmente os grãos e a cana¹⁴.

Segundo a Pesquisa Agrícola Municipal, de 2015, os grãos representam 69,4% da área plantada de lavouras temporárias na microrregião, e a cana, como já foi dito, 29,0%, somando 98,4%. No Sudoeste, a área somada das duas culturas é, coincidentemente, a mesma verificada no Meia Ponte, 98,4%. Contudo, a proporção é diferente, são 8,8% de cana e 89,6% de grãos (PAM-IBGE, 2015). O que parece descartar essa hipótese.

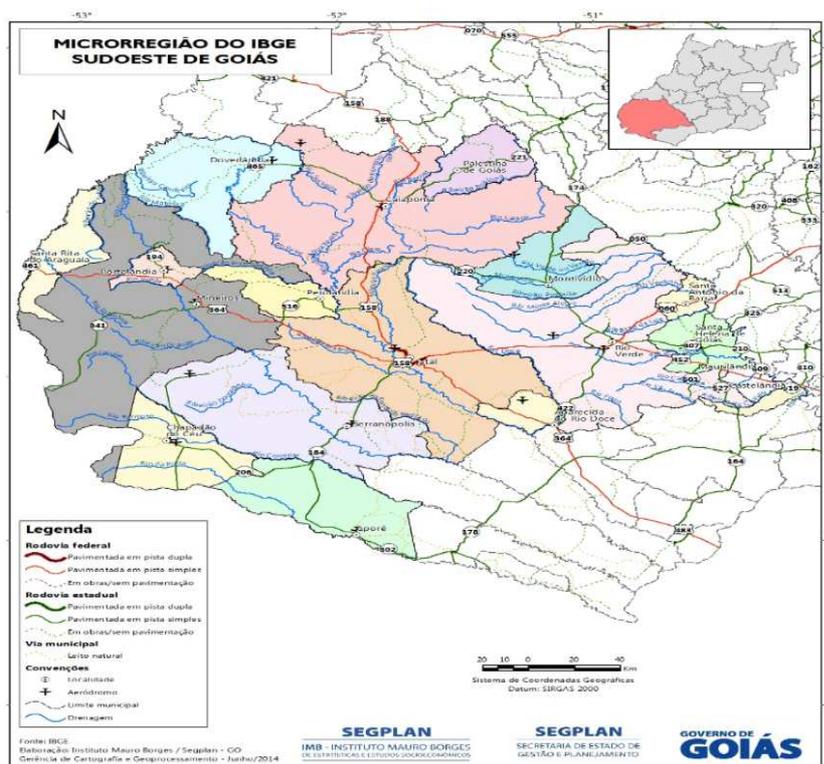
3.1.3 Microrregião Sudoeste de Goiás

A cidade de Rio Verde encontra-se localizado na microrregião Sudoeste de Goiás, a 214 km da capital Goiânia - Goiás e 392 km de Brasília, e são formados por 18 municípios: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis.

¹³ De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 a área média das propriedades no Sudeste goiano é de 166,2 ha, duas vezes e meia inferior à média do Sudoeste que é de 417,2 ha.

¹⁴ Existe um polo produtor de tomate industrial em Morrinhos e Piracanjuba, mas essa cultura representa apenas 0,26% do total da área plantada.

Figura 8 - Mapa Microrregião Sudoeste de Goiás



Fonte: IMB/IBGE

A participação do valor adicionado (VA) da microrregião Sudoeste, na formação do VA total do estado foi de 11,6% em 2012. Do ponto de vista de seu peso por setor, sua presença foi de 11,5% na composição do VA da indústria de Goiás, e 24,7% no da agropecuária, praticamente um quarto de toda a produção neste setor no estado.

Assim como no caso da microrregião do Meia Ponte, a composição setorial do VA da região revela uma relação equilibrada entre o peso da indústria e da agropecuária, com a primeira respondendo por 27,9% e a segunda por 26,0% do VA.

Seu principal polo, o município de Rio Verde, representa 59,8% do total do valor adicionado da indústria da microrregião e quase a metade (46,4%) do VA de serviços, além de 27,2% de seu VA agropecuário. Quanto à composição de seu PIB, 34,8% de seu VA vem da indústria, 27,2% da agropecuária e 46,4% das atividades de serviço. Essa composição revela uma forte especialização industrial combinada com uma expressiva agropecuária.

A microrregião tem dois subpolos bastante importantes. O primeiro é Jataí que produz 19,6% do VA da indústria do Sudoeste, 19,9% do VA da agropecuária e 21% do VA de serviços. Situado a 90 km de Rio Verde, Jataí divide com aquele município a oferta de serviços mais complexos para região, como ensino superior e serviços de saúde.

O segundo subpolo, Mineiros, situado a 200 km de Rio Verde, responde por 9,4% no VA industrial da microrregião, 7,9% de VA agropecuário e 10,7% do Va da indústria.

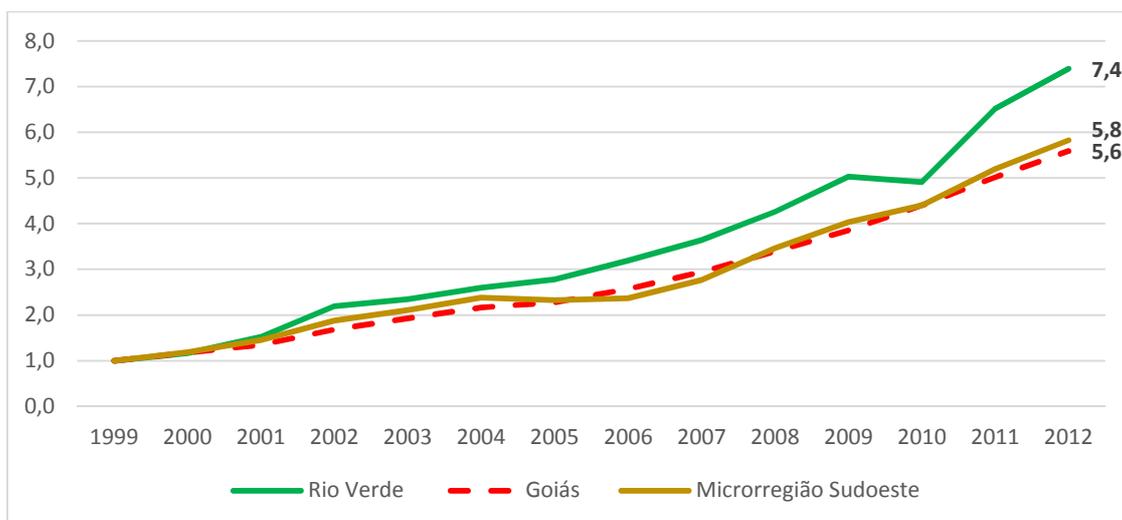
Tabela 5 - Valor Adicionado da Microrregião do Sudoeste de Goiás – 2012
(em mil R\$)

	Indústria	Agropecuária	Serviços	TOTAL
Aparecida do Rio Doce - GO	2.887	18.863	19.604	41.354
Aporé - GO	6.711	35.112	31.801	73.624
Caiapônia - GO	19.345	140.236	120.644	280.225
Castelândia - GO	3.949	25.051	38.144	67.144
Chapadão do Céu - GO	72.232	393.673	203.241	669.146
Doverlândia - GO	11.073	60.162	51.594	122.829
Jataí - GO	637.488	698.941	1.215.638	2.552.067
Maurilândia - GO	10.550	61.322	69.263	141.135
Mineiros - GO	307.923	276.116	623.125	1.207.164
Montividiu - GO	26.030	248.958	168.598	443.586
Palestina de Goiás - GO	2.698	23.105	19.312	45.115
Perolândia - GO	13.085	101.987	35.402	150.474
Portelândia - GO	7.533	78.714	42.993	129.240
Rio Verde - GO	1.948.575	951.809	2.691.531	5.591.915
Santa Helena de Goiás - GO	138.011	214.443	313.908	666.362
Santa Rita do Araguaia - GO	6.485	20.150	49.969	76.604
Santo Antônio da Barra - GO	23.233	40.830	31.979	96.042
Serranópolis - GO	22.126	115.511	69.883	207.520
Micro Sudoeste	3.259.934	3.504.983	5.796.629	12.561.546
Estado de Goiás	28.371.787	14.217.106	65.351.043	107.939.936

Fonte: IBGE/IMB/Segplan – Elaboração Própria

O Gráfico 8, mostra que a microrregião Sudoeste tem acompanhado o dinamismo do estado com um crescimento ligeiramente acima da média. Já a cidade de Rio Verde, mostra um dinamismo maior, que reflete sua liderança na região.

Gráfico 8: Crescimento do valor adicionado total de Rio Verde, Microrregião Sudoeste e estado de Goiás, 1999- 2012 (1999=1)



Fonte: IBGE/IMB/SEGPLAN

Já o Gráfico 9, evidencia que o crescimento do PIB regional tem sido liderado pela atividade industrial, com um papel destacado para a indústria de Rio Verde. Apesar do movimento desse gráfico ser muito parecido com o do Gráfico 4 (p.62), que mostra a relação entre o crescimento da indústria em Catalão e o da microrregião Sudeste, eles expressam uma relação muito diferente. Enquanto lá, o que aparece é um efeito estatístico, decorrente do enorme peso que o VA da indústria mineral de Catalão tem no VA total da região, aqui o que se vê é um efeito de arrasto do núcleo mais dinâmico de um sistema produtivo regional, com elevado grau de interação.

É importante destacar, que o complexo de grãos que foi sendo formado, ao longo dos anos 1980 e 1990, com grande ativismo dos produtores locais, operou como um forte atrativo para o avanço do complexo de carnes, nos segmentos de avicultura e suinocultura. No campo da bovinocultura, a região já tinha um grande frigorífico e avançava para uma produção pecuária cada vez mais intensiva.

Como dito no capítulo anterior, a COMIGO, já consciente do papel complementar estratégico que poderia representar o avanço no setor de carnes, estava realizando uma joint venture com a holandesa Darlant para iniciar a produção de suínos a região. Esse fato, sem dúvida acelerou a decisão da Perdigão (hoje BR Foods) de se implantar na região. A Comigo

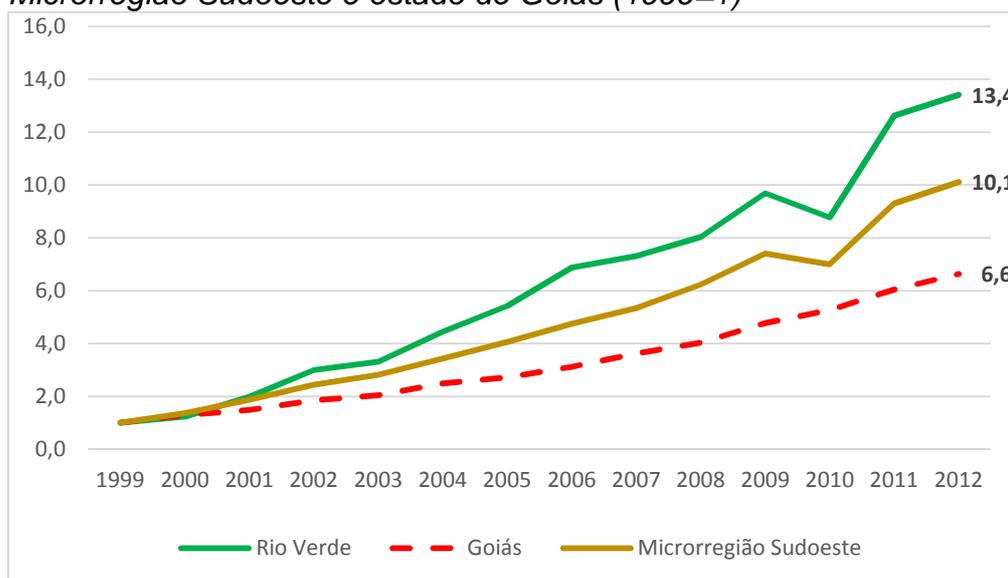
percebeu a importância de ter uma grande empresa como a Perdigão liderando não só o início da suinocultura, mas também da avicultura.

A avicultura e a suinocultura industrial moderna operam por meio de sistemas integrados que as tornam polos de grandes complexos agroindustriais de carne. Assim, ao se instalarem em um território, além de formar uma ampla rede de integrados locais em diferentes atividades e estimular a qualificação da diversificação da oferta local de serviços, tem forte poder de atração e retenção de novos empreendimentos.

A decisão para a Perdigão não era óbvia, a experiência de integração até então do segmento, bastante concentrado no sul do país, se dava com pequenos e médios produtores. Esse modelo não tinha como funcionar em uma região com a estrutura fundiária do Sudoeste Goiano. A empresa teve de desenvolver um modelo que pudesse incorporar grandes produtores capitalizados e com grande poder de negociação no sistema. Por isso, foi um processo longo, que começou em 1998 e só se completou em 2003.

Sua instalação, contudo, produziu um grande salto de qualidade no tecido produto e na capacidade de atração do polo. Não apenas por ser mais uma grande empresa operando na região, mas por se estabelecer junto a um complexo agroindustrial de grãos buscando sinergia e diversificação, com um capital social bastante desenvolvido.

Gráfico 9: Crescimento do valor adicionado da indústria em Rio Verde, Microrregião Sudoeste e estado de Goiás (1999=1)



Fonte: IBGE/IMB/SEGPLAN – Elaboração própria

A Perdigão, hoje, BR Foods, inaugurou seu complexo em Rio Verde, em 2003, com um frigorífico de aves, um frigorífico de suínos, fábrica de rações, duas granjas de matrizes de aves, um incubatório de aves e centenas de produtores integrados, com um investimento de R\$ 620 milhões. Sendo R\$ 412 milhões pela empresa, R\$ 165 milhões pelos produtores e R\$ 43 milhões pelas transportadoras. Reteve a Dalland, como fornecedora de genética, e trouxe três grandes empresas de embalagens, a Orsa (embalagens de papelão), a Videplast (embalagens plásticas) e a Brasilata (embalagens de metal). Além disso, articulou com o IEL (Instituto Evaldo Lodi), do sistema da Federação das Indústrias de Goiás (FIEG), em 1999. Quando ainda estava em processo de instalação e implementação do Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF) daquela instituição, para preparar empresas locais para se tornarem fornecedoras do complexo. O PQF treinou 40 fornecedores, em três edições, no município de Rio Verde¹⁵ (IELGO, 2017).

Com constantes investimentos em expansão na região, ao longo da década de 2000, a BR Foods adquiriu um outro frigorífico de frangos na vizinha cidade de Jataí, e implantou mais todo um complexo produtivo no município de Mineiros, especializado em aves pesadas.

O que se observou foi um processo de integração naquele território, entre os dois maiores CAIs do estado, o de carnes e o de grãos que se interpenetram em razão de sua forte sinergia.

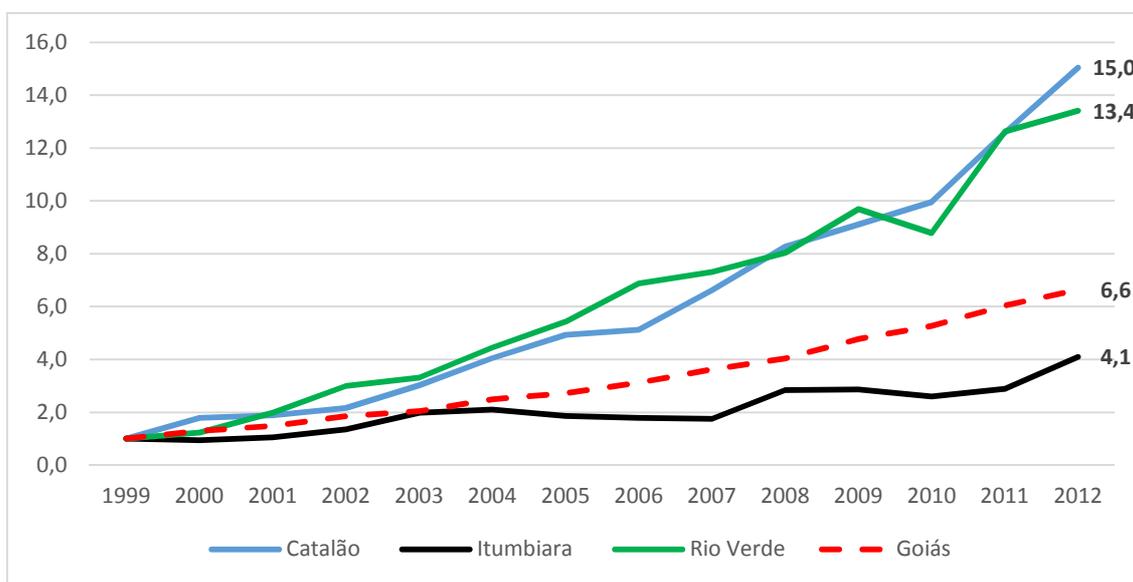
Verificou-se, ainda, paralelamente, um movimento de diversificação, nos anos 2000, com o advento de dois novos CAIs, o sucroalcooleiro e o de tomate industrial. Em 2005, a Siol Alimentos adquiriu, e colocou em operação, uma grande planta de fabricação de derivados de tomate, recém construída pela multinacional Unilever. Por outro lado, houve uma grande onda de investimentos na indústria sucroalcooleira na região, durante o *boom* do setor em meados dos anos 2000. A tal ponto que, como foi mencionado antes, diversas prefeituras da região estabeleceram legislações para tentar evitar um deslocamento da produção de grãos.

¹⁵ Fornecedores não apenas para a BR Foods. O programa, que se iniciou no município para atender a Perdigão, acabou envolvendo outras empresas âncora, no seu desenvolvimento.

O fato é que esse conjunto de investimentos, por sua amplitude e, sobretudo, sua elevada sinergia, criou um intenso fluxo virtuoso de crescimento só interrompido com o agravamento da crise brasileira depois de 2012.

O Gráfico 10, traz as curvas de crescimento do VA industrial das três cidades polos em análise, já presentes nos gráficos anteriores. Sua reunião em um mesmo gráfico, oferece uma visão integrada das distintas trajetórias, para ilustrar um rápido esforço de conclusão deste item.

Gráfico 10 – Crescimento do valor adicionado da indústria em Catalão,



Itumbiara, Rio Verde e estado de Goiás, 1999 a 2012 (1999=1)

Fonte: IBGE/IMB/Segplan – Elaboração Própria

Pode-se observar no Gráfico 9, que as trajetórias de crescimento do VA de Catalão e Rio Verde são muito semelhantes, com uma variação maior por parte de Rio Verde, a partir da crise de 2008. Ambas exibem um crescimento continuado, muito acima da média estadual, mas com dinâmicas polarizadoras bem distintas. Catalão baseada em investimentos minerais e do setor automotivo intensivos em capital com grande impacto no valor adicionado, porém apresentou baixos efeitos de encadeamento na economia local e regional.

Rio Verde viabilizou uma solução cooperativa para ganhar escala na estruturação de seu complexo de grãos e se beneficiou fortemente da implantação do complexo de carnes liderado pela Perdigão. Desta forma, a

vivenciou um ciclo virtuoso assentado no processo de integração de dois grandes CAIs, com intensos encadeamentos locais e regionais e forte poder de atração.

Já Itumbiara, mostra um crescimento mais modesto, abaixo da média estadual. Apesar de ter avançado bastante no mesmo processo de modernização agrícola, nas décadas de 70, 80 e 90, período em emergiu o polo do Sudoeste, por outro lado, parece não ter acumulado capital institucional ou constituído uma rede de empresas suficientemente sólida para sustentar os CAIs competitivos no modelo de crescimento que ela escolheu.

3.2 Mudança estrutural em Catalão, Itumbiara e Rio Verde

Tendo visto o crescimento da indústria dos municípios quanto ao seu ritmo e as razões de seu desempenho, no item anterior, interessa discutir nessa seção se o referido crescimento tem sido acompanhado de mudanças estruturais e, em caso positivo, qual é a direção dessas mudanças.

O termo mudança estrutural, neste debate, se relaciona às mudanças na composição setorial do tecido produtivo de um país ou região e suas implicações em sua dinâmica de crescimento, seus impactos no emprego, nas exportações e outros.

A relação entre crescimento industrial e mudança estrutural no tecido produtivo foi um tema raro a Hirshiman e aos cepalinos, na década de 50 e 60, em seu esforço para demonstrar as especificidades do desenvolvimento periférico.

Na contramão das visões estruturalistas da Cepal, que procuravam chamar a atenção para as diferenças e desequilíbrios do processo, vários autores se dedicaram à busca de identificar padrões de desenvolvimento. Esses autores encontrar etapas que seriam comuns a trajetória de todos os países e que, portanto, poderiam servir de referência para o esforço de crescimento dos mais atrasados.

Os primeiros estudos, neste sentido, se limitavam a analisar às mudanças entre o peso relativo dos grandes setores – agricultura, indústria e serviços – no produto e no emprego, ao longo da trajetória de desenvolvimento dos países. Mais tarde, ainda no esforço de encontrar regularidades, algumas

pesquisas passaram a tentar identificar as mudanças setoriais dentro da indústria, durante o processo de crescimento.

Nos anos recentes têm ressurgido uma preocupação, no que refere ao tratamento da questão da mudança estrutural, a partir de uma ótica estruturalista. Segundo Carvalho e Kupfer (2011, p.622):

Em uma visão heterodoxa (estruturalista), ao se tratar de uma economia periférica, a diversificação da estrutura produtiva é tida como benéfica para o desenvolvimento econômico por tornar o país menos dependente de importações mais sofisticadas e de maior elasticidade-renda do que as exportações realizadas (argumento de Prebisch, 1981, e seguidores), e, portanto, reduziria a tendência ao desequilíbrio externo e ao baixo nível de crescimento econômico dessas economias. Além disso, a diversificação da estrutura produtiva poderia levar à diversificação da pauta exportadora, reduzindo assim a dependência da receita exportadora de poucos bens (normalmente commodities), e, dessa forma, a volatilidade dessas receitas. Nesta percepção, a especialização só seria benéfica quando realizada em setores de maior conteúdo tecnológico e de maior dinamismo da demanda

Conceição (2012, p.130), procurando fazer uma leitura da perspectiva do estruturalismo latino americano sobre o tema, sobre a ótica da teoria evolucionária neoshumpeteriana, chama a atenção para o fato de que a propagação da tecnologia moderna entre os países, e a repartição dos frutos do progresso tecnológico são desiguais.

O caso da emergência dos complexos agroindustriais no âmbito da Revolução Verde, no Brasil, é um claro exemplo disso. As tecnologias de mecanização da agricultura, dos fertilizantes e defensivos químicos, e das sementes melhoradas, que são a base da transformação a produtividade na agropecuária foram desenvolvidas e internalizadas na economia dos EUA ao longo do século passado. São as grandes empresas multinacionais americanas, e hoje também Canadenses e Chinesas, que dominam as principais tecnologias neste campo e controlam a produção dos tratores, máquinas e equipamentos mais sofisticados, bem como defensivos e sementes.

Nos anos 1970, o Estado brasileiro, por meio do II PND, fez um importante esforço para tornar o Brasil menos dependente nesse campo, com os investimentos para viabilizar produção interna de fertilizantes - o que tornou possível a implantação do complexo de exploração de fosfato em Catalão -, com a criação da Embrapa - empresa de pesquisa que desenvolveu as

tecnologias que permitiram a modernização da agricultura no cerrado e várias outras. Entretanto, nesta base que se situa a montante das cadeias produtivas do agronegócio, vale destacar que o Brasil ainda tem um enorme desafio para reduzir sua dependência e, ao mesmo tempo, viabilizar tecnologias mais sustentáveis e adequadas à realidade brasileira.

Contudo, este movimento permitiu o avanço da cadeia do agronegócio a jusante, com as empresas de processamento, de armazenamento, transportes, químicas para aditivos e corantes de alimentos, de construção de galpões e tantas outras, além de uma ampla gama de serviços técnicos especializados que geram empregos de qualidade.

Outra característica importante desse processo é que grande parte dessa etapa da cadeia é constituída de “empresas weberianas”, isto é, empresas que tendem a se localizar próximo a sua base de matérias-primas. Matérias-primas, que além de se localizarem em estados periféricos como Goiás, estão no interior desses estados.

Este movimento, ao interagir com a economia local, tende a produzir transformações na indústria local, entre elas mudanças na estrutura setorial sua indústria, o que se denomina aqui como mudanças estruturais. Tomando como referência, a visão estruturalista-evolucionária desse processo, interessa verificar se há indicações de algum movimento em direção a segmentos mais intensivos em tecnologia, com maior potencial de difusão de progresso técnico no tecido produtivo.

Para tanto, foram sistematizados os dados da RAIS de número de empresas e empregos, abertos setorialmente a três dígitos da CNAE, para cada um dos três municípios estudados. Os setores foram organizados com base na classificação de intensidade tecnológica da OCDE. É preciso registrar que essa classificação, embora útil, foi construída com base na realidade de economias dos países, o que impõe muito cuidado na análise e nas conclusões.

3.2.1 Mudança estrutural no tecido industrial de Catalão

Como era de se esperar, verifica-se um profundo processo de mudança estrutural do tecido industrial de Catalão, provocado pela implantação da

indústria automotiva, com a MMC/Mitsubishi e a John Deere, e a ampliação do complexo minero químico e metalúrgico.

Tabela 6 - Estrutura industrial do município de Catalão (1999 e 2015)

Indústria Mineral e de Transformação	Estabelecimentos					Empregados				
	1999		2015		Dif*	1999		2015		Dif*
	Nº	%	nº	%	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos	0	0,0	1	0,7	1	0	0,0	3	0,1	3
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico hospitalares	0	0,0	1	0,7	1	0	0,0	3	0,1	3
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	1	2,6	8	6,0	7	59	4,3	595	10,3	536
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0	0,0	7	5,2	7	0	0,0	346	6,0	346
Fabricação de Produtos Químicos	6	15,4	22	16,4	16	191	13,8	1.088	18,9	897
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques	1	2,6	12	9,0	11	188	13,6	2.372	41,1	2.184
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0
Total Segmentos AMAIT	8	20,5	51	38,1	43	438	31,7	4407	76,4	3969
Atividades de Baixa e Média Baixa Intensidade Tecnológica (BMBIT)**										
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	21	53,8	36	26,9	15	258	18,7	245	4,2	-13
Fabricação de Produtos Têxteis	0	0,0	3	2,24	3	0	0	140	2,4	140
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	29	74,4	34	25,4	5	267	19,3	188	3,3	-79
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro,	3	7,7	3	2,24	0	20	1,45	13	0,2	-7
Fabricação de Produtos de Madeira	4	10,3	9	6,72	5	9	0,65	99	1,7	90
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0	0,0	1	0,75	1	0	0	0	0,0	0
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	3	7,7	14	10,4	11	22	1,59	42	0,7	20
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	1	2,6	6	4,48	5	11	0,8	121	2,1	110
Fabricação de Produtos de Minerais Não Metálicos	10	25,6	30	22,4	20	159	11,5	342	5,9	183
Metalurgia Básica	1	2,6	0	0	-1	277	20	0	0,0	-277
Fabricação de Produtos de Metal Exceto Máquinas e Equipamentos	9	23,1	26	19,4	17	37	2,68	149	2,6	112
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	8	20,5	19	14,2	11	45	3,26	42	0,7	-3
Reciclagem	0	0,0	2	1,49	2	0	0	2	0,0	2
Extrativa Mineral	3	7,7	6	4,48	3	426	30,8	828	14,4	
Total Segmentos AMAIT	31	79,5	83	61,9	52	944	68,3	1.363	23,6	17
Total	39	100,0	134	100	95	1.382	100	5.770	100,0	3.986

Fonte: Rais/MTE. Elaboração Própria

*Divisão CNAE 2.0, com agregações selecionadas.

**Segundo Classificação de Intensidade Tecnológica da OCDE

Como as empresas do complexo mineral, excluindo apenas as de extração mineral, pertencem aos segmentos de alta e média alta intensidade tecnológica, esse segmento já tinha uma importância grande na estrutura industrial de Catalão, em 1999. Ele respondia por 20,5% dos estabelecimentos e 31,7% dos empregos.

A chegada da automotiva e a ampliação das empresas do setor mineral vão provocar um novo salto, com a participação dos empreendimentos de AMAIT chegando a 38,1%, e os empregos a expressivos 76,4% do total dos empregos formais na indústria do município.

O setor que mais cresce nesse conjunto é, naturalmente, a fabricação e montagem de veículos, passando de 1 para 12 empreendimentos e de 188 para 2.372 empregos, entre 1999 e 2015. Esse setor responde isoladamente por 9% dos empregos formais de Catalão em 2015.

O segundo setor que mais cresceu foi o de fabricação de produtos químicos, que engloba as produtoras de fosfatados, saltando de 6 para 22 empreendimentos, e de 191 para 1.088 empregos. Em terceiro lugar, vem a fabricação de máquinas e equipamento, indo de 1 para 8 empresas e de 59 para 595 empregos, seguido da fabricação de máquinas, aparelhos e material elétrico, setor que não existia no município em 1999, e chega em 2015 com 7 empreendimentos e 346 empregos.

Nos setores de baixa e média baixa intensidade tecnológica, o destaque fica por conta também do setor mineral. No segmento de extração mineral, o número de empreendimentos passou de 3 para 6, e o de empregos também praticamente dobrou, indo de 426 para 828. Na fabricação de produtos de minerais não metálicos, o número de empresas triplicou, de 10 para 30 e o de empregos mais do que duplicou, passando de 159 para 342.

O caso de Catalão é um bom exemplo, de como se deve interpretar com cuidado, os dados referentes ao crescimento dos setores mais intensivos em tecnologia com base na classificação da OCDE. Isso mostra que a indústria de processamento mineral se beneficiou dessa inovação tecnológica com a agregação de valor. Seus efeitos de derramamento, até mesmo produtivos, são extremamente limitados, o que dirá do ponto de vista inovativo. Ao mesmo

tempo, como são muito intensivos em capital, seus efeitos estatísticos são superlativos.

3.2.2 Mudança estrutural no tecido industrial de Itumbiara

Os dados mostram que houve uma mudança estrutural importante na indústria de Itumbiara, no período analisado. Revelam, ainda, que essa mudança tem um sentido virtuosa, com uma significativa ampliação da participação relativa dos setores de alta e média alta tecnologia (AMAIT) no tecido industrial.

A ampliação pode ser observada tanto no número de estabelecimentos quanto no número de empregados. A presença relativa de estabelecimentos de AMAIT dobrou sua participação, saindo de 11,4% em 1999 para 21,7%. O número de empregados formais mais do que duplicou sua participação relativa, passando de 6,8% do total em 1999, para 15,1% em 2015.

Entre os setores AMAIT, o setor que mais cresceu, em número de empregos, foi o de fabricação de máquinas e equipamentos elétricos. Trata-se de um segmento nobre da indústria, que é especialmente importante para Itumbiara, município que se situa próximo a Cachoeira Dourada, uma grande Usina Hidrelétrica, além de sediar uma forte aglomeração de Usinas Sucroalcooleiras, também realizam geração de energia a partir do bagaço da cana. A empresa mais importante nesse setor em Itumbiara é a Stemac, uma firma gaúcha que produz motores geradores.

Tabela 7 - Estrutura Industrial do Município de Itumbiara (1999 e 2015)

Indústria Mineral e de Transformação	Estabelecimentos					Empregados				
	Atividades de Alta e Média Intensidade Tecnológica (AMAIT)**									
	1999	2015	Dif*	1999	2015	Dif*	1999	2015	Dif*	
Nº	%	nº	%	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos	0	0,0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico hospitalares	0	0,0	5	2,3	5	0	0	16	0,2	16
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	2	1,9	21	9,5	19	3	0,1	188	2,4	185
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	1	1,0	5	2,3	4	2	0,1	513	6,6	511
Fabricação de Produtos Químicos	8	7,6	14	6,3	6	143	6,5	432	5,6	289
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques	1	1,0	2	0,9	1	2	0,1	11	0,1	9
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0	0,0	1	0,5	1	0	0	4	0,1	4
Total Segmentos AMAIT	12	11,4	48	21,7	36	150	6,8	1.164	15,1	1.014
Atividades de Baixa e Média Baixa Intensidade Tecnológica (BMBIT)**										
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	40	38,1	35	15,8	-5	1.313	59,3	4273	55,3	2.960
Fabricação de Produtos Têxteis	8	7,6	11	5	3	294	13,3	138	1,8	-156
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	7	6,7	21	9,5	14	63	2,8	293	3,8	230
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro,	3	2,9	5	2,3	2	14	0,6	1033	13,4	1.019
Fabricação de Produtos de Madeira	2	1,9	3	1,4	1	69	3,1	6	0,1	-63
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	7	6,7	12	5,4	5	55	2,5	38	0,5	-17
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	1	1	2	0,9	1	7	0,3	1	0	-6
Fabricação de Produtos de Minerais Não Metálicos	5	4,8	20	9	15	62	2,8	159	2,1	97
Metalurgia Básica	3	2,9	1	0,5	-2	35	1,6	1	0	-34
Fabricação de Produtos de Metal Exceto Máquinas e Equipamentos	12	11,4	43	19,5	31	137	6,2	561	7,3	424
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	5	4,8	18	8,1	13	16	0,7	51	0,7	35
Reciclagem	0	0	2	0,9	2	0	0	5	0,1	5
Extrativa Mineral	3,0	2,9	2	0,9	-1	59	2,7	30	0,4	-29
Total Segmentos AMAIT	93	88,6	173	78,3	80	2.065	93,2	6.559	84,9	4.494
Total	105	100	221	100	116	2.215	100	7.723	100	5.508

Fonte: Rais/MTE. Elaboração Própria

*Divisão CNAE 2.0, com agregações selecionadas.

**Segundo Classificação de Intensidade Tecnológica da OCDE

Ainda entre os setores de AMAIT, o setor com maior ganho relativo no número de empresas foi o de fabricação de máquinas e equipamentos, que era praticamente inexistente no município, como apenas dois estabelecimentos e três empregos, em 1999, e passou para 21 estabelecimentos e 188 postos de

trabalho, em 2015. Apesar de serem empresas pequenas (9 empregados em média em 2015) integram um setor estratégico na difusão de inovações.

Também se destaca entre os setores AMAIT, o setor de fabricação de produtos químicos, que engloba a produção de álcool. O número de estabelecimentos no setor saltou de 8 para 14 e o de empregados de 143 para 432, no período analisado.

No segmento de baixa e média baixa intensidade tecnológica, destacam-se os setores de fabricação de produtos alimentícios, preparação de couros, fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos -, e o de confecções. Juntos, esses segmentos industriais criaram 4.633 novos empregos entre 1999 e 2015, o que corresponde a 60,0% dos novos empregos criados no período. As maiores empresas instaladas em Itumbiara estão nesse segmento, como a Caramuru, a JBS, a Cargill e a Louis Dreyfus. As duas primeiras são de capital nacional. A JBS é a maior empresa de processamento de carnes do mundo hoje, e as duas últimas são multinacionais, que estão entre as quatro maiores empresas de processamento e comercialização de grãos do globo.

No total foram instalados 221 novos empreendimentos, gerando 7.723 postos de trabalho em Itumbiara entre 1999 e 2015.

3.2.2 Mudança estrutural no tecido industrial de Rio Verde

A mudança estrutural na indústria de Rio Verde é ainda mais significativa do que a que se verificou em Itumbiara, com um forte avanço da participação dos setores de alta e média alta tecnologia em seu tecido industrial. As empresas que se instalaram nesses segmentos, no município, têm um porte maior, por isso o resultado é observado no número de trabalhadores, enquanto a participação relativa no número de empreendimentos cai.

Quanto a Perdigão, é importante destacar que está apresenta um número de empregos muito elevado, fato esse que distorce os dados de participação dessa, nos segmentos por intensidade tecnológica. Para corrigir isso, retirou-se o número de empregados daquela empresa do cálculo de participação relativa do emprego por intensidade tecnológica, para se verificar o impacto da transformação no restante do tecido produtivo.

Tabela 8 - Estrutura industrial do município de Rio Verde (1999 e 2015)

Indústria Mineral e de Transformação	Estabelecimentos					Empregados				
	Atividades de Alta e Média Intensidade Tecnológica (AMAIT)**									
	1999		2015		Dif ¹	1999		2015		Dif ¹
	Nº	%	nº	%	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos	0	0,0	0	0,0	0	5	0,2	0	0,0	-5
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico hospitalares	2	1,9	5	1,3	3	4	0,2	22	0,2	18
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	0	0,0	83	21,6	83	0	0,0	544	3,9	544
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	2	1,9	12	3,1	10	0	0,0	74	0,5	74
Fabricação de Produtos Químicos	0	0,0	17	4,4	17	0	0,0	477	3,4	477
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques	4	3,8	6	1,6	2	26	1,1	49	0,4	23
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	1	1,0	1	0,3	0	0	0,0	15	0,1	15
Total Segmentos AMAIT	9	8,6	124	32,3	115	35	1,5	1181	8,5	1.146
Atividades de Baixa e Média Baixa Intensidade Tecnológica (BMBIT)**										
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	43	41,0	59	15,3	16	1896	79,4	10620	76,6	8.724
Fabricação de Produtos Têxteis	1	1,0	6	1,6	5	0	0,0	17	0,1	17
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	12	11,4	17	4,4	5	66	2,8	95	0,7	29
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro,	2	1,9	1	0,3	-1	3	0,1	4	0,0	1
Fabricação de Produtos de Madeira	1	1,0	7	1,8	6	0	0,0	52	0,4	52
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	1	1,0	2	0,5	1	3	0,1	371	2,7	368
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	8	7,6	31	8,1	23	36	1,5	118	0,9	82
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	4	3,8	9	2,3	5	31	1,3	422	3,0	391
Fabricação de Produtos de Minerais Não Metálicos	7	6,7	37	9,6	30	42	1,8	236	1,7	194
Metalurgia Básica	0	0,0	5	1,3	5	0	0,0	29	0,2	29
Fabricação de Produtos de Metal Exceto Máquinas e Equipamentos	8	7,6	58	15,1	50	242	10,1	547	3,9	305
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	8	7,6	24	6,2	16	30	1,3	99	0,7	69
Reciclagem	1	1,0	5	1,3	4	3	0,1	74	0,5	71
Total Segmentos AMAIT	96	91,4	261	67,8	165	2.352	98,5	12.684	91	10.332
Total	105	100	385	100	280	2.387	100	13.865	100	11.478

Fonte: Rais/MTE. Elaboração Própria

1 Dif = Diferença (2015 – 1999)

*Divisão CNAE 2.0, com agregações selecionadas.

**Segundo Classificação de Intensidade Tecnológica da OCDE

Os resultados mostram um expressivo aumento nos setores de alta e média alta intensidade tecnológica (AMAIT). A participação do número de empregados no total passou de 11,4% em 1999, para 36,1% em 2015, um aumento de mais de três vezes. No que se refere, ao número de empreendimentos, houve uma queda relativa, passando de 16,2% para 10,7%, revelando, como dito acima, que houve um aumento médio no porte das empresas nesses setores.

Nos segmentos de alta e média alta intensidade tecnológica, o setor com maior ganho relativo foi, assim como em Itumbiara, o de fabricação de máquinas e equipamentos, que simplesmente não existia em 1999, e passou para 83 estabelecimentos e 544 postos de trabalho, em 2015.

O segundo, que mais cresceu em número de empresas e de empregos gerados, foi o de fabricação de produtos químicos, que engloba álcool. Este setor subiu de zero para 17 empreendimentos, com 477 empregados formais.

Mais uma vez, é importante destacar um setor pequeno em número, mas altamente estratégico, do ponto de vista tecnológico, que é o de equipamentos de instrumentação médico hospitalar, que teve o número de empreendimentos ampliado, na cidade de 2 para 5 empregados.

Nos setores de baixa e média baixa intensidade tecnológica, os maiores ganhos foram, naturalmente, na indústria de alimentos, onde o número de empregos formais saltou de 1.896 em 1999 para 10.620, em 2015. Os outros segmentos, que tiveram aumento mais expressivos, foram os de produção de papel e papelão, plásticos e o de produtos de metal. Isso ocorreu, em função da vinda das empresas fornecedoras da BrFoods, a Orsa, a Videplast e a Brasilatas. Apesar de se situarem entre os setores de média baixa tecnologia, são empresas de médio porte modernas que representam um ganho importante para o tecido produtivo.

É importante destacar que nos dois polos de agronegócio se verifica um avanço importante, no setor de bens de capital e do metal mecânico em geral. No conjunto, a metal mecânica no município, passou de 7 para 107 empreendimentos no período, aumentando a sua participação relativa de 6,7%

em 1999 para 27,9% do total, em 2015. Quanto ao número de empregados, essa presença saltou de 1,1% do total para 5,1%.

No total, entre 1999 e 2015, foram instalados 280 novos empreendimentos industriais em Rio Verde, gerando 13.865 empregos formais.

3.3 Configuração do Setor de Serviços

Apesar da importância crescente do setor de serviços, que já responde, hoje, pela maior parte do produto em todas as nações industrializadas, trata-se de um segmento ainda pouco estudado e que provoca certo desconforto teórico.

A própria definição de serviços e, por consequência, sua classificação, são questões que não estão bem resolvidas. Diversas tentativas de conceituar o setor, assim como taxonomias propostas para classificá-lo, têm tido grande dificuldade para dar conta, de um lado, de sua singularidade frente aos demais setores e, de outro, da elevada heterogeneidade interna do setor.

Além disso, com o avanço da economia do conhecimento e do trabalho em rede, verifica-se uma tendência à terceirização de atividades que até então eram realizadas no âmbito da indústria e, mais recentemente, da agropecuária, tornando mais difusa a fronteira entre esses setores.

A flexibilização e complexificação dos processos produtivos, o uso cada vez mais amplo da informática, da gestão da informação e do planejamento, faz crescer a demanda por serviços, ao mesmo tempo que estimula o surgimento de novas modalidades destes.

Thomas (1967), propõe para estudos na área, a classificação dos serviços em produtivos (voltados às empresas) e de consumo (ou pessoais). Os serviços produtivos são aqueles orientados para o desenvolvimento das atividades das empresas, já os serviços de consumo estariam voltados para uso individual (como exemplo, serviços domésticos, lazer, entretenimento) e também coletivo (segurança, saúde e educação)

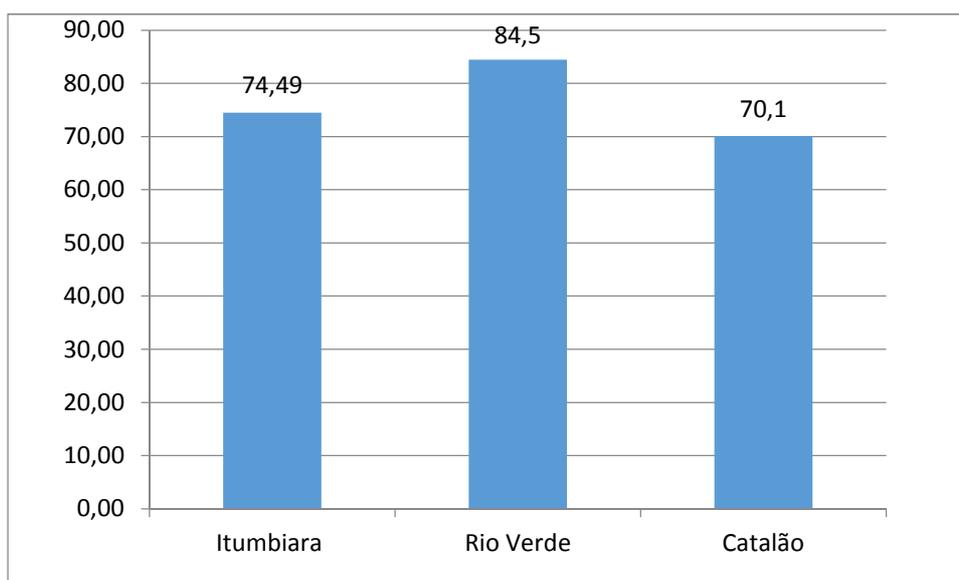
À medida em que as estruturas produtivas vão ficando mais complexas, mais elas exigem a presença de uma ampla oferta de serviços produtivos cada vez mais avançados, como de informática, consultorias diversas, propaganda & publicidade, contabilidade, serviços financeiros, seguros e outros.

Se as vantagens de localização para as empresas mais modernas, hoje estão estreitamente relacionadas a um ambiente econômico diversificado e com uma ampla oferta de serviços produtivos avançados, por outro lado, a presença desses serviços na estrutura produtiva de uma região é um claro indicador do grau de complexidade e integração de seu tecido produtivo.

Assim, após analisar a composição e as mudanças estruturais da indústria, busca-se nesse item averiguar o grau de diversidade das economias dos municípios em análise e as características de seu setor de serviços.

No Gráfico 11, apresenta-se o grau de diversificação econômica de Catalão, Itumbiara e Rio Verde. Ele foi obtido dividindo-se o número de atividades econômicas, classificadas a quatro dígitos da CNAE 2.0, nas quais existem estabelecimento nos municípios pelo total de classes existentes. Quanto mais diversificado é o município maior essa proporção.

Gráfico 11 - Grau de diversificação econômica* de Itumbiara, Rio Verde e Catalão (2013).



Fonte: IBGE/IMB/Segplan – Elaboração Própria

*Total de Classes CNAE 2.0 nas quais existe atividade no município / Total de Classes CNAE 2.0

Rio Verde, apresenta o tecido econômico mais diversificado, com a presença de estabelecimentos em 84,5% das Classes CNAE existentes. E, segundo lugar, fica Itumbiara com 74,5% e, em último, Catalão com 70,1%.

Esses resultados são coerentes com os obtidos no item anterior. Percebeu-se que, apesar de ter uma forte presença de atividades intensivas em capital e em segmentos classificados como de maior intensidade tecnológica, a estrutura industrial de Catalão, não tem tido um efeito dinâmico significativo sobre outros setores dentro e fora da própria indústria. Por outro lado, Rio Verde apresenta uma estrutura industrial muito mais integrada e rica em encadeamentos, além de fortemente articulada com o setor agropecuário. Itumbiara está em uma posição intermediária nesse quesito.

A tabela 9, apresenta as atividades de serviços dos municípios analisados classificadas, de acordo por Thomas (1967), em serviços produtivos e serviços de consumo.

Começando pelos serviços produtivos, verifica-se uma grande superioridade de Rio Verde no número total de estabelecimentos e empregos, nos serviços destinados às empresas. Assim, mais uma vez, Itumbiara fica em segundo e Catalão em terceiro. É importante destaca, na análise o peso dos serviços em atividades profissionais, científicas e técnicas, que são as mais intensivas em conhecimento e vinculadas às atividades produtivas mais complexas. O número de empreendimentos, nesse segmento em Rio Verde em duas vezes maior do que nos demais. Em número de empregados é mais do que o dobro de Itumbiara e expressivamente maior do que o de Catalão.

Tabela 9: Número de estabelecimentos e de empregados no setor de serviços, por atividade, em Catalão, Itumbiara e Rio Verde (2015)

Atividades de Serviços*	Estabelecimentos			Empregados		
	Catalão	Itumbiara	Rio Verde	Catalão	Itumbiara	Rio Verde
SERVIÇOS PRODUTIVOS						
Transporte, Armazenagem e Correio	143	228	308	1.162	1.788	3.155
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	30	38	62	397	360	884
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	87	87	176	679	411	870
Informação e Comunicação	20	25	48	267	205	670
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	138	173	244	1.292	1.541	2.845
Atividades de Apoio à Agricultura e à Pecuária	17	40	87	85	98	797
Total Serviços Produtivos	435	591	925	3.882	4.403	9.221
SERVIÇOS DE CONSUMO						
Comércio, Reparação de Veículos Automotres e Motocicletas	15	35	53	5.811	6.713	12.077
Alojamento e Alimentação	196	166	289	1.136	1.035	1.774
Atividades Imobiliárias	21	14	30	54	36	119
Educação	71	43	90	928	721	1.467
Saúde Humana e Serviços Sociais	227	139	289	1.170	808	2.085
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	20	25	50	75	84	287
Serviços Domésticos	5	3	6	4	3	6
Outras Atividades de Serviços	105	102	160	335	467	913
Total Serviços de Consumo	660	527	967	9.513	9.867	18.728
TOTAL GERAL	1.095	1.118	1.892	13.395	14.270	27.949

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração Própria

*Classificação CNAE 2.0 Seção

É preciso destacar também, que os serviços de apoio à agricultura e a pecuária apresentam um nível de complexidade tecnológica, dessas atividades em regiões de agropecuária moderna. Pode-se observar que o número de trabalhadores nessas atividades, em Rio Verde, é oito vezes superior ao dos demais.

Se os serviços produtivos estão ligados à complexidade, diversidade e integração do tecido produtivo, os serviços de consumo, ou pessoais, estão associados ao dinamismo econômico, à qualidade da estrutura urbana e, ainda, a uma sociedade mais diversificada e exigente. Os dados desses serviços, bem como os totais gerais, repetem o comportamento já comentado dos serviços produtivos.

3.4 Instituições e Indicadores Sociais

3.4.1 Capacidade Institucional

O papel das instituições no desenvolvimento econômico é uma questão que tem interessado crescentemente analistas de vários campos das ciências sociais, a partir de diferentes referenciais teóricos.

Existem, contudo alguns consensos importantes. Um deles é sobre o seu significado. Há um entendimento geral de que as instituições podem ser vistas como “as regras do jogo em uma sociedade”, ou “as restrições criadas pelos homens que dão forma à interação humana”.

O conceito refere-se, portanto, a regularidades comportamentais que se estabelecem ao longo do tempo e que estão associadas a trajetórias históricas específicas das comunidades humanas nos diferentes territórios. Destacando a importância e o papel dessas regularidades, Sjöstrand (1995 APUD PONDÉ, 2005, p.124), caracteriza as instituições como um “tipo de infra-estrutura que facilita – ou impede – a coordenação entre as pessoas e a alocação de recursos”.

Nos últimos anos, vários estudos empíricos têm sido realizados procurando avaliar de que forma essa “infraestrutura institucional” interfere no processo de desenvolvimento. Procuram entender como boas ou más instituições, herdadas de experiências históricas particulares, interferem na maior ou menor capacidade de fazer avançar o desenvolvimento. Conceição (2002 p. 604) destaca alguns mecanismos:

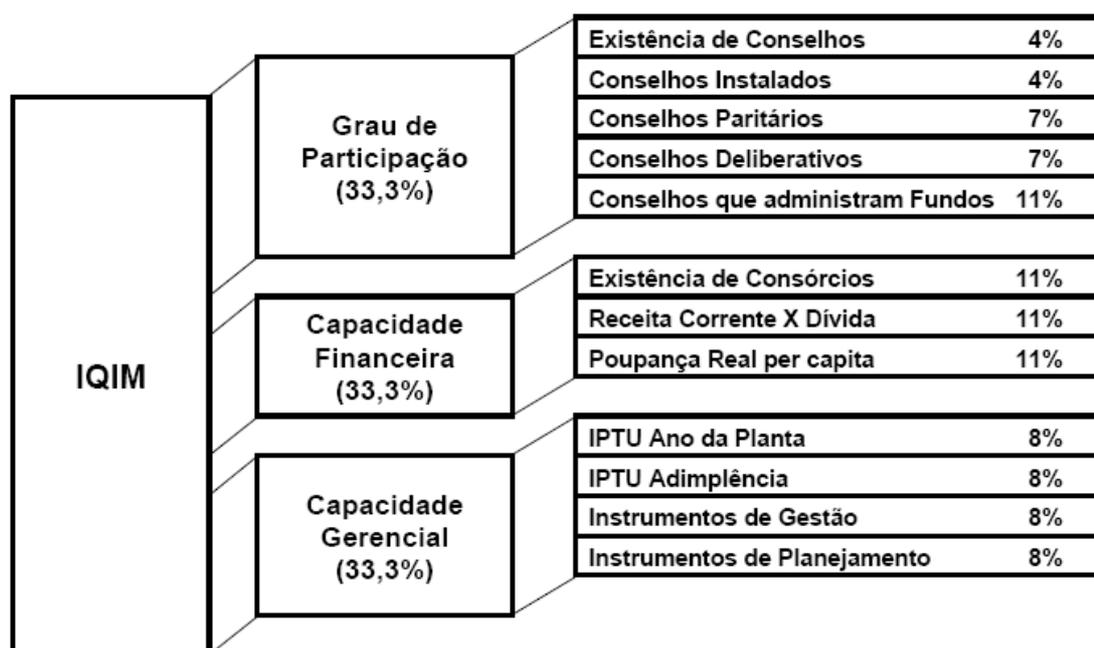
As instituições e o ambiente institucional exercem efeito decisivo sobre esse processo [crescimento econômico], induzindo inovações tecnológicas, mudanças na organização das firmas, gestão no processo de trabalho e coordenação de políticas macroeconômicas. As instituições são como que engrenagens ou articulações do processo de crescimento econômico, que tem lugar em determinado momento de tempo e espaço. Por essa razão, a tradição institucionalista – e seu leque de abordagens – tem uma importante vinculação com o processo de crescimento econômico.

Buscando contribuir para esse debate e para a transformação de suas conclusões em ferramentas de políticas, o Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão (MPOG) criaram um Indicador de Qualidade Institucional Municipal (IQIM). O indicador considera três dimensões da qualidade institucional dos municípios: o grau de participação; a capacidade financeira; a capacidade gerencial.

A Figura 9, mostra os elementos que foram considerados em cada uma dessas dimensões, assim como seus pesos no cálculo do indicador.

Figura 9 – Indicador de Qualidade Institucional Municipal



FONTE: Retirado de BRASIL, sd, p. 127

O IQIM foi calculado pelo MPOG, em 2001, para todos os 5.507 municípios brasileiros. Os valores encontrados para Itumbiara, Catalão e Rio Verde estão apresentados, na Tabela 10.

Tabela 10 - Índice de Qualidade Institucional, IQIM (2001)

Municípios	Grau de Participação	Capacidade Financeira	Capacidade Gerencial	IQIM
Itumbiara	0,6	0,7	1,5	3,4
Rio Verde	1,1	1,1	1,3	3,5
Catalão	0,8	1,0	1,4	3,3

Fonte: Agenda Político-Institucional – MPOG

O município que apresentou o IQIM (3,5) mais elevado foi Rio Verde. O resultado é coerente com a trajetória da cidade apresentada ao longo desse trabalho. Apesar do índice estar focado na capacidade institucional da instituição poder público municipal, ela não deixa de ser um reflexo da infraestrutura institucional mais ampla da cidade, envolvendo suas várias dimensões e atores.

A história da força do cooperativismo, no município, expressa na trajetória da COMIGO, por meio da qual, os atores locais conseguem ter protagonismo em um processo que envolve as maiores empresas do mundo da produção no segmento de commodities. Esse fato revela uma elevada capacidade de coordenação dos atores em conduzir um projeto compartilhado de desenvolvimento, o que significa uma alta capacidade institucional.

É natural que essa habilidade se expresse também na gestão pública. Não é por caso que a dimensão em que o índice de Rio Verde mais se distancia positivamente dos demais, seja o da participação. Dimensão na qual Itumbiara e Catalão apresentam seus resultados mais fracos.

Foi comentado também, ao longo do trabalho, a limitada capacidade de Itumbiara na sua mobilização, por exemplo, para a atração e retenção de investimentos.

3.4.2 Indicadores Sociais

Não é o foco desse trabalho, a discussão dos impactos e implicações sociais mais amplas desse processo, assim como as ambientais e das demais dimensões que envolvem a discussão do processo de desenvolvimento. Deliberadamente, evitou-se a discussão da temática, em função da complexidade que ela envolve, não se prestando a discussões ligeiras e superficiais. O objetivo desse item é fazer um rápido apanhado de alguns impactos sociais do processo a partir de dois indicadores: o Índice de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

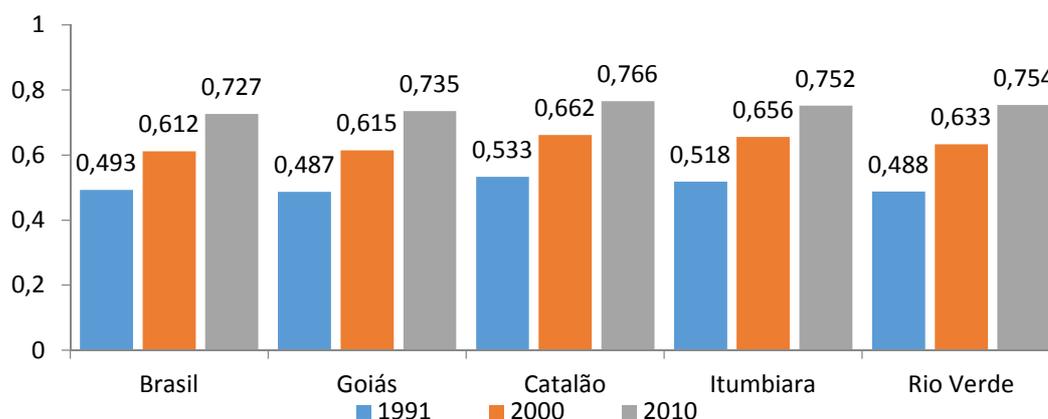
Em primeiro lugar, será apreciado o Índice de Desenvolvimento Humano IDH. Como se sabe, trata-se de um indicador composto, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no pós-guerra, procurando avançar em relação ao indicador amplamente utilizado, até

então, para mensurar o nível de desenvolvimento dos países, o PIB per capita, que se limitava à dimensão econômica do desenvolvimento.

Para tanto, o IDH foi construído procurando abranger o que se considerou as três dimensões básicas do desenvolvimento humano: a educação, a saúde e a renda. O indicador varia de zero a 1, considerando quanto mais próximo da unidade mais desenvolvido. A tipologia construída pelo PNUD, para avaliar a evolução do desenvolvimento dos países, considera o IDH nas seguintes faixas:

- **0,800 a 1,000** Muito Alto
- **0,700 a 0,799** Alto
- **0,600 a 0,699** Médio
- **0,500 a 0,599** Baixo
- **0,000 a 0,499** Muito Baixo

Gráfico 12- IDHM do Brasil, Goiás, Catalão, Itumbiara e Rio Verde (1991, 2000 e 2010)

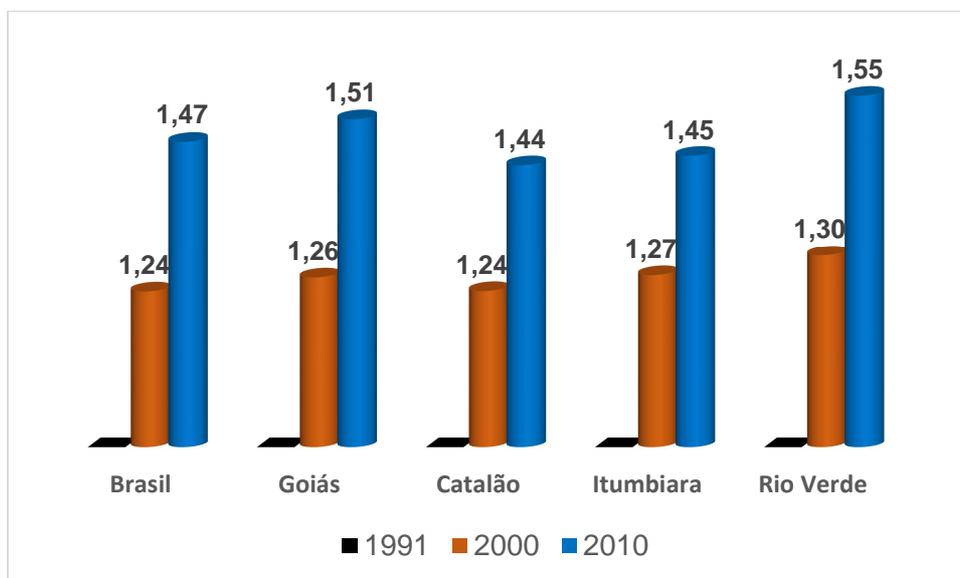


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD (2016)

Observando-se o Gráfico 12, constata-se que, em 1991, o Brasil, bem como o estado de Goiás e os municípios analisados, se encontravam todos em uma situação de baixo IDH. O estado de Goiás numa situação um pouco inferior à brasileira, e os três municípios um pouco acima da média goiana. Analisando as cidades em ordem decrescente, em primeiro encontra-se Catalão, em segundo Itumbiara e em terceiro, e último lugar Rio Verde.

Nessas três décadas, entre 1991 e 2010, nota-se uma clara trajetória de melhora. Já na primeira década, o Brasil, bem como todos os demais espaços considerados avançam da situação de baixo para médio IDH.

Gráfico 13 - Variação do IDH do Brasil, Goiás, Catalão, Itumbiara e Rio Verde, 1991, 2000 e 2010 (1999=1)



Fonte: Censos IBGE APUD PNUD – Elaboração própria

O Gráfico 13, permite quantificar a melhora de cada um dos espaços a cada década, considerando o ano de 1991 como base 1. Entre 1991 e 2000, o estado de Goiás teve um desempenho superior ao brasileiro. Entre os municípios, Itumbiara e Rio Verde avançaram relativamente mais do que a média do estado, com o primeiro apresentando o melhor resultado. Catalão teve um desempenho inferior à média de Goiás, ficando na média brasileira. Como partiu de uma base menor, Rio Verde, apesar do melhor desempenho, ainda permaneceu na última posição entre os três municípios em 2000 (Gráficos 12 e 13).

A década de 2000, corresponde ao período em análise nesse trabalho. Trata-se de um período de importantes avanços na área social no Brasil, que se reflete na melhoria do IDH. O Brasil, e junto com ele todo o grupo, sobe mais um degrau na escala e passa à condição de alto IDH.

Neste período, o estado de Goiás teve, novamente, um desempenho superior ao brasileiro. Entre os municípios, mais uma vez, apenas Rio Verde

avançou relativamente mais do que a média do estado. Já Catalão e Itumbiara apresentaram um desempenho um pouco inferior às médias de Goiás e do Brasil. Com esse avanço, Rio Verde conseguiu ultrapassar Itumbiara, permanecendo, ainda, em uma posição ligeiramente abaixo da de Catalão.

Não é possível estabelecer uma relação de causalidade direta, mas esses resultados parecem corroborar as conclusões apresentadas, quanto maior a capacidade econômica de Rio Verde, de produzir efeitos dinâmicos sobre toda economia, que se referem aos empregos gerados, melhor serão os benefícios em termos de infraestrutura em saúde e educação. Esses resultados conseqüentemente, se refletem na qualidade de vida das pessoas.

O segundo indicador considerado é o Índice ou coeficiente de Gini. Trata-se de uma medida do grau de concentração de uma distribuição, que é tradicionalmente utilizado para mensurar a distribuição da renda. O índice varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

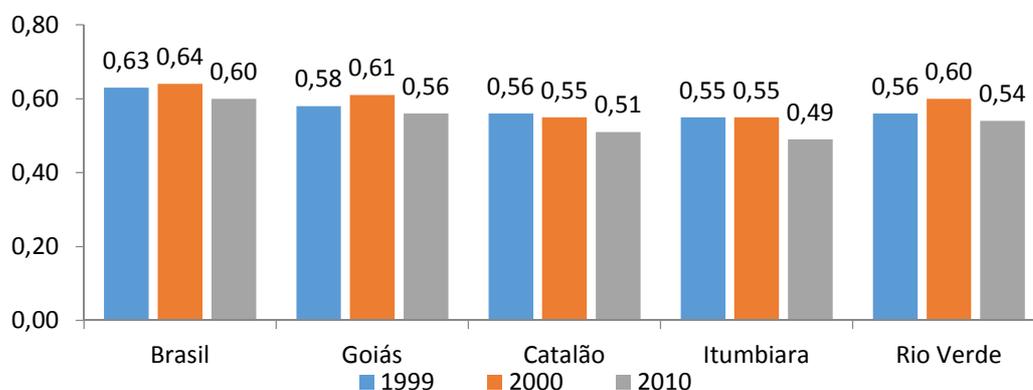
O Brasil possui um dos maiores índices de concentração de renda do mundo. O processo de desenvolvimento industrial brasileiro que decola a partir dos anos 1930, como já mencionado anteriormente, se deu com um movimento de forte e crescente concentração regional da riqueza no Sudeste do país, especialmente em São Paulo. Esse processo foi acompanhado também por uma concentração interpessoal de renda, que veio crescendo até o final dos anos 1970. Ela se estabilizou durante a crise dos anos 1980 e voltou a se elevar um pouco na década de 1990. Na década de 2000, em razão das mesmas políticas que possibilitaram a melhoria do IDH, a curva se inverteu.

O processo de modernização agrícola, já discutido, que teve seu início nos anos 1970, foi profundamente concentrador de terra e de renda. A produção em grande escala e intensiva em capital da Revolução Verde, implantado rapidamente em regiões rurais de baixa renda, resultou na expulsão a terra, ou marginalização, dos pequenos e médios produtores descapitalizados, e sua concentração nas mãos de quem tinha acesso ao crédito e aos incentivos dos programas do II PND.

À medida em que foi avançando o processo de agroindustrialização entretanto, o panorama foi pouco a pouco se modificando nos polos em que se deu esse processo. Com o desenvolvimento da agroindústria, vão se constituindo empregos de melhor qualidade, se ampliando as cidades, se

constituindo um setor de serviços variado e, com isso, uma melhora no quadro distributivo da renda.

Gráfico 14 - Índice de Gini - Brasil, Goiás, Catalão, Itumbiara e Rio Verde (1991, 2000 e 2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD

Obs: O gráfico gerado automaticamente no sistema do Atlas colocou erroneamente a data inicial de 1999. Os dados se referem ao Censo de 1991.

No Gráfico 14, pode-se observar os últimos 30 anos da trajetória brasileira, tal como descrita acima. Constata-se uma pequena elevação da concentração na década de 1990, com queda acentuada nos anos 2000. O estado de Goiás acompanha a trajetória brasileira, partindo de um grau de concentração menor, que se agrava mais intensamente que a média brasileira ao longo dos anos 1990, exatamente no auge do seu movimento de modernização agrícola. Nos anos 2000, além dos fatores que atuaram para todo o Brasil, em Goiás, o avanço da agroindustrialização, a diversificação industrial, e a expansão dos serviços junto com o crescimento das cidades médias no interior, resultam em uma queda mais acentuada do índice de concentração.

Esse movimento foi típico dos espaços que participaram mais ativamente do processo de modernização agrícola. O comportamento do gráfico para Rio Verde é um exemplo claro desse movimento. Já Catalão, por apresentar um processo de desenvolvimento mais urbano nos anos 90, não passou por esse processo, de forma que retrocede na distribuição de renda, e a sua situação em 2010 é uma das melhores, só atrás de Itumbiara.

Apesar de estar no centro do processo de modernização agrícola, as características, já mencionadas, de uma estrutura fundiária mais democrática e uma importante presença de pequenos e médios negócios, reflete-se em um perfil de distribuição de renda também um pouco menos concentrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que os três municípios vivenciaram um período de crescimento e transformação de sua estrutura produtiva nos anos 2000, como um desdobramento da modernização agrícola ou mineral pela qual vinham passando desde os anos 1970. As mudanças estruturais foram, no geral, virtuosas, indicando um movimento em direção à elevação do peso de segmentos com um pouco mais de intensidade tecnológica, e uma diferenciação no setor de serviços, com movimento em direção ao crescimento de serviços mais avançados. Do ponto de vista social, por um lado verificou-se uma melhoria geral, associada aos ganhos que o Brasil teve nessa década. Por outro lado, revelou que o processo de modernização pelo qual passaram foi bastante conservador, baseado em escala e intensivo em capital, com um efeito concentrador de renda que vai até o final da década de 1990, entretanto consegue avançar para uma desconcentração no momento seguinte. Em Catalão e Itumbiara esse momento inicial é menos evidente. No primeiro, por seu papel de polo regional de serviços e sua base essencialmente urbana. Em Itumbiara, por ser também um polo regional de serviços e situado em uma região com uma estrutura fundiária menos concentrada. Já Rio Verde é o exemplo típico da chamada modernização agrícola conservadora brasileira, fortemente concentradora, mas à medida em que a agroindustrialização avança, vai se produzindo um avanço e diferenciação do setor de comércio e serviços, além empregos de melhor qualidade na indústria e suas atividades complementares, que vai melhorando o perfil de distribuição de renda. Entretanto, é importante destacar que, apesar dos avanços, no Brasil e nos municípios considerados, a concentração de renda ainda permanece muito elevada.

No que se refere às especificidades de cada caso, foi demonstrado que Catalão teve, como era de se esperar, uma trajetória muito particular, com uma trajetória mais urbana e um processo de transformação associado ao avanço da fronteira mineral que foi viabilizada diretamente por pesados investimentos públicos. A liderança dessa atividade, muito intensiva em capital e baseada na extração e nas fases iniciais de processamento, é um forte limitador a sua

capacidade de transformação estrutural virtuosa, dada a capacidade muito baixa desse setor de gerar efeitos dinâmicos na economia local.

A vinda da indústria automotiva, setor que potencialmente tem uma elevada presença de encadeamentos é uma vantagem. A MMC/Mitsubishi, realizou grandes investimentos de expansão ao longo dos anos 2000, tanto no crescimento da sua planta quanto de seu mix de produtos e, o que é mais importante, na sua verticalização, trazendo cinco empresas fornecedoras para o município. Contudo, enfrenta uma dificuldade estrutural para ter uma rede local mais ampla, decorrente de sua baixa escala. Essas limitações ficaram claramente evidenciadas ao se analisar a mudança estrutural em seu tecido produtivo, que mostrou um baixo grau de mudanças nos segmentos fora do núcleo dominante.

Mas, por outro lado, o município tem uma significativa presença de micro e pequenas empresas, uma estrutura urbana e de serviços de boa qualidade, em que se destacam uma presença importante dos segmentos de profissionais técnicos, científicos, o que se deve a uma boa estrutura de ensino superior, liderado pela UFG, assim como de ensino técnico e tecnológico. Tudo isso se reflete no IDH, no qual o Catalão exibe o melhor resultado entre os três municípios considerados, e da distribuição de renda, onde a cidade ocupa o segundo lugar.

Rio Verde é o exemplo mais típico da transição da modernização agrícola para a estruturação dos complexos agroindustriais. O trabalho mostrou que esse processo de transformação foi particularmente exitoso em Rio Verde e no seu entorno e isso se evidenciou em praticamente todos os indicadores. Apontou, ainda, como um dos fatores determinantes desse processo que foi a sua na opção precoce, pela soja e a elevada capacidade de liderança e coordenação dos produtores, expressa na trajetória da Comigo. Isso foi decisivo para que o município liderasse a estruturação de um forte complexo de grãos que, por sua vez, criou forças de aglomeração muito expressivas, que acabaram trazendo também a o complexo carnes. Chamou a atenção, ainda, para o elevado potencial de encadeamentos produtivos e tecnológicos desses dois complexos e a importante sinergia que decorre na integração entre eles, o que gera um efeito motor, na expressão de Perroux, bastante poderoso.

Com relação à Itumbiara, o trabalho destacou algumas particularidades importantes no processo de transição da modernização agrícola para a estruturação de seus complexos agroindustriais. Sua localização estratégica na BR 153, que a transforma em um polo de logística e serviços, contribuindo para o avanço da sua infraestrutura urbana e de serviços e uma maior diversidade em se tecido social; uma estrutura fundiária menos concentrada; e uma menor concentração também na rede urbana da microrregião, com diversas cidades médias relativamente próximas. Essas características se expressam sobretudo nos indicadores sociais como o de IDH e o de GINI, onde ela apresenta bons resultados. Entretanto, essas características não constituem vantagem competitiva para o modelo de transição da Revolução Verde, baseada em concentração e escala.

Com relação as pistas para o entendimento de sua perda de espaço relativo no processo de transição, o trabalho apresentou três argumentos principais:

1. A economia de Itumbiara sofreu efeitos regressivos decorrentes da precocidade e tamanho do polo de Rio Verde e Jataí, que, ao se consolidar, passou a exercer uma grande força de atração sobre os demais investimentos no complexo de grãos e, foi decisivo na localização do complexo de carnes. O dinamismo decorrente da integração entre esses dois complexos no polo Rio Verde/Jataí contribuiu para aumentar a distância relativa entre eles. Destacou-se, ainda, o papel da melhor infraestrutura institucional de Rio Verde na definição desse resultado;
2. A economia de Itumbiara sofreu também efeitos regressivos vindos do polo de Uberlândia e Uberaba, que além de disputar os investimentos na agroindústria, atraí inversões em logística, outro segmento importante para Itumbiara.
3. O espaço que Itumbiara conseguiu avançar na sua transição agroindustrial foi no complexo do milho - liderado pela Caramuru, seguido da Pionner e empresas como a Alca Foods – e pelo Algodão,

sob a liderança da inicial da Maeda, e a partir de meados da década de 2000, com o setor sucroalcooleiro. A crise do Algodão, nos anos 1990, que se prolonga na década seguinte, impondo sérias dificuldades à Maeda e a crise do setor sucroalcooleiro, também contribuíram para o baixo desempenho.

O trabalho argumentou, ainda, que a cidade e seu polo apresentam, pelas características descritas inicialmente, importantes vantagens competitivas para avançar em uma estratégia de diferenciação produtiva dentro e fora do agronegócio, o que deveria ser considerado pelos atores locais.

Por fim, por sua trajetória, todos esses polos estão vinculados a modelos cuja competitividade está associada à escala e a produtos finais no setor de *commodities*, no momento em que o mundo avança na sociedade do conhecimento, com uma preocupação crescente com a sustentabilidade. Contudo, foram criadas nessas regiões bases produtivas complexas, com amplas possibilidades de se avançar, a partir dela, com estratégias de “descomoditização”, associadas à diferenciação de produtos e agregação de conhecimento e valor, marchando para um modelo mais inteligente, inclusivo e sustentável. Mas a trajetória futura desses territórios, não depende apenas de possibilidades, depende também de políticas corretas e, sobretudo, da correlação de forças entre os diferentes atores públicos e privados na definição de seu projeto de futuro.

REFERÊNCIAS

APROSOJA. **A história de soja.** Disponível em <http://aprosojabrasil.com.br/2014/sobre-a-soja/a-historia-da-soja/>. Acesso em 02/2017.

BARBO L. C. e RIBEIRO, R.J.C. **Os itinerários da rede de caminhos de Vila Boa de Goiás no século XVIII.** Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Braga, Portugal, 4 a 7 de Novembro de 2015.

BORGES, Valdeci Rezende; DIAS, Cleber Jacinto. **Imagens de duas cidades nas crônicas de Ricardo Paranhos.** In.: Emblemas. Revista do Departamento de História e Ciências Sociais CAC/UFG. v.7, n.1, jan. jun. 2010. Catalão: UFG-Campus Catalão, 2010. p. 63-84.

BRASIL, Departamento Nacional de Produção Mineral. Sumário mineral 2015. Brasília, 2016. Disponível em <<http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario-mineral-2015>>. Acesso em 02/2017.

BRASIL, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Agenda político institucional. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/downloads/081014_down_ex_pc_agen_relagenda.pdf . acesso em 02/2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil – Indústria. Setembro de 1920. Rio de Janeiro, 1927; Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>>. Acesso em 01/2017.

BRIOSCHI L.R. De São Simão a Ribeirão Preto: Reflexões sobre um processo de ocupação territorial In **Ribeirão Preto: a cidade como fonte de pesquisa - volume 1.** Ribeirão Preto: USP, 2012. CD-Rom. Disponível em <http://www.ccrp.usp.br/cultura/CURSODIFUSAO/VOLUME1/19_lucila_brioschi.pdf>. Acesso em 02/2017

CAMPOS, M. D. **Catalão: estudo histórico e geográfico.** Goiânia: Bandeirantes, s/d.

CAMPOS, Onaldo. **Rio Verde Histórico.** Gráfica e Editora Edigraf S.A. São Paulo: Brasil. 1971.

CARVALHO, Laura; KUPFER, David. **Revista de Economia Política**, Vol. 31,nº 4 (124), pp. 618-637, outubro-dezembro/2011.

CASTILHO, D. O estado e rede de transportes em GOIÁS-BRASIL (1889-1950). *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. Vol. XVI, núm. 418 (67), 1 de noviembre de 2012.

Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-67.htm>>. Acesso em 02/2017

CASTRO S. D. O mito do isolamento da economia de Goiás no século XIX. Goiânia, 2016, Mimeo.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. da G. D. **A dinâmica agroindustrial do centro-oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CASTRO, Mario Cesar Gomes de.; **Industrialização em Goiás: Política Industrial e Desenvolvimento**, 1970 a 2010 Tese de Doutorado, 2014.

CASTRO, S. D. (Coord). *Goiás: Diretrizes de política industrial*. Goiânia, 2007. Mimeo.

CASTRO, S. D. e ARRIEL, M. F. A Indústria no Brasil Central: Transformações, desafios e oportunidades. **Conjuntura Econômica Goiana**, Goiânia, n. 36, jul. 2016. Disponível: http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj36/artigo_02.pdf. Acesso em: 19/05/2016.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. Prentice Hall/Englewood Cliffs, 1966.230p.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. **Ensaio FEE**, nº 1, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_2_conceicao.pdf>

COUTINHO, Cássia Aparecida. **Dinâmicas Territoriais e Sustentabilidade no município de Rio Verde/Goiás, a partir de 1990**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. UNB. Brasília-DF: 2010.

COUTINHO, M.C. **Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado**. *Nova Economia*, Belo Horizonte_18 (3)_361-378_setembro-dezembro de 2008

CUNHA, Oscar Neto. Rio Verde: **Apontamentos para a sua história - documentário ilustrado**. 2ªed. Goiânia: Gráfica e Ed. O Popular. 1988.

FAUSTO, Boris. **Historia do Brasil**. 12ª ed., 1.reimp., São Paulo, Edusp (Didática, 1), 2006.

FERREIRA, Josmar Divino. PINHEIRO, Antônio César Caldas. **Santa Rita do Paranyha: origem e desenvolvimento – História de Itumbiara**. Vol. 1. Itumbiara: Edição Independente, 2009. 394p.

FERREIRA, M. de F. S.; LEMOS, M. B. Localização industrial e fatos estilizados da

FIEG. **Polos industriais do estado de Goiás: Rio Verde**. Federação das Indústrias de Goiás, Goiânia, 2016.

FILHO, João Luiz Ricardo de Souza. **A diversificação do setor de serviços: Uma comparação entre as regiões de Planejamento Sudoeste e Sul (1991 – 2015)**. Graduação (Ciências Econômicas) Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC – Goiânia – Goiás, 2016.

FILHO, Pedro Ricardo Reis; SILVA, Jaqueline Vaz da; MESQUITA, Helena Angélica de. **A questão campo/cidade em Catalão: uma leitura a partir da experiência dos atingidos pela barragem Serra do Facão – Rio São Marcos**. Presidente Prudente: --, 2005.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

GODOI, M. M. Minas Gerais na república: atraso, estado e planejamento. **Cad. Esc. Legisl.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009

IELGO, Instituto Evaldo Lodi de Goiás. **PQF, história**. Disponível em <http://www.ielgo.com.br/iel/site/Institucional.do?vo.codigo=143>. Acesso 02/2017.

IMB - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos / SEGPLAN Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id_cad=5106&id_not=4. Acesso de 19 de fevereiro de 2017. LAURIAS, Nathalia Cordeiro. **O papel dos Incentivos Fiscais no Processo de Estruturação em Goiás (1998-2006)**. Revista de Economia da UEG, Anápolis (GO), Vol. 05, nº 01, JAN-JUN/2009. 88

LEMES, F. L. **Poder local e rede urbana nas minas de Goiás**. História, São Paulo, 28 (1): 2009

LESSA, Carlos. A estratégia de desenvolvimento 1974-76. Sonho e fracasso. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

LIMA, A. N. **Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACHADO, Vilma de Fátima. **Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual**. Dissertação (Mestrado em História das sociedades agrárias), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

MARTINS, R. B. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1980. 55 p. (*Texto para Discussão*, 10)

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOREIRA, Cleumar de Oliveira. **História Política de Goiás: a dinâmica do desenvolvimento: 1945-1964**. 2000. 206 f. Dissertação (Mestrado) UFG, Goiânia, 2000.

NARITOMI, J. **Herança Colonial, Instituições & Desenvolvimento**: Um estudo sobre a desigualdade entre os municípios Brasileiros. Dissertação (Mestrado em Economia). PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, Leonardo César; FREITAS, Revalino Antônio. **Catalão nas Fronteiras do Capitalismo: do desenvolvimento produtivo a construção da sociedade**.s/d.

PERROUX, François. **Dialogue des monopoles et des nations** : équilibre ou dynamique des unités actives? Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1982.

PERROUX, François. **O conceito de polo de crescimento**. In. SCWHATZMANN, J. (Org.) Economia regional e urbana: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

RELATÓRIO CRULS in Comissão de Estudos da Nova Capital da União. Relatório Parcial, Rio de Janeiro, 1896, p. 9, cf. AH1:87, 302-303 Disponível em <<http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1896-agricultura-Cruls-instrucoes-Ferrovias-Catalao-Cuiaba.shtml>>. Acesso em 02/2017)

RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Governo Local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. **Revista de História**, USP, Ano XXVIII, v. LV, n. 109, 1977.

SANTOS, M. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI** (em colaboração com Maria Laura Silveira), Record, Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, Amanda Moraes. **Rentabilidade da Cultura de Soja: Um Estudo de Caso na Fazenda Coqueiros em Rio Verde – Goiás**. UniRV: Rio Verde, 2013.

SIMONSEN. A indústria em face da economia nacional. São Paulo: Empresa Graphica da “**Revista dos Tribunaes**”, 1937.

SOUZA, Roberta de Moraes Jesus; BARBOSA, Stefane. **História e Memória das Escolas Rurais que foram desativadas no Sudoeste de Goiás (1969-2011)**. s/d.

SUPRINYAK, C.E. Tropas conduzidas pela Barreira de Itapetininga e o comportamento do mercado de muaras 1854-1869.. **História Econômica & História de Empresas**, [S.l.], v. 9, n. 2, jul. 2012. ISSN 1519-3314. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=109>>. Acesso em: 13 Mar. 2017.

THOMAS, G.B. (1967) “**Manpower Problems in the Service Sector**”. *International Seminars* Paris: 1966-2, OECD.

TIBALLI, E. F. A. **A expansão do povoamento em Goiás: Século XIX.** Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1991.